



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de pós-graduação em Relações internacionais

José De Jesus João Ferreira

**OS INTERESSES PETROLÍFEROS INTERNACIONAIS EM ANGOLA: UMA
ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO PETRÓLEO NA VIDA ECONÔMICA E
POLÍTICA DE ANGOLA DURANTE A GUERRA FRIA (1975-1992)**

Brasília, 2015

José De Jesus João Ferreira

**OS INTERESSES PETROLÍFEROS INTERNACIONAIS EM ANGOLA: UMA
ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO PETRÓLEO NA VIDA ECONÔMICA E POLÍTICA
DE ANGOLA DURANTE A GUERRA FRIA (1975-1992)**

**Dissertação apresentada ao Instituto de
Relações Internacionais da Universidade de
Brasília como requisito à obtenção do título de
Mestre em Relações Internacionais.**

**Área de concentração: História das Relações
Internacionais.**

Orientador: Prof. Dr. Pio Penna Filho

Brasília, 2015

FERREIRA, Jesus João. **OS INTERESSES PETROLÍFEROS INTERNACIONAIS EM ANGOLA: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO PETRÓLEO NA VIDA ECONÔMICA E POLÍTICA DE ANGOLA DURANTE A GUERRA FRIA (1975-1992)**. Dissertação apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito à obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pio Penna
Instituto de Relações Internacionais
Universidade de Brasília
(Orientador)

Prof. Dr. Ivair Augusto Alves dos Santos
Departamento de Sociologia (SOL) / UnB
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Jose Flavio Sombra Saraiva
Instituto de Relações Internacionais
Universidade de Brasília

*SENHOR é o meu pastor, nada me faltará.
Deitar-me faz em verdes pastos, guia-me
mansamente a águas tranquilas.
Refrigera a minha alma; guia-me pelas veredas da
justiça, por amor do seu nome.
Ainda que eu andasse pelo vale da sombra da morte,
não temeria mal algum, porque tu estás comigo; a
tua vara e o teu cajado me consolam.
Preparas uma mesa perante mim na presença dos
meus inimigos, unges a minha cabeça com óleo, o
meu cálice transborda.
Certamente que a bondade e a misericórdia me
seguirão todos os dias da minha vida; e habitarei na
casa do Senhor por longos dias*

Salmos 23:1-6

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus todo Poderoso em nome do seu unigênito filho Jesus de Nazaré, pela dádiva da vida e, pelo privilégio de poder estudar e aprender muito numa das melhores universidades brasileira (UnB).

Aos meus pais, Romão Antônio Ferreira e Ana Miguel João Ferreira, pelos ensinamentos e amor; aos meus irmãos, Antônio, Glória, Miguel, Esperança, Zacarias, pelo apoio incondicionais; aos primos e primas, Eva, Mary, Luiz Elísio.

Ao Dr. Pio Penna Filho, primeiro como orientador e segundo como pai, obrigado pela sua amizade, ensinamentos, cordialidades e, pelo respeito e carinho que o Sr. Tem pelo continente africano.

Aos irmãos e mães brasileiras que Deus me deu: Fred, Diego, Barbara, Ercilia, Jacira, Pastor Misael, Pastor Daniel, Pedro, Fabiano, Raquel, mami Neila, Odete e, a Igreja Metodista da Asa Sul, que tanto me ajudou nos momentos mais difíceis.

À Mádila, minha namorada pelo carinho e amor que tem demonstrado por mim; com você as coisas ficam mais fáceis.

À UnB, especialmente ao Instituto de Relações Internacionais, pela oportunidade concedida que me foi dada, de aprender, discutir ideias maravilhosas, com mestres e doutores de excelência a níveis internacionais.

Aos funcionários da biblioteca do Ministério do Planeamento angolano, e SONANGOL pelo apoio na recolha de dados primários e, ao Sr. José Antônio Ferreira, funcionário, do Ministério das Finanças de Angola.

Aos funcionários da pós-graduação, Anderson e Odalva, pelo carinho e dedicação.

Aos colegas da turma de mestrado: Maria Helena Notari, Natália Coelho, Mariana Montebugnoli, Giordano de Almeida, Jean Silva, Thaís Menezes (Dendê), Marcio Barbato, Luciana Campos, Gustavo Ziemath, Tomas Moerman, Paula Moreira, Rodrigo Mota, Saint-Clair Lima e Gislene Nogueira, companheiros de horas exaustivas de estudo e risadas descontraídas. Graças a eles, os dois anos do Programa de Mestrado do IREL-UnB tornaram-se rememoráveis.

Resumo

A presente dissertação tem como objetivo de entender as causas e as razões que estavam na base, dos interesses das empresas multinacionais em Angola durante o período da primeira república (período socialista) e, ainda entender como o governo do MPLA-PT, (na altura socialista), coabitou com os investimentos dos países capitalistas, fazendo com que Angola, tivesse um regime socialista, sustentada por uma economia capitalista. Outro sim, faremos através de dados estatísticos uma comparação linear, para vermos como a economia Angolana, transitou do café, da borracha, diamante, para uma economia dependente do petróleo.

Palavras –chave; Angola, petróleo, interesses internacionais.

Abstract

This master thesis aims to understand the causes and reasons that were based, the interests of multinational companies in Angola during the period of the First Republic (socialist period) and also understand how the MPLA government-PT, (in socialist height), cohabited with the investments of the capitalist countries, making Angola, had a socialist regime, supported by a capitalist economy. Another yes, we will do a straight comparison using statistical data, to see how the Angolan economy, coffee moved, rubber, diamond, for oil-dependent economy.

Key words; Angola, oil, international interests.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução do Consumo de Petróleo na Argélia mil barris/dia.....	58
Gráfico 2- Evolução da Capacidade de refino (destilação) de Petróleo na Argélia.....	58
Gráfico 3- evolução da Capacidade de refino de Petróleo na Líbia.....	63
Gráfico 4- Evolução das Reservas Provadas de Petróleo em Angola, 1980 a 1992.....	84

QUADROS

Quadro 1. Evolução da Estrutura da Indústria Internacional do Petróleo	29
Quadro 2. Produção Mundial de Petróleo 1930-1960 milhões de barris/ano.....	44
Quadro 3. Renda Líquida das Sete Grandes, 1915-1960 (Milhões de dólares).....	44
Quadro 4- As alternativas na Distribuição da Produção Mundial de Petróleo- 1939-1970.....	67
Quadro 5. Resumo da Evolução do Consumo de Energia Comercial.....	80
Quadro 6. Vendas de Derivados de Petróleo por Setor, 1985.....	80
Quadro 7. Produção de Petróleo e Investimentos no Setor Petróleo.....	95
Quadro 8. Repartição do Comércio Externo de Angola.....	101

TABELAS

Tabela 1. Composição das Exportações de Angola (valores em Percentagem)..... 82

Tabela 2. Indicadores das Receitas de Recursos do Setor Petrolífero (%)..... 83

FIGURAS

Arranjo Institucional da Indústria de Petróleo e Gás Natural da Argélia	60
Arranjo institucional da Indústria de petróleo na Líbia.....	65
Órgãos do Estado Angolano.....	78
Arranjo Institucional do Setor Petrolífero de Angola.....	86

MAPAS

Mapa 1- Localização de Angola no Continente africano.....	70
Mapa 2- distribuição geográfica dos principais produzidos em Angola (1950 a 1975).....	71

LISTA DE SIGLAS

SOCONJ- Standard Oil Company of New Jersey

SoCoNy- Standard Oil of New York

SOCAL- Standard of California

BP- British Petroleum

OPEP- Organização dos Países Exportadores de Petróleo

ONU- Organização das Nações Unidas

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

CREG- Comissão de Regulação de Eletricidade e Gás

ARH- Autoridade de regulação de Hidrocarbonetos

ALFAFT- Agência Nacional para a Valorização dos Recursos Hidrocarbonetos

SONATRACH- Sociedade Nacional para a Pesquisa Produção, Transporte, Transformação

IOCs- International Oil Companies

NOC- Companhia Nacional de Petróleo

SONANGOL- Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola

BM- Banco Mundial

COPA- Companhia de Petróleo de Angola

CABCOC- Cabinda Gulf Oil Company

MPLA- Movimento Popular Para Libertação de Angola

MEP- Ministério de Energia e Petróleo

SONEFE- Sociedade Nacional e Estado e Financiamento de Empreendimentos Ultramarinos

EDEL- Empresa Nacional de Eletricidade

RFA- República Federal Alemã

BNA- Banco Nacional de Angola

FNLA- Frente Nacional Para libertação de Angola

UNITA- União Nacional para Independência Total de Angola

EUA- Estados Unidos da América

SUMÁRIO.....	15
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I: O SURGIMENTO DA INDUSTRIA PETROLÍFERA MUNDIAL.....	25
1.1. Estados unidos na linha de frente.....	25
1.2. O nascimento das sete irmãs.....	33
1.3. A formação da OPEP.....	45
CAPÍTULO II: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS PRINCIPAIS POTÊNCIAS PETROLÍFERAS DA ÁFRICA (1950/1980).....	50
2.1. Os estados petrolíferos africano -1950/1980.....	50
2.2. O Caso da Nigéria.....	53
2.3. O caso da Argélia.....	55
2.4. O Caso Líbia.....	60
2.5. O caso do Egito.....	65
CAPÍTULO III: ANGOLA, PETRÓLEO E OS INVESTIMENTOS PETROLÍFEROS.....	69
3.1. A evolução histórica do Petróleo Angolano.....	69
3.1.1. A organização da economia angolana no sistema socialista.....	73
3.1.2. A formação do setor petrolífero.....	79
3.1.3. A Formação da Sonangol.....	88
3.1.4. Produção, investimento e comércio internacional.....	95
3.1.5. O petróleo na política externa angolana.....	97
4. CONCLUSÃO.....	102
5. REFERÊNCIAS.....	105
6. ANEXOS SOBRE A PRODUÇÃO, VENDA, CONSUMO DE PETRÓLEO.....	109
Anexo 1. Balanço do petróleo angolano.....	110
Anexo 2. Informações sobre o subsector petrolífero.....	111
Anexo 3. Indicadores seleccionados sobre o setor petrolífero.....	112
Anexo 4. Balanço Energético de Angola: 1986 (em milhares).....	113
Anexo 5. Resumo das principais descobertas de Angola.....	114
Anexo 6. Angola: Projeção de Consumo de Derivados.....	115

Anexo 7. Luanda Balanço de produção de refinaria – 1980/86.....	116
Anexo 8. Informações sobre o subsetor petróleo: Balanço de oferta e utilização de petróleo1986/1986 (em milhares de toneladas)	117
Anexo 9. Ministério da Energia e Petróleo (MEP)	118

Introdução

Desde o final do século XIX, o petróleo tornou-se a *commodity* mais importante do mundo. Dominou, ditou e continua ditando o andamento da economia internacional. Em decorrência deste processo, a nomenclatura *petróleo* passou a ser atrelada a outros substantivos, como riqueza, poder, fortuna, pobreza, penúria, etc. Ela ganhou destaques em todos os jornais mundiais desde o final da Primeira Guerra Mundial, à medida que as economias e os sistemas de produção foram paulatinamente sendo moldados a partir dessa nova fonte energética.

O primeiro homem a visionar a importância do petróleo para o futuro da humanidade foi John Rockefeller, considerado pela revista Forbes o primeiro magnata da história dos EUA. Rockefeller não cavou nenhuma jazida de petróleo, mas organizou a comercialização do produto em todo território norte-americano e, mais tarde, tratou de internacionalizar as suas empresas a fim de dominar o petróleo mundial. Kucinski (1981), afirma que “Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, Rockefeller detinha 35% do mercado de petróleo do mundo capitalista”. A busca do petróleo para pessoas como Rockefeller e seus seguidores passou a ser uma tarefa de vida ou morte e se transformou em um problema de interesse estatal, principalmente após a primeira Guerra Mundial, quando ficou provado que os motores movidos a combustíveis eram mais práticos e decisivo em caso de guerra e, quem dominasse a maior quantidade de reservas no mundo, dominaria o mundo e a economia mundial.

No caso africano, as primeiras jazidas comerciais foram descobertas e exploradas em países como: Líbia, Egito, Argélia, Nigéria, Gabão, Congo, Camarões, Angola. A crise de Suez, em 1956, foi um marco para essa crescente transformação na exploração de petróleo na África. O presidente egípcio Gamal Abdel Nasser decidiu nacionalizar o Canal de Suez, a única ligação entre o Mediterrâneo e o Mar Vermelho e principal escoadouro de petróleo dos países árabes para a Europa que, até então, estivera sob o controle de capitais privados – de origem principalmente britânica e francesa. Essa crise de abastecimento petrolífero vinda do Oriente Médio para Europa e EUA fez com as multinacionais e os governos ocidentais buscassem novas fronteiras de abastecimentos, visto que nesse período a economia do Ocidente já estava dependente do petróleo. Assim, a África petrolífera ganha destaque nesse xadrez da nova ordem econômica internacional, como mais

uma fronteira de exploração barata, assim como foram o Médio Oriente e as regiões petrolíferas da América do Sul e México.

Neste período, o petróleo africano não era um produto de *start* para muitas economias locais, entre elas, Angola, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Gabão – que eram mais dependentes do café, cacau, mandioca, milho etc. do que de petróleo. Com o crescente interesse da comunidade internacional pelas riquezas petrolíferas que esses países possuíam, a importância dos produtos agrícolas foi gradativamente perdendo sua importância. Angola, um país do sul da África e com grandes reservas de petróleo (comprovadas desde 1956) também foi alvo dos interesses do grande capital internacional. Governada por Portugal, Angola viu suas jazidas sendo leiloadas para as empresas internacionais que por muitos anos dominaram a extração e exploração em todo território, como a Sincalir, Gulf, Petrofina.

A bipolaridade do mundo após a Segunda Guerra Mundial trouxe para Angola não somente a discussão dos interesses econômicos internacionais, como a politização ideológica das riquezas naturais que haviam no país que, mais tarde, após a independência, levaria à constituição de uma situação *sui generis*: um país que se torna socialista com uma economia capitalista. Talvez esse paradigma tenha se tornado um enigma que muitos estudiosos, como os teóricos das relações internacionais, do campo da Sociologia e da Ciência Política não conseguiram explicar.

A pergunta que orientou a nossa pesquisa foi: por que o governo do MPLA – sob orientação socialista e apoiada pela URSS – concedeu a exploração de petróleo em seu território a companhias capitalistas dos EUA, que, ideologicamente, eram contrárias à lógica “socialista”? Duas hipóteses foram levantadas para responder essa pergunta: primeiro, não houve um impedimento ideológico para a presença de empresas petrolíferas em Angola, haja vista que o governo do MPLA ser alinhado à União Soviética, as principais empresas durante o período da Primeira República eram americanas; segundo, o petróleo, durante o período da Primeira República, não foi usado para o desenvolvimento do país, mas para a manutenção do MPLA no poder.

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa foi identificar as motivações do governo do MPLA na busca da sua legitimação internacional como governo de Angola e as

motivações econômicas das empresas transnacionais em negociar com um regime socialista leninista, já que os seus governos de origem condenavam esse sistema.

Quanto à questão teórica para esse trabalho foi, de fato, uma das tarefas mais difíceis, já que a formação sócio-político e econômica africana e, sobretudo, a de Angola, não obedeceu aos moldes das formações dos Estados europeus, tampouco americanos. Por essa razão, pensar em um modelo teórico e metodológico dos “ismos” que conduzem as discussões na disciplina de relações internacionais seria um equívoco. Nesse sentido, trataremos de conceituar “multinacionais” dentro da economia política internacional, suas origens, capitais e entender como essas companhias se comportam dentro e fora dos seus países. Outrossim, os conceitos de Estado e poder, de forma a entendermos como Angola se comportou durante os primeiros anos da sua independência, para a sua sobrevivência e legitimação.

Robert Gilpin, na obra “A economia política das relações internacionais” aborda com profundidade as características das empresas multinacionais e como elas se comportam nos países que se instalam, espalhando sua influência econômica, política e social.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, nenhum aspecto da economia política internacional gerou mais controvérsia do que a expansão das empresas multinacionais. Alguns consideram essas poderosas organizações um dom para humanidade, as quais superam o Estado nacional, difundem a tecnologia e o desenvolvimento econômico entre os países em desenvolvimento e articulam as economias nacionais em uma rede de interdependência expansiva e benéfica. Outros as veem como predadores imperialistas a explorar todos em benefício dos seus dirigentes, ao mesmo tempo em que criaram uma trama de dependência política e subdesenvolvimento econômico. Em momentos de maior exuberância, alguns especialistas chegaram mesmo a prever que no fim do século XX algumas dúzias de empresas imensas controlariam virtualmente toda a economia mundial (GILPIN, ROBERT, 2002, p. 257).

As empresas multinacionais (ou também por muitos conhecidos de transnacionais) começaram a expandir sua área de influência ainda no final do século XIX e no início do século XX, atingindo o seu auge após a Segunda Guerra Mundial, com a expansão da economia americana e com a reconstrução da Europa. Afinal, como definir uma empresa multinacional? Robert Gilpin definiu uma empresa multinacional como “a firma que possui e administra unidades econômicas em dois ou mais países”, essas empresas também podem ser definidas como sendo aquelas que detêm seu capital investido por vários países, exercendo influência direta na vida econômica do país de origem e domínio de atividades nos países em que se instalam. No geral, essas empresas são extremamente poderosas, chegam à maioria das vezes possuindo recursos ou capitais

maiores que os PIB dos países que estão instalados e, no caso dos países subdesenvolvidos, 99,9% dos casos essa analogia é um fato. Robert Gilpin nos chama a atenção para um dado curioso:

O escopo das operações e a extensão do território coberto por algumas dessas empresas são maiores do que o de qualquer império que já existiu. Elas integram a economia mundial mais extensamente do que no passado e desenvolveram a interdependência econômica global para além do comércio e finanças para englobar a produção industrial – uma internacionalização da produção que se impõe de forma significativa às economias nacionais (GILPIN, ROBERT 2002, p. 258).

Kucinski (1981), no seu livro intitulado “o que são multinacionais” aborda questões teóricas e críticas das atuações no mundo das multinacionais, afirma que;

O adjetivo “multinacional” foi cunhado em 1960 por David Lilienthal, o economista norte-americano que dirigiu o projeto de desenvolvimento do Vale do Tennessee. Três anos depois, o adjetivo virava substantivo e ganhava fama mundial com publicação do primeiro relatório especial da revista *Business Week* sobre essas formidáveis empresas apátridas que adotavam o planeta terra como seu mercado. Mas a maioria delas, apesar da desenvoltura com que atravessam fronteiras nacionais, tinha pátria definida – a pátria de origem do seu capital. E por isso, muitos estudiosos preferem chama-las “empresas transnacionais”(KUCINSKI, 1981, P.4)

De fato, essas companhias em sua maioria são empresas antigas e muitas delas como a Standard de New Jersey, que mais tarde se tornou EXXON-MOBIL, completou os seus primeiros 100 anos em 1959 e, no período da independência de Angola, 1975, já contavam com mais de 115 anos de mercado, assim como as outras sete irmãs que, no total, tinham, em média, mais de 100 anos de mercado na década de 1980. No início do século XX, a maioria dessas empresas já sofriam denúncias de corrupção, formação de carteis, trustes e de sonegação de impostos nos seus países de origem e muitas delas nasceram de fusões fraudulentas.

Desde John Rockefeller (fundador da Standard Oil) e Marcus Samuel (fundador da Shell) no final do XIX essas corporações nunca se intimidaram perante ao poder dos Estados nacionais, buscaram sempre seus interesses e procuravam com grande habilidade destruir a capacidade de o Estado para melhor controlar a economia local. Só em 1973 com a crise do petróleo é que se tem registro de Estados relativamente novos se organizarem, contra-atacarem e vencendo essas corporações, ainda que por pouco tempo.

Apesar dessas empresas desde o início terem uma formação poderosa, só começaram a alancar dimensões na década de 1970, devido ao advento da globalização,

motivada pela a revolução tecnológica que possibilitou o alcance a territórios outrora não atingíveis. Por outro lado, essas companhias se tornaram tão poderosas a ponto de muitas delas assumirem papéis anteriormente exercido pelos Estados, se tornando agente principal na internacionalização da economia. Por muito tempo em vários países com governos fracos, essas companhias conseguiram influenciar na política doméstica de muitos Estados como Irã, Arábia Saudita, México, Venezuela, Angola etc.

No seu livro intitulado “O Fim do Livre Mercado”, o estudioso norte americano Ian Bremmer (2011) sublinha que “nenhuma organização foi apontada como uma ameaça ao Estado-Nação com mais frequência ou de forma mais teatral do que as empresas multinacionais”. Em outro modelo, o mesmo autor registra que [...] “é verdade que as maiores multinacionais têm dinheiro, recursos e influências suficientes para desempenhar um papel significativo na política internacional, e a competência dessas empresas para operar em diversos países limita a capacidade de qualquer governo de regular suas ações”.

Afinal de contas, como caracterizar a essência de uma multinacional? Geralmente, as multinacionais tendem a ser oligopolistas, cuja administração, produção e outras atividades de caráter comercial se ampliam por diversas áreas da jurisdição nacional. Mantém uma sede central (geralmente no país de origem) e acoplam uma rede subsidiárias (filias) e vários países. Fazem de tudo para minimizar os gastos e maximizar os lucros e, sempre que possível, garantem uma produção a menor valor de bens e produtos no mercado mundial. São empresas com grandes recursos financeiros e que funcionam com uma estratégia global bem delineada, com o objetivo de expandir com eficiência seus negócios e, dessa forma, manter-se com segurança no mercado mundial. Gilpin (2002) argumenta que;

A expansão e o sucesso dessa forma vertical da empresa multinacional implicam três fatores. O primeiro é a internacionalização ou integração vertical das várias fases do negócio, primordialmente para reduzir os custos da transação. As firmas procuram reunir todas as facetas do processo produtivo, tais como as fontes de preços de transferência das matérias-primas e dos produtos intermediários, dentro dos confins da mesma empresa, mantendo-os sob o seu controle. O segundo é a produção e a exploração do conhecimento técnico; em consequência do custo crescente da pesquisa e do desenvolvimento, a firma procura apropriar os resultados dos esforços feitos nesse campo, retendo o mais longamente possível uma exposição monopolística. O terceiro é a oportunidade de expandir-se no exterior viabilizada pela melhoria das comunicações e dos transportes (GILPIN, ROBERT, 2002, p. 264).

Urge, portanto, o questionamento: quais são os impactos dessas empresas multinacionais com o seu capital sobre os países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento? Wolkmer (1989) alerta para os problemas dos países do “Terceiro Mundo” destacando que “para melhor entendimento das causas que geraram a crise das estruturas políticas, sociais e econômicas dos países do Terceiro Mundo, há que se considerar a globalidade do sistema imperialista mundial”. É lógico que com economias e Estados fragilizados, muitos deles falidos e com governo e governantes sistemicamente corruptos, países subdesenvolvidos e com potencial recurso petrolífero em mais de três quartos do seu território – como é o caso de Angola – se tornaram alvos há décadas dos interesses das grandes corporações petrolíferas do mundo.

Como se pode ver, as motivações dessas empresas transnacionais não foram baseadas nas ideologias políticas dos países hospedeiros, mas sim, visando somente os lucros. Por essas razões, podemos entender como empresas de países que condenavam o socialismo, comunismo, ditadura e governos tiranos permaneceram em Angola durante todo o período socialista. A esse modelo de empresas, Kucinski (1981) tece uma crítica contundente:

As corporações globais que não dependem de nenhum Estado e cujas atividades não são controladas e nem reportadas a nenhum parlamento ou instituição representativa dos interesses coletivos. Em resumo, toda essa estrutura política mundial está sendo solapada. São negociantes que não tem pátria. O lugar em que podem estar não constitui em nenhum tipo de vínculo; a única coisa que lhe interessa é onde fazer lucros (KUCINSKI, 1981, p. 7).

Com isso, podemos ver que a decisão da Gulf, PETROFINA e posteriormente a Chevron em permanecerem em território angolano, mesmo que os seus países de origem não possuíssem relações diplomáticas, prova como essas empresas agiam de maneira pragmática quando o assunto é dinheiro e, como a lógica dentro do xadrez internacionais, não obedecem muitas vezes às regras morais.

No entanto, os intercâmbios econômicos entre os países subdesenvolvidos e desenvolvidos não pode se dar apenas por via de transferência de capitais financeiros, como foi o caso de Angola, com “parceiros comerciais” ou por intermédios das grandes indústrias. Isso se explica porque a expansão das economias centrais poderá intensificar a deterioração da economia dos países subdesenvolvidos, o que ampliará a desigualdade no intercâmbio comercial entre ricos e pobres, tal como se viu durante todo o período da Primeira República em Angola.

Com relação à manutenção do MPLA no governo de Angola durante o período da Primeira República, como já nos referimos acima, não é uma simples tarefa dos teóricos de Relações Internacionais que constantemente analisam um dado fenômeno no cenário internacional optando por essa ou aquela construção teórica. A nosso ver, alguns fenômenos podem, sim, obedecer à uma lógica. Assim, o fenômeno observado em Angola entre os anos 1975 e 1992 é peculiar e, para isso, buscamos entender algumas definições básicas, como por exemplo, o que é um Estado e o que é política externa. Para o sociólogo e pensador Aron (2002) “a política externa era constituída de comportamento diplomático-estratégico e as relações internacionais sempre se posicionam à sombra da guerra”. A partir da assertiva de Aron (considerado um dos pais da corrente realista clássica em relações internacionais) podemos afirmar que a situação da política externa em Angola, apesar das interferências inevitáveis do sistema bipolar da conjuntura internacional na época, o maior problema do governo do MPLA era doméstico. Logo, o dualismo compressor da legitimidade não seria entendido apenas como a busca por legitimidade perante os outros membros do sistema internacional, mas sim, de outros fatores internos (guerra civil) que impossibilitava uma das característica de um Estado, o domínio territorial de suas fronteiras.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro faz uma contextualização do desenvolvimento da moderna indústria petrolífera no mundo, examinando como se deu a exploração do primeiro poço comercial da história contemporânea, suas consequências políticas e econômicas, sua influência na transição da economia mundial e como o petróleo se tornou a locomotiva da civilização Ocidental. Ainda nesse capítulo, abordou-se a formação das sete principais indústrias petrolíferas do mundo, como se deu a fusão e quem foi o precursor da formação do império petrolífero nos EUA, o berço da indústria petrolífera mundial.

No segundo capítulo foram analisados o contexto socioeconômico da evolução da indústria petrolífera no continente africano, notadamente as experiências de Nigéria, Argélia, Egito e Líbia, passando em revista aspectos políticos, de produção e de exploração nesses países a partir da segunda metade do século XX. A seleção apresentada foi pensada considerando-se três aspectos: primeiro, o grau de representação que esses países exerceram no continente na área energética; segundo a geopolítica do petróleo no continente; e terceiro o rearranjo geoestratégico entre o Norte e o Sul no comércio internacional da maior commodity energética dos últimos tempos.

Além disso, no segundo capítulo, fez-se uma discussão teórica e conceitual do que vem ser um Estado petrolífero, ou também conhecidos por petro-economia. Suas principais características e como esses países se inserem e sobrevivem no sistema internacional.

Por fim, o terceiro capítulo tratou do desenvolvimento do petróleo enquanto produto basilar da economia angolana utilizando como metodologia a análise histórico-descritiva. Por tanto, o texto irá examinar as mudanças na economia internacional, a estruturação do Estado pós-independência – também denominado de Primeira República, a criação da estatal SONANGOL e de que forma o capital estrangeiro participou da economia angolana. Além disso, pretende-se mostrar como a entrada desse produto na pauta de exportação de Angola afetou sua política externa.

Uma das principais dificuldades dessa pesquisa foi na busca de informações sintetizadas desse período, visto que todos os documentos da época eram tidos com informações restritas ao Estado e altamente confidenciais, sendo que até o presente momento não estão disponíveis ao público, muito embora o sistema socialista não existisse há décadas. No que tange à bibliografia utilizada (livros, revistas e artigos) notamos que apesar do tema petróleo africano ser relevante, há, ainda, poucos estudos acerca do tema. No entanto, usamos como base algumas fontes primárias como Relatórios do PNUD (1988 e 1989), Marco Regulatório da Indústria Mundial do Petróleo, EPE, 2011; Relatório da AIE – Agência Internacional de Energia (2006); Relatório do Banco Mundial sobre a economia de Angola, (1988); Relatórios anuais sobre economia angolana do Ministério dos Petróleos de Angola. Quanto às fontes secundárias, utilizamos as principais publicações da época sobre o tema de estudos realizados pelas universidades norte-americanas e europeias.

Capítulo I- O Surgimento da Indústria Petrolífera

Neste capítulo, faremos uma contextualização da formação socioeconômica, do desenvolvimento da moderna indústria petrolífera no mundo; como se deu a exploração do primeiro poço comercial da história contemporânea, suas consequências políticas e econômicas, sua influência na transição da economia mundial e como o petróleo se tornou a locomotiva da economia global. Ainda nesse capítulo, abordou-se a formação das sete principais indústrias petrolíferas do mundo, como se deu a fusão delas e quem foi o pai da formação do império petrolífero nos EUA, o berço da indústria petrolífera mundial.

1.1. Estados Unidos na Linha de frente

A história do petróleo ou do “*querosene, Nafta*” como se queira chamar a mãe biológica do petróleo, antecede séculos antes do nosso século; o querosene ou nafta já era conhecido pelos chineses, astecas, hindus, babilônicos, etíopios, egípcios, persas, caldeus, árabes. Bey (1936) nos afirma que, aos chineses ocorreu a ideia de explorar o óleo cru para uso medicinal e para candeia com lamparinas artesanais no interior das casas. O óleo na China era profundo, exigindo, portanto, a abertura de poços profundos. A isso se dedicaram os engenheiros chineses e, segundo Bey a produção escassa fez com que a arte de perfurar decaísse. Bey (1936) foi ainda a fundo na análise histórica sobre petróleo na antiguidade, ressaltando que;

No ano 221 antes de Cristo um imperador da dinastia Chin ordenou que se fizessem perfurações em procura de sal. Seus engenheiros atiraram-se e montaram 640 sondas, perfurando com uma técnica muito semelhante a de hoje e que faz sombra dos modernos. Tomaz Read, professor de perfurações profundas da Universidade de Columbia, demonstrou que os chineses empregavam muito sistema que os modernos “redescobriram” e patentearam (BEY, 1936, p. 53).

Em seu livro a História do Petróleo, Shah (2007) afirma que “os persas enchiam potes e outros recipientes com uma mistura malcheirosa e volátil de enxofre e óleo cru, a qual ateavam fogo e lançavam contra o inimigo. Os gregos antigos untavam as flechas e lanças com petróleo para torná-las inflamáveis. No início do século XIX, houve variadas tentativas de estudos profundos sobre a importância e o valor econômico da nafta nas universidades russas, francesas e escocesas, mas as conclusões geralmente eram negligenciadas e deixadas para atrás. Como nos mostra Bey (1936) “a academia russa por decênios afastou dos seus estudos os sábios”, o autor rebate que um desses motivos era a

falta do petróleo no solo europeu. Mas, apesar disso, o químico inglês Witt Cliton ventilou a hipótese de se extrair da nafta um material iluminante barato e mais acessível ao consumidor. Enquanto isso, na Alemanha Reichernbach obteve sucesso na extração do óleo de pedra a gasolina, todavia, infelizmente, o seu experimento não foi aceito pela comunidade em geral, que viram naquele feito uma simples experiência laboratorial que eram frequentes naquele momento histórico.

O estudo do valor econômico do petróleo bruto é mérito do francês Saligne, que nos anos 1834 a 1848 deslumbrou os seus colegas acadêmicos com várias descobertas a partir da nafta. Saligne conseguiu extrair do petróleo produtos como a gasolina, o querosene, óleos lubrificantes, tintas, parafinas e vários produtos farmacêuticos. Houve na França um entusiasmo nacional. Como argumenta Bey (1963);

A publicação oficial desses trabalhos entusiasmou os franceses, os quais se convenceram de que Saligne, com igual facilidade, poderia extrair até ouro do espesso do líquido fedorento. Os jornais humorísticos de Paris glosaram o caso, elevando-o à categoria do rei dos alquimistas. Popularizado desta maneira, tratou de abrir exposições na capital francesa e em Londres, que despertaram grande interesse. Não havia porém na Europa nenhuma produção de nafta, exceto um óleo muito betuminoso vindo das hulheiras da Escócia. Foi refinado esse óleo e queimado em lâmpadas construídas sob as indicações de Saligne (Bey, 1963, p. 65).

Entretanto, sabe-se que os custos altos do refino (na época) não contribuíram para uma escalada vitoriosa de Saligne, ficando apenas com alguns reconhecimentos honoris vindos de vários acadêmicos e sábios de sua época como do catedrático germânico Von Hermann, que segundo Bey (1936) [...] “Von Hermann escreveu que os estudos de Saligne constituíam o fato mais importante da atualidade e que os produtos extraídos da nafta estavam destinados a um futuro tremendo”. Von Hermann não somente elogiava o maior dos feitos da futura indústria, como profetizava o futuro dos próximos séculos da história econômica, política e social do mundo.

Como se vê sucintamente, a história do líquido precioso que mudou o curso da história moderna, não teve o seu preâmbulo nas colinas, vales e planícies rochosas da região centro-atlântica dos Estados Unidos, nomeadamente, Estado de Pensilvânia. Contudo, remonta séculos e milênios antes mesmo da era cristã. Mas, concomitantemente, não

podemos falar da história moderna do petróleo, sua transformação, ruptura civilizatória, poder, riquezas *versus* pobreza, sem citarmos com detalhes o âmago da industrialização do ouro negro.

Vimos anteriormente que em vários séculos e milênios o uso da nafta era comum em vários lugares do mundo e que várias pesquisas e pesquisadores no século XIX despenderam tempo para investigar sobre o óleo cru que jorrava em várias planícies da superfície terrestre, mas nada disso foi igual ou superior ao que se viu na América entre os anos 1850 a 1914.

Nos primórdios do século XIX, os Estados Unidos era, assim como em vários outros do mundo, colonatos habitados nas zonas ribeirinhas ou nas costas oceânicas, lugares que serviam de meio de comunicação entre os povos. Com particularidades geográficas fabulosas devido a sua enorme extensão, o povoamento do território nesse período foi demasiadamente lento. Grandes zonas do interior da América permaneciam vazias e as pequenas aglomerações ribeirinhas (que futuramente iriam se tornar grandes metrópoles) andavam afastadas dos grandes experimentos acadêmicos do Salligne e tampouco as notícias da procura do óleo destilado na América os alcançava. Mas tudo isso mudaria em pouco tempo.

Os proprietários de uma serraria em Titusville, Pensilvânia, enviaram ao engenheiro químico de nome George H. Bissel, do colégio de Dartmouth uma amostra de óleo que fora encontrada nas suas propriedades. O engenheiro, por sua vez, recolheu o material e tão cedo enviou uma amostra a um respeitado químico do colégio de Yale, o engenheiro Sulliman, para sua apuração. Em outro modelo, Bey afirma que “Sulliman era uma sumidade; conhecia os estudos do francês Salligne e deu um parecer sensacional”. Neste período, as ocorrências do óleo que brotavam subitamente em vários lugares das redondezas da pequena cidade de Titusville eram frequentes;

O petróleo aparecia subitamente do palco. Os jornais deram a notícia espetaculosa de que o óleo bruto podia com facilidade ser transformado em um excelente iluminante, em gás, em parafina e em óleo de lubrificação. [...] Está de posse de um material de que podem ser extraídos por processos simples e pouco dispendiosos diversos subprodutos de valor extraordinário, fora como Sulliman concluíra o seu parecer (Bey, 1963, p. 69).

George Bisell não era apenas um cientista teórico, corria em suas veias um espírito empreendedor, tanto que, após ter recebido com entusiasmo a resposta positiva vinda

do célebre cientista Sulliman, tratou de fundar aquela que seria a primeira companhia de petróleo que o curso da história contemporânea registrará: Oil Company e, imediatamente transferiu suas atividades de pesquisas para a cidade de Titusville para examinar com mais atenção os possíveis campos petrolíferos. Após três árduos anos de pesquisas e investimentos improfícuos, Bisell procurou uma alternativa para resolver o seu problema, contratando e delegando o “coronel Drake²” em 1859 para perfurar na mesma região sistematicamente. Como um aventureiro que se presa, Drake viveu em Titusville em condições precárias, enfrentando e sobrevivendo ao inverno rigoroso na esperança de encontrar a jazida de petróleo e concomitantemente a riqueza. Nesse âmbito de entusiasmos e coragem de Drake, os investidores viram nele a personagem que tinha tudo para ser usado como simples objeto em favor dos interesses comerciais de um pequeno grupo burguês. Notando isso, foram logo tratando de nomeá-lo como o grande xerife das desertas colinas da Pensilvânia.

Ilmar Penna (1938), no seu livro “Petróleo: política e poder” afirma que, em 1858, foi organizada a Seneca Oil Co, na Pensilvânia, para exclusivamente pesquisar e explorar petróleo no Vale Oil Creek, sob a supervisão do coronel Edwin Laurence Drake, as coisas começaram a ter um rumo diferente, Drake e Bisell buscaram formas de legalizar a atividade a fim de se evitar problemas futuros. Foi assim que Drake buscou patentear os seus feitos para legitimar-se como o pioneiro da futura descoberta. No entanto, o contrato de arrendamento estabelecido por Drake previa o início das atividades no verão de 1858, estação que segundo previa Drake, seria melhor se trabalhar. Após ter passado por dificuldades de várias ordens, no dia 27 de Agosto de 1859, Drake descobriu o primeiro poço de petróleo comerciável. Drake, não tinha dimensão do que aquele momento iria significar para a história das civilizações futuras. Cabe salientar que dez anos atrás, em território americano, o mesmo óleo era comercializado como remédio para o tratamento de enfermidades como reumatismo pelo preço de 1.00 a garrafa. Meses após sua descoberta, o petróleo já era comercializado a 20,00 usd por barril para o uso específico das lamparinas, com o nome registrado de querosene. A expansão da indústria era dinâmica e rápida, e após 10 a 15 anos de existência, já se mostrava essencial para a economia internacional, passando de uma produção inicial de 10 milhões de toneladas em 1872 para 100 milhões 15 anos mais tarde, números esses que nunca mais retrocederam, dobrando ou triplicando a cada 5 a 10

² [...] Era Drake uma aventureiro de boa tempera, que já havia sido tudo na via, desde mascate até fiscal da estrada de ferro. Apesar de extremamente pertinaz e alerta, só depois de lançar-se ao trabalho é que alcançou a extensão das dificuldades (BEY, 1936, p. 69).

anos, passando de 1.000 milhões em 1960 para 2.000 milhões em 1970 e mais de 3.500 milhões, no final da década de 1980.

Ilmar Penna (1938) faz uma linha linear da evolução histórica estrutural da indústria internacional de petróleo desde Titusville até a dimensão de 1980, dividindo em quatro estágios a seguir:

O primeiro momento de 1859 a 1911, momento que revela a ascensão e queda do império de John Rockefeller. O segundo, de 1911 a 1938, engloba a expansão internacional da Royal Dutch-Shell, a criação em países industrializados de empresas públicas petrolíferas, tais como a Anglo-Persian e a Compagnie Française de Petroles – CFP, a formação do cartel internacional do petróleo e o apogeu do sistema concessionário no Oriente Médio. O terceiro, de 1938 a 1960, abrange o declínio da hegemonia do cartel das oito grandes, o recrudescimento do intervencionismo do Estado, a internacionalização das companhias independentes e a criação da Organização do Países Exportadores de Petróleo (OPEP). O quarto, de 1960 em diante, diz respeito à “crise energética”, em que companhias internacionais de petróleo, países produtores e consumidores, buscam solucionar os complexos problemas de abastecimento e de preço da nova ordem internacional (MARINHO JR, 1938, p. 16).

No quadro nº1, far-se-á uma síntese da reconstituição estrutural do curso histórico da indústria petrolífera a partir do paradigma de John Rockefeller³, até a formação da nova estrutura internacional da indústria petrolífera entre os anos 1960 a 1986.

Quadro nº1: EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA INDÚSTRIA INTERNACIONAL DO PETRÓLEO

Estágios	Eventos
Formação indústria de petróleo (1859 -1911)	1. Descoberta do petróleo em Titusville (1859) 2. Integração vertical e monopólio do Standard Oil Trust 3. Dissolução judicial do Standard Oil Trust 1911

³ Em 1870 um certo John D. Rockefeller se associa a alguns personagens extravagantes para fundar a Standard Oil Company Of Califórnia, cuja a ideia de partida era a seguinte: oferecer ao público produtos de qualidade, produtos standard, em lugar das milhares de variedades desiguais encontradas no comércio.

Ideia nº 2: adquirir o controle progressivo de tudo que tem ligação com o petróleo, desde as empresas de perfuração até os organismos de venda ao varejo, passando pelo transporte e pela refinação, de modo a não poder ser vítima de nenhum meio de pressão.

Ideia nº 3: racionalizar a produção e o mercado do petróleo, forçando, por todos os meios, persuasão, ruína, violência, as outras sociedades a se unirem a ele. [...] provavelmente Rockeller é o maior o maior aventureiro do petróleo. É uma personagem fora de série. Sua vontade de poder ilimitada é servida por um senso de organização prodigiosa. É ele o verdadeiro inventor dos métodos e da moral do capitalismo moderno. Pouco se lhe dá o número de rivais que levou ao suicídio: sua ética se resumia numa palavra: eficácia (BERGIER e THOMAS, 1975, p. 39).

Apesar desse legado incongruente de Rockefeller, foi considerado o pai da indústria moderna Norte Americana quicá mundial, por quebrar paradigmas da sua época.

<p>Formação do cartel internacional do petróleo</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Expansão da Royal Ductch-Shell 2. Criação da Anglo-Persian (1912) e da compagnie Française des Pétroles (1924) 3. Implementação do acordo de Achnacarry (1928) e do preço da referência. 4. Hegemonia do sistema concessionário e conquista do Oriente Médio (1920-1938)
<p>Formação do Cartel dos Países produtores (1938-60)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Implantação do monopólio estatal no México (1938) 2. Formula de participação 50/50 na Venezuela (1948), a malograda nacionalização do Irã (1951-1953) e a criação da Petrobrás em 1953 3. Crise de Suez (1957) e o controle das importações Nos EUA (1959) 4. A intensificação do intervencionismo estatal e a internacionalização 5. Criação da OPEP (1960)
<p>Formação da nova estrutura Da indústria internacional De petróleo (1960-1986)</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. IV conferência da OPEP em Genebra (1962) XVI Em Viena e o XXI em Caracas (1970) 2. Acordos de Teerã e Trípoli 1971: o primeiro choque do petróleo 3. Guerra do Oriente Médio e a politização do petróleo 4. A crise Iraniana (1978) e guerra do Irã-Iraque (1979): segundo choque do petróleo 5. A nova ordem ou desordem internacional: o terceiro choque do petróleo (1985)

Fonte: MARINHO JR. 1938, p. 17

Após seus primeiros anos de formação, a indústria petrolífera deparou-se com dois grandes problemas: o volume da produção e a capacidade de refino frequentemente extrapolavam o consumo diário; segundo, a antecipada exaustão de bons poços comerciais excluía a segurança de uma produção regular. Essas convergências refletiam o estado debilitado da indústria petrolífera norte-americana durante os seus primeiros 15 anos de existência. A consequência dessa flutuação volátil era imediatamente refletida na estabilidade do preço. Segundo afirma Bergier (1975) um barril de petróleo foi vendido em 1859 a 20 Usd, três anos de depois (1861), despencou para 0.10 Usd. Em 1864 8.80, no mesmo ano quando houve um aumento de 73% na produção, os preços variam em 1.35 a 7.00 Usd.

Como podemos observar, esse era o panorama da indústria petrolífera nos seus primeiros 15 anos e o cenário que John Rockefeller encontrou. Ilmar Penna (1938), sublinha que [...] suas concepções e métodos, responsáveis pela ascensão vertiginosa da Standard Oil, predominariam no primeiro estágio da estrutura da indústria do petróleo. Rockefeller era um gênio na arte de lidar com os números, por essa razão, tratou de instrumentalizar estrategicamente duas características básicas, que perdura até os dias atuais: a integração vertical, ou seja, (produção, refino, transporte e distribuição) e o monopólio (conquista do mercado pela eliminação da concorrência). Bergier (1975), no seu livro intitulado ‘A guerra secreta do petróleo’ traça a linha mestra do pensamento criativo e inovador de Rockefeller com a seguinte afirmação;

[...] em 1870 um certo John D. Rockefeller se associa a alguns personagens extravagantes para fundar a Standard Oil Company of Ohio, cuja ideia de partida é a seguinte: oferecer ao público produtos de qualidade, produtos Standard, em lugares das milhares de variedades desiguais encontradas no comércio.

Ideia nº 2: adquirir o controle progressivo de tudo o que tem ligação com petróleo, desde as empresas de perfuração até os organismos de venda ao varejo, passando pelo transporte e pela refinação, de modo a não poder ser vítima de nenhum meio de pressão.

Ideia nº3: racionalizar a produção do mercado de petróleo, forçando, por todos os meios, persuasão, ruína, violência, as outras sociedades a se unirem a ele. Isto resultou, aos 2 de janeiro de 1882, na criação da Standard Oil Trust, formada da fusão de quarenta companhias que entregam seus destinos às mãos de Rockefeller. Em 1897, o truste toma o nome de Standard Oil of New Jersey e se torna a companhia mais poderosa do mundo (BERGIER 1975, p.38)

Rockefeller é apontado por vários especialistas na história do petróleo como sendo o maior aventureiro de petróleo de todos os tempos. Sua personalidade dúbia entre religiosidade cristã e a perversidade na arte dos negócios faziam dele uma figura amada e odiada. Sua obsessão pela fortuna e sua vontade ilimitada pelo poder eram também

premiadas por um senso de organização extraordinário que somadas foram capazes de fazer dele, o nome da indústria moderna petrolífera. Bergier (1975), ousa a dizer que “[...] Rockefeller é o verdadeiro inventor dos métodos e da moral do capitalismo moderno”. O autor, em outro modelo, faz menção de que a “ética de Rockefeller se resume na sua eficácia”.

O maior nome da indústria moderna de petróleo, John Rockefeller, nasceu aos 8 de Julho de 1839 no estado de Nova York. Aos catorze anos começou a trabalhar como servente ganhando quatro dólares semanais. Bey (1936), afirma que [...] Rockefeller economiza esse dinheiro, frequenta igrejas, evita e detesta divertimentos e aos vinte anos já estava associado a um pequeno negócio em Cleveland. Rockefeller era conhecido pelos seus dotes naturais na arte dos números e após ter contato com petróleo em 1859, sua vida econômica nunca mais foi a mesma. Em 1858, Rockefeller dispunha de 500 dólares em 1865, de 50.000; cinco anos depois possuía um milhão de dólares, em 1885, 100 milhões; em 1900, um bilhão e, em 1910, Rockefeller atingiu a marca de dois bilhões de dólares; Bey (1936) nos lembra de que,

Rockefeller não comia, não bebia, não dormia. Um puro asceta do dinheiro. Percorria os campos petrolíferos comprando a matéria prima nas melhores condições possíveis, de modo a fazer a sociedade ganhar em três anos cem mil dólares. Sua cota representava soma bastante elevada para quem cinco anos antes só percebia quatro dólares por semana (Bey, 1936, pp. 78-79).

Rockefeller concluiu o seu primeiro grande alvo aos 10 de Janeiro de 1870, fundando a Standard Oil Company, um agrupamento de diversas refinarias sob seu comando. Rockefeller se propunha inovar o mercado petrolífero com as seguintes propostas: proporcionar ao público produtos de qualidade, em lugares das milhares existentes no mercado, segundo: ter o domínio progressivo de todos os produtos que tem ligação com o petróleo e, nisso incluía empresas de concorrentes. Terceiro, racionalizar a produção para determinar o preço do petróleo e, com isso, forçar por persuasão as concorrentes a se unirem a ele. Com essa atitude, Bergier (1975), “resultou, aos 2 de Janeiro de 1882, na criação da Standard Oil Trust” corporação que estava composta por mais de quarentas companhias, que por um outro motivo entregaram e delegaram a Rockefeller os destinos dos seus negócios.

1.2. O Nascimento das Sete Irmãs⁴

O nascimento das sete irmãs está ligado diretamente a Standard Oil, criada em 1870 no estado de Ohio, uma sociedade formada por John Davison, John Rockefeller, William Rockefeller, Henry Flagler, o químico Samuel Andrews e Stephen V. Harkness e, que concomitantemente está ligada ao nascimento da indústria petrolífera no mundo que, por sua vez, está ligada ao modelo de desenvolvimento econômico e financeiro do século XX.

Marinho Jr. (1970), no seu livro intitulado “Petróleo Soberania e Desenvolvimento” afirma que;

Nenhuma indústria se oferece tão vasta em ramificação, tão essencial à economia mundial e tão vinculada à economia internacional quanto a indústria de petróleo, cuja expansão, sem confronto na história, não só conseguiu suportar a vertiginosa demanda de energia exigida pelos programas de reconstrução industrial do pós-guerra, como também a que sucedeu ao seu subsequente crescimento (ILMAR PENNA, p. 15).

⁴ A denominação “sete” irmãs nasceu devido a relação próximas que essas empresas tinham no passado: Royal Dutch Shell, atualmente conhecida de Shell; Anglo-Persian Oil Company (APOC); Mais tarde, British Petroleum Amoco, ou BP Amoco. Atualmente é conhecida pelas iniciais BP; Standard Oil of New Jersey (Esso). Exxon, que se fundiu com a Mobil, atualmente, ExxonMobil, Standard Oil of New York (Socony). Mais tarde, Mobil, que fundiu-se com a Exxon, formando a ExxonMobil. Texaco. Posteriormente fundiu-se com a Chevron, formando a ChevronTexaco de 2001 até 2005, quando o nome da companhia voltou a ser apenas Texaco. Standard Oil of California (Socal). Posteriormente formou a Chevron, que incorporou a Gulf Oil e posteriormente se fundiu com a Texaco, Gulf Oil. Absorvida pela Chevron, posteriormente ChevronTexaco.

São chamadas de “irmãs” devido às relações “incestuosas” que mantêm entre si, pois cada uma delas participa em graus variáveis, nos empreendimentos controlados pelas demais. Através desse emaranhado de participações acionárias, as seis irmãs formam um quase-truste mundial de petróleo, conciliando interesses estratégicos comuns, sem eliminar rivalidades regionais. Nesse quase-truste, o capital norte-americano é hegemônico.

No início da década de 70, esse quase-truste levou à exaustão parte das reservas conhecidas de petróleo de baixo custo de extração, pondo fim ao período de quase trinta anos de comercialização do petróleo ao preço vil de apenas 2 dólares o barril de 150 litros.

A prática de vendas volumosas de petróleo a baixo custo unitário levanta uma questão teórica interessante: por que empresas com poderes de truste não tentaram otimizar lucros, impondo preços altos para o petróleo que tinham sob controle? Em primeiro lugar, porque era materialmente possível vender a preço baixo e auferir lucro, graças ao custo quase zero de extração nas grandes jazidas do Oriente Médio - da ordem de apenas centavos de dólar por barril. Em segundo lugar, porque somente assim seriam marginalizados os eternos “aventureiros”, as pequenas e médias empresas, que não podiam competir num mercado onde apenas operações muito grandes davam lucro. O preço vil, a exploração predatória, a massificação do consumo, foi a forma específica de domínio de mercado encontrada pelo truste no setor petrolífero (KUCINSKI, 1981, p. 12).

A indústria petrolífera, diferente das outras indústrias que durante a primeira e segunda revolução industrial, liderou a locomotiva econômica de suas épocas como a indústria de carvão e metais preciosos foi fruto de um processo evolutivo até atingir o seu momento de apogeu comercial e lucrativo; no caso da indústria petrolífera, ela não obedeceu a esse processo de gestão empresarial porque ela basicamente foi criada. Por essa razão, a sua essência à economia mundial é fruto de ideias políticas de gabinetes como veremos adiante.

Antes de entrarmos na linha histórica do nascimento das setes principais indústrias de petróleo que dominaram e dominam mais de três quartos da produção mundial do petróleo em outros modelos, gostaríamos fazer uma chamada pertinente na definição de indústria petrolífera que Ilmar Penna (1970) propõe afirmando que “a indústria do petróleo, em sentido lato, é um complexo de muitas atividades, variando desde a pesquisa do mineral em seus depósitos naturais até a distribuição de produtos refinados”.

Essa definição, ao nosso ver, representa o que é a indústria petrolífera, isto é, uma indústria que desde os seus primeiros passos fundamentou-se na teoria de que sem um modelo horizontal não seria possível existir e, com isso, teve desde cedo um ornamento baseado no monopólio e carteis. As sete *Big Oil* constituíam-se no mais bem organizado cartel internacional que a história da indústria mundial já conhecera. Passaremos, agora, a descrevê-las contextual e nomeadamente.

Standard Oil Company Of New Jersey (Exxon – Exxon Mobil)

A Standard de Jersey, como era conhecida e atual Exxon Mobil, foi a das sete irmãs que ficou com o maior legado do truste petrolífero liderado por Rockefeller e seus agregados. A Standard de New Jersey ficou com (43%) de tudo que era da Standard Oil depois de 1911, ano que o governo norte-americano ordenou o fim do monopólio liderado pela Standard. A Jersey manteve-se ligada diretamente a Rockefeller, mas seu líder passou a ser John D. Archbold, homem que Rockefeller colocou propositalmente para disfarçadamente dirigir os trustes. Juhasz, (2009) no seu livro “A tirania do Petróleo” lembra-nos de que;

Archbold era ainda mais odiado que Rockefeller pelos moradores das regiões petrolíferas, pois tinha sido um deles antes de se converter a um traidor. Depois de se unir à primeira rebelião contra Rockefeller, Archbold “passou para o lado da

Standard”, e começou a encampar refinarias em segredo para a South Improvement Company. Em questão de meses, ele adquiriu quase trinta refinarias, e rapidamente ficou conhecido como um dos homens mais desprezíveis do setor. Seu estilo agressivo o levou para o topo do truste, e depois a presidência da Stanadard Oil of New Jersey (JUHASZ, ANTONIA, 2009, p. 71).

A Jersey Oil por muitos anos foi a principal e mais rica das companhias pós-dissolução, por intermédio da conservação do seu status como financiadora das distintas empresas, concedendo empréstimos para produção e desenvolvimentos exploratórios de novas jazidas. A Jersey Oil também detinha o controle sobre o transporte, o refino e vendas. Ao final da Primeira Guerra Mundial, a Jersey Oil focava-se especialmente ao mercado interno, geralmente nas áreas costeiras, embora tivesse uma estrutura de competição mundial, com foco nos produtos refinados, como querosene e lubrificantes. Os incentivos tributários do Estado de Nova Jersey fizeram com que a companhia se organizasse por ali no mesmo ano em que o monopólio dos trustes fora constituído, mas sua sede permaneceu no Estado de Nova York, na Broadway, nas redondezas da Wall Street no número 30 da Rockefeller Plaza. No seu livro “Petróleo em Crise”, O’ Connor (1962) ressalta que

[...] A Jersey tirava cerca de um terço de seus lucros da Creole Petroleum, sua subsidiária na Venezuela, um terço no Oriente Médio e um terço das operações domésticas, principalmente através de Humble Oil & Refining. O ano de 1957, refletindo a crise de Suez e a pressão que o cartel exerceu sobre os consumidores, em resultado disso, foi ano áureo para lucros da Jersey: US\$ 805 milhões. Com a venda de um bilhão de barris de seus produtos, a Jersey obteve US\$ 630 milhões em 1960 (O’CONNOR, 1962, p. 14).

Entre os anos 1911 a 1960 a Jersey Oil detinha na Ásia uma participação de 50%, com suas subsidiárias Standard-Vacuum (Stanvac), Socony Mobil, produzindo na Indonésia e fazendo exploração em todo Oriente. No entanto, entre os anos 1950 a 1960 houve uma queda de lucros significativa por parte da Jersey, que O’Connor (1962) aponta num principal fator a Venezuela. Os dados indicavam um crescimento no volume de produções de empresas independentes atuando na Venezuela, como a Creole, que em 1957 teve uma renda de US\$ 397 milhões; em 1960, 205 milhões. A Standard na Nova Jersey neste período detinha 15% de toda produção mundial de petróleo.

Standard Oil of New York (Mobil – Exxon Mobil)

A segunda maior na linha de sucessão dos *lobis* Standar Oil foi a Standard Oil of New York, ou popularmente chama pelo Pseudônimo de SoCoNY, que evoluiu para

Mobil e posteriormente ExxonMobil. A SoCoNY foi fundada em 1882 como a Standard Oil Company of New York. Na época da dissolução da Standard Oil, essa companhia obteve 9% do valor total do monopólio de Rockefeller; assim como a Standard Nova Jersey, a SoCoNY também ficou sediada na 26 da Broadway e, tendo na presidência sr. Henry Folger. Juhasz (2009) afirma que

[...] A SoCoNY manteve a sua ampla presença no mercado estrangeiro, que mantinha desde antes a dissolução. Pouco depois da dissolução a gasolina substituiu o querosene como o principal produto vendido a partir do óleo cru e na maior parte da gasolina era vendida nas grandes cidades da Costa Leste. A área comercial da SoCoNY incluía todas essas cidades. Embora fosse a segunda maior empresa de petróleo do país, SoCoNY ficou, desde seu nascimento, conhecida para sempre como a “irmã menor” da Jersey Standard. As duas companhias se fundiram em uma única empresa em 1999, formando a ExxonMobil (JUHASZ, 2009, p. 72).

Em 1931 a SoCoNY fundiu-se com a Vacuum Oil Company – companhia da antiga Standard Oil Trust, uma empresa que era especializada em vendas de lubrificantes no mundo inteiro, passando assim a chamar-se SoCoNY – Vacuum e, em 1955, torna-se a SoCoNY Mobil. A outra fundição acontece em 1959, dessa vez no âmbito interno e visando o mercado doméstico, a SoCoNY acoplou as suas principais subsidiárias internas como a Magnolia e a General Petroleum. Com isso a SoCoNY, que posteriormente ficou conhecida pelo o nome de Mobil e hoje simplesmente ExxonMobil tornou-se numa das principais empresas mais ricas do mundo.

A SoCoNY sempre manteve uma relação estreita com a Standard de Nova Jersey e, com isso facilitava manterem negócios e carteis em vários lugares a onde tinham negócios em comum. No Extremo Oriente, por exemplo, ambas possuíam a Standard – Vacuum (Stanvac) que produzia na Indonésia e perpetrava todos negócios na forma de império absoluto na aquela região. Por essa razão afirma O’ Connor (1962) [...] “O departamento de Justiça dos Estados Unidos julgou que essa ligação de empresas era íntima demais e em 1960 obrigou a sua dissolução”. Visivelmente, a dissolução de 1911 não foi um fato, como nos ressalta Juhasz (2009),

A suprema Corte determinou que a Standard Oil fosse dissolvida em 1911, e, dessa maneira, as empresas pós-dissolução teriam de competir como entidades individuais e separadas. As companhias receberam a permissão de firmar contratos entre si por “motivos legítimos”, mas todas essas ações ficaram sujeitas ao escrutínio determinado pelo tribunal não aconteceu, e o governo abdicou do seu papel como regulador. Embora a Standard Oil fosse dividida em 34 entidades menores, as empresas, durante anos, continuaram a atuar essencialmente como única companhia, (JUHASZ, 2009, p. 69).

Standard Oil of California (Chevron)

Seguindo a linha de sucessão pós-dissolução da Standard Oil, a Standard Oil da Califórnia, também conhecida pelo pseudônimo de SoCal, era a terceira maior empresa petrolífera que durante os anos de 1911 e 1960 dominaram com supremacia absoluta a exploração e vendas de petróleo no mundo inteiro. Diferente das outras duas irmãs já citadas, a SoCal teve uma história peculiar por um simples motivo: ela não foi criada no seio da Standard. Em 1876 a Star Oil Works, pertencente a Demetrius Scofield e Frederick Taylor, descobriu petróleo nas redondezas da cidade de Santa Susana, numa região a Sul do Estado da Califórnia e, anos mais tarde a Pacific Coast Oil Company Os San Francisco comprou a companhia. Segundo afirma Juhasz (2009);

Embora a Standard Oil comercializasse querosene na Califórnia desde 1879, Rockefeller manteve seu desdém pela produção e deixou companhias como a Pacific Coast Oil em paz. Com o novo século, porém, surgiram novas prioridades, em 1900 a Pacific passou para a Standard. Seis anos mais tarde seu nome foi mudado para Standard Oil Company Of California, ou simplesmente SoCal (JUHASZ, 2009, p. 72).

A SoCal herdou todas as instalações da Costa do Pacífico e, por muitos anos abraçou a ideia de ser uma empresa provinciana, com status de ser a dona de toda a produção e, concomitantemente, a suprema naquele mercado escolhido por ela. Olhando por essa ótica, pode-se achar que a decisão do cartel em deixar a SoCal atuando somente no seu estado da Califórnia, foi ironicamente vantajosa. No exato momento em que se dá a dissolução da Standard Oil, a produção de petróleo no estado da Califórnia era maior do que qualquer outro país produtor fora da arena americana, sendo na época responsável por 22% do total produzido no Mundo. Juhasz (2009), em outro modelo reafirma que, “em 1919, a SoCal sozinha produzia 26% do total de petróleo dos Estados Unidos, mais do que qualquer outra empresa individual”. A SoCal, uma empresa que nasceu de uma iniciativa independente numa cidadezinha do Estado da Califórnia, não demorou para crescer no mercado interno e, tão cedo tratou também de se projetar no mercado externo visando maiores lucros e prestígio. O’ Connor (1962) ressalta que,

[...] em 1958 quase metade de sua renda líquida de S\$ 258 milhões vinha do hemisfério Oriental, embora no ano anterior, em parte devido a crise de Suez, o Hemisfério Ocidental tivesse constituído o dobro da renda do hemisfério Oriental. A renda de 1960 foi de US\$ 266 milhões. O líquido da companhia nas suas concessões do Hemisfério Oriental excede ao custo dos investimentos em US\$ 455 milhões, uma soma principesca para vinte anos de operação. Em 1960 menos de um sétimo da produção da Califórnia vinha de seu estado. O Canadá e América

do Sul representavam um nono e o Hemisfério Oriental, pouco mais da metade (O'CONNOR, 1962, P. 25).

Cabe ressaltar que o crescimento volumoso de capital que a SoCal obteve durante os seus primeiros 30 anos de mercado, não se deu apenas pela a sorte do *boom* petrolífero que houve no Estado Califórnia durante o período da dissolução com a Standard Oil, mas, acoplados estavam os fatores de monopólios e carteis que as setes irmãs faziam questão de manter em sigilo.

Texas Fuel Company (Texaco – Chevron)

Quando o petróleo começou a jorrar nos poços das colinas e das montanhas rochosas no Estado do Texas, o Estado se tornou o novo centro do petróleo americano. Buckskin Joe criou aos 10 de Janeiro 1901 a Texas Fuel company e anos mais tarde a companhia mudou o seu nome para Texaco Oil Company e, em seguida, para Texaco. Por muitos anos essa companhia operou apenas nos EUA, razão pela qual foi muitas vezes considerada “conservadora e retrógrada” pelas próprias irmãs. Por razões geográficas apontadas por vários estudiosos em história do petróleo, a Texaco sempre foi muito unida a Standard Oil da Califórnia (Chevron), que por essa razão, lhe foi aplicado o apelido das “gêmeas terríveis”. O'Connor, contextualizando o nascimento histórico da Texaco, reforça que;

Como a Gulf, a Texaco (anteriormente, Texas Company) nasceu da grande descoberta de Spindlotop, na costa do golfo do Texas. As duas companhias foram pioneiras em grandes modificações na indústria petrolífera interna. Uma dessas modificações foi a “integrarem” levando o petróleo do poço até o mercado – enquanto a Standard Oil Trust se concentrava na refinação e na venda. Outra razão: como o petróleo do Texas era sulfuroso e resistia à transformação em querosene, então o principal produto, essas companhias abriram novos mercados para a utilização industrial em navios de seu produto pesado. Com isso, conseguiram evitar o controle que a Standard tinha sobre os mercados convencionais, principalmente quanto ao querosene e os lubrificantes, e romper o seu monopólio. Ambas as companhias eram, também semelhantes quanto ao seu financiamento, grande parte do qual vinha das indústrias do ferro e aço, controlados por J.P. Morgan com a formação da United States Steel Corporation (O'CONNOR, 1962, p.20).

Com esse diferencial proposta pela Texaco Company e o diferencial bioquímico do seu petróleo, fez com que a empresa se posicionasse entre as maiores indústrias de petróleo no mundo inteiro. Uma empresa jovem, fundada apenas em 1902 quando comparada às outras irmãs, chega à década de 1960 como a quarta maior indústria de petróleo dos Estados Unidos, a terceira em ativo, e em lucros líquidos, a segunda. De 1911

a 1960 foi a única companhia que atuava em todos os estados da federação Americana. Por outro lado, a companhia tinha traquejo em negócios, superando as outras e saindo na frente na internacionalização do seu capital e, com isso teve o êxito de manter relações comerciais com todos os países fora da tutela da ex-URSS, por intermédio das suas subsidiárias ou pela vasta rede da empresa Caltex.

Assim como as outras “*Big Sisters*” a Texas Oil company, também dependia das empresas menores para o escoamento, distribuição e vendas em várias regiões dos Estados Unidos, por essa razão em 1936 a Texas Oil fechou um negócio com a Caltex a fim de expandirem juntos uma rede de distribuição e vendas em todos os Estados da federação. Neste mesmo período, a Standard da Califórnia havia adquirido o monopólio do petróleo da pequena ilha do Oriente Médio, o atual (Bahrein) e de outras regiões circunvizinhas da Arábia Saudita, muito embora não dispunha no momento de uma rede compacta afim de se materializar o projeto piloto da Standard da Califórnia, que era a internacionalização de vendas. Alguns autores apontam que entre as décadas de 1930 a 1945, a Standard da Califórnia não tinha uma estrutura de organização mundial, por essa razão abriu mão da sua metade nas operações do Bahrein e de alguns outros campos que possuía na região, passando a usar as instalações de distribuição da Texaco Oil Company.

Após o fim da Segunda Guerra, período que os Estados Unidos passam da categoria de exportadores para importadores de petróleo, a união entre a Texaco com a Califórnia tornou-se mais viável, porque a Texaco Oil abastecia seus mercados internacionais com o petróleo que era produzido nos Estados Unidos. No entanto, o prejuízo seria incalculável se não fosse a descoberta de petróleo no Oriente Médio. E para compensar aquilo que seria uma das maiores baixas orçamentárias da Texaco Oil, a companhia tratou de buscar com urgência novas fontes de exploração e abastecimentos como, no Canadá, Colômbia, Venezuela, Trinidad e Tobago; por intermédio da Caltex. Em suma, O’Connor sintetiza história gloriosa da Texaco afirmando que;

A renda líquida da Texaco desde 1903 foi de US\$ 4,236 bilhões; pagou dividendos de US\$ 1.674 bilhões; os dividendos de 1958 foram maiores do que nos primeiros 23 anos de vida da companhia. Como ocorreu com a maioria dos outros membros do cartel, a gigantesca renda da Texaco desenvolveu-se desde o término da Segunda Guerra Mundial, quando os campos do Golfo Pérsia foram abertos. Em, 1916, a renda líquida da companhia ultrapassou, pela primeira vez, a marca dos 10 milhões; mas só em 1947 ultrapassaria a marca dos 100 milhões de dólares, para triplicar na década seguinte, (O’CONNOR, 1962, p.22).

Gulf Oil Corporation

Assim como a Texaco Oil Company, a Gulf Oil Corporation, a sua origem teve lugar no campo de petróleo de Spindletop (1901), sendo reverenciada na época como um dos maiores campos aonde se jorrava petróleo no mundo. Para muitos estudiosos na área energética, a descoberta em Spindletop ultrapassou as expectativas de todos os empresários petrolíferos que atuavam naquele lugar e principalmente do seu autor (Lucas Gushe⁵), que não sabia onde encontraria financiamento suficiente para arcar com as despesas que a produção lhe causaria. Foi nesse contexto que entra em cena o nome de Andrew W. Mellon, banqueiro de Pittsburgh, que comprou o controle da companhia.

Sob liderança de Mellon, a Gulf Oil Corporation, elevou seu patamar e logo se tornou uma das maiores empresas de petróleo dos Estados Unidos e, por muito tempo, a companhia atua, apenas no âmbito nacional, até porque, tecnicamente, não havia necessidade, pois, o campo de Spindletop, antes da Primeira Guerra Mundial, era um dos maiores do mundo e com isso a oferta geralmente superava a procura. Mas, após a Primeira Guerra Mundial, quando o campo de petróleo do Spindletop no Texas começou a esgotar, pela demanda causada pela Guerra, a Gulf Oil abriu suas antenas para o mercado exterior, propriamente nos campos promissores da Mesopotâmia (Iraque); lá, a Gulf Oil tentou sem sucesso uma concessão, mas aquele reduto estava sob monopólio britânico, que não queria abrir margens à concorrência. Neste âmbito, a Gulf Oil passou a dedicar-se única e exclusivamente no Kuwait e se pode dizer que por sorte foi uma guerra para Gulf Oil “bem perdida”, porque os britânicos não haviam tomado consciência de que as jazidas do Kuwait eram gigantescas e praticamente baratas de serem exploradas por estarem localizadas em *Onshore*. Fazendo uma análise histórica da Gulf Oil Corporation, o especialista O’connor (1962) afirma com certa ironia o seguinte:

⁵ Que buscava refúgio na América de perseguições de que fora vítima na marinha austro-húngara, chegou ao Texas após diversas pesquisas falhadas noutras regiões. Juntamente com Pattillo Higgins, desenvolveu equipamento de perfuração, baseado em maquinaria usada pela Ford Motor Company. Após diversas tentativas, o petróleo jorrou a quase 50 metros de altura, num local designado por Sour Springs Mound, no que atualmente é conhecido como campo petrolífero de Spindletop – que, no entanto, apenas produziu durante três anos. Com esta descoberta, a "febre do ouro negro" espalhou-se por todo o Texas, dando de imediato nascimento a companhias como Texaco, Mobil, Gulf e Humble Oil. (<http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=00072>) acessado aos 03 de Maio de 2015.

Enquanto o reio do Kuwait permanecer estável, a Gulf Oil terá o mais agradável de todos os territórios petrolíferos. Para a Gulf Oil, não existem problemas de capitais da Jersey e Royal Dutch. No Kuwait, raramente há um poço seco; o petróleo jorra a cinco mil barris por dia; e campos inteiros são guardados como reserva para o dia em que o consumo mundial possa equiparar-se a essa cornucópia de petróleo. Abandonando sua sociedade com outras companhias na Iraq Petroleum, cujos termos lhe proibiam negociar isoladamente dentro dos limites árabes do velho império Turco, a Gulf adquiriu em 1934 a metade das riquezas que ficavam sob as areias desertas do Kuwait, depois de sete anos de negociações (O'CONNOR, 1962, p. 19).

Por essa razão, até a década de 1960 a Gulf era a terceira a maior companhia de petróleo do cartel. As grandes riquezas petrolíferas do Kuwait, onde o custo de exploração eram os menores do mundo sem sombra de dúvidas foram determinantes para a soma de altos lucros que a Gulf Oil auferiu durante as duas primeiras décadas, que a mesma entrou no Kuwait. Segundo ainda O'Connor (1962), “das suas produções, 61% vinham do Oriente Médio, 13% da Venezuela e Canadá e outro um quarto provinha da sua atividade doméstica”.

O grupo Royal Dutch /Shell

A Royal Dutch/Shell, foi criada em 1906, fruto da fusão das companhias britânica Shell Oil, com a empresa holandesa Royal Dutch que granjeou uma autorização para exploração nas Índias Orientais holandesas, próximo da ilha de Sumatra (Indonésia). Dessa fusão, a Royal Dutch ficou com 60% e a Shell com 40%, formando uma das maiores companhias de petróleo, que era especialista na área transporte de petróleo e cabia a ela a responsabilidade de transportar todo o petróleo que era consumido na Europa proveniente da Rússia. Essa companhia praticamente foi a grande pioneira na internacionalização do petróleo. Antes dela, não há registro de outra que transportava petróleo numa escala global com eficiência e eficácia. Marinho Jr. (1936), enquanto dissertava acerca do começo da história da indústria petrolífera no mundo, referiu-se à gênese da Royal Dutch com a seguinte afirmação:

O nascimento da Royal Dutch remonta a 1880. Foi quando o gerente da Sumatra Tobacco Co. obteve do sultão de Langkat a concessão para explorar e produzir petróleo no extremo norte da Sumatra. Em Julho de 1885, já produzia petróleo. Para expandir suas atividades, recorreu ao Banco dos Países Baixos, que lhe concedeu financiamento. Estava criada a companhia holandesa para exploração dos poços de petróleo nas Índias Holandesas (mas tarde abreviada para Royal Dutch), com capital integralizado de US\$ 520 mil (MARINHO JR, 1936, pp.25-26).

Diferente das outras empresas, a Shell dos irmãos Samuel (Transport and Trading Company) fundada em 1897, era uma empresa especializada em transportar conchas no Extremo Oriente e observou que havia uma ascensão no mercado petrolífero e começou também a carregar petróleo e, posteriormente, especializou-se na produção de petróleo. Por essa razão, essa companhia saiu na frente de outras irmãs no quesito internacionalização de mercado, pois tinha experiência há décadas, possuía frotas de navios que o possibilitou fazer grandes carregamentos quando os campos de petróleo do Texas, Venezuela, Rússia, México e Califórnia estavam no seu ápice. As outras irmãs emprestaram por muitos anos serviços da Shell para escoamento de seus produtos pelo mundo e, com isso, a Shell foi se tornando uma das principais empresas petrolíferas do mundo.

British Petroleum (BP)

A atual empresa BP, primeiramente foi conhecida pelo nome de Anglo-Persian, posteriormente Anglo-Iranian e, foi a primeira empresa ocidental a explorar petróleo no Golfo Pérsico, região que desde os anos de seu descobrimento aos nossos dias, se tornara a região mais rica em petróleo no mundo. A Anglo-Persian até o ano 1933 foi a única e exclusiva detentora do petróleo da aquela região, sendo que, produzia e chegou a monopolizar por todos os campos da aquela região.

A Anglo-Persian foi criada pelo William Knox D'Arcy, um homem que havia ganho muito dinheiro minerando ouro em Queensland (Austrália). William ouviu falar que havia petróleo na região do Golfo Pérsico e tratou de escalar aquela região afim de multiplicar os seus negócios. Obteve com sucesso em 1901 uma concessão do Rei da Pérsia (Xá), no preço de 10 mil libras para pesquisa e exploração em quase todo o território sob sua tutela. Sete anos mais tarde descobriu-se petróleo perto de Masjid-Sulaiman, até naquele momento o maior campo petrolífero já descoberto e, em 1909 forma-se a Anglo-Persian, com um capital que fora disponibilizado pela Burmah Oil⁶.

⁶ A empresa foi fundada como o Oil Company Rangoon em Glasgow em 1886 por David Sime Cargill para desenvolver campos de petróleo no subcontinente indiano. No final dos anos 1890, ele passou para a propriedade de Sir Campbell Kirkman Finlay, cuja família já possuía vastos interesses coloniais através de seu veículo de negociação James Finlay e Co. Na primeira década do século 20, Burmah Oil tornou-se um acionista precoce e importante na Anglo-Persian Oil Company (APOC) - mais tarde Companhia Anglo-Iranian Oil, em seguida, British Petroleum e, eventualmente, BP.

Às vésperas da Primeira Guerra Mundial e, com a importância que o petróleo vinha tendo na economia ocidental, o governo britânico achou por bem investir 2 bilhões e 1 milhão de libras na Anglo-Persian (O'CONNOR, 1962, P.25), a fim de ter o controle não somente da empresa, mas, o controle do petróleo, que naquela altura já se tinha a certeza que a locomotiva industrial não andava mais à base de carvão.

O governo britânico afirmou que o objetivo daquele investimento não era tornar a Anglo-Persian numa empresa estatal. Seu intuito era apenas que o governo tivesse o poder de nomear dois diretores com poderes de vetos em casos de uma emergência. A nosso ver, era uma maneira sofisticada que o governo Britânico encontrou para não falar que a empresa e o petróleo da Pérsia estavam sob tutela do governo Britânico. Fazendo uma análise do investimento capital do governo Britânico na Anglo-Persian, Marinho Jr. (1936), afirma que [...] “O investimento governamental foi lucrativo, (ver os quadros 01 e 02). A BP teve 1960 uma renda líquida de US\$ 174 milhões, da qual pagou dividendos de US\$ 70 milhões”.

O governo (britânico) obteve apenas o direito de nomear dois diretores com poderes de veto apenas em questões estratégicas. O investimento governamental foi lucrativo. A BP teve uma renda líquida de US\$ 174 milhões, da qual pagou dividendos de US\$ 70 milhões.

Anteriormente única proprietária da refinaria de Abadan, a maior do mundo e dona da produção do Iraque, a BP ficou reduzida depois que o Irã nacionalizou suas propriedades em 1951, a 40% do consórcio organizado em 1954 com ajuda da Agência Central de informação e do Departamento de Estado. Do restante, 14% foram concedidos à Royal Dutch/Shell, 40% divididos pelos cinco membros americanos do cartel e 6% para os franceses, (O'CONNOR, 1962, pp. 26,27).

Em 1951 o governo iraniano nacionalizou toda a produção de petróleo em seu território, tirando da BP o privilégio de ser a proprietária da refinaria de Abadam, a maior do mundo na aquela época. Após ser praticamente expulsa do Irã, a BP virou a Kuwait país na qual tinha recebido algumas concessões, no período em que a Gulf havia se instalado por lá. Por sorte, a produção no Kuwait estava a todo vapor e a companhia em menos de 5 anos de exploração e produção, conseguiu se erguer e, aproveitando o bom momento a BP em 1958, conseguiu entrar nos Estados Unidos, graças a uma aliança que a companhia tinha com a empresa americana Sinclair.

Quadro nº2. PRODUÇÃO MUNDIAL DE PETRÓLEO 1930-1960

(Milhões de Barris)

Ano	EUA	Venezuela	URSS	Kuwait	Arábia	Irã	Iraque	Mundo	Porcentagem dos EUA na produção mundial
1930	898	137	126	—	—	46	1	1.374	63,6
1935	997	148	182	—	—	57	27	1.655	60,2
1940	1.353	186	219	—	5	66	24	2.150	62,9
1945	1.714	323	149	—	21	131	35	2.595	66,0
1950	1.974	547	266	126	200	242	50	3.803	51,9
1955	2.484	787	510	398	352	121	251	5.626	44,2
1960	2.575	1.042	1.030	594	456	363	331	7.133	36,1

Fonte: Marinho Jr. 1936, p. 26

Os quadros 2 e 3, mostram-nos com maior luz que as rendas líquidas das setes irmãs durante os períodos de 1915 a 1960, período crucial na história política econômica de um século, que foi marcado por duas grandes Guerras, mas que apesar disso, os lucros líquidos dessas empresas não descaíram, muito pelo contrário, a tendência dos lucros foram duplicando e triplicando décadas após décadas.

Quadro nº3. - Renda Líquida das Sete Grandes, 1915-1960, (Milhões de dólares)

Ano	Standard Nova Jerse	Royal Dutch/Shel	Gulf	Texaco	Socony	Standard California	British Petroleum
1915	61	20	23	6	16	10	0,5
1916	71	21	18	14	37	18	0,5
1917	81	31	12	20	30	19	2
1918	57	48	13	21	29	15	6
1919	78	60	12	19	43	31	10
1920	165	74	29	31	39	42	18
1921	34	56	9	9	10	35	15
1922	46	54	20	27	20	29	13
1923	56	47	15	8	15	26	12
1924	81	55	19	27	22	36	8
1925	111	61	35	40	42	44	11
1926	118	67	35	36	33	55	11
1927	40	67	14	20	11	40	13
1928	109	68	36	45	40	46	9
1929	121	77	45	48	39	47	10
1930	42	57	11	15	40	38	26
1931	9	21	-24(del)	-10(del)	-4(del)	15	11
1932	0,3	19	3	-2(del)	5	14	12
1933	25	26	-11(del)	-1(del)	23	8	13
1934	46	45	3	6	24	18	13
1935	63	61	11	17	23	19	14
1936	98	85	26	38	43	23	24

1937	148	81	32	55	57	41	32
1938	76	81	13	23	40	29	26
1939	89	24	15	33	35	18	14
1940	124	22	22	32	36	23	15
1941	141	23	34	52	43	30	18
1942	83	23	23	35	31	31	36
1943	121	24	29	43	36	36	28
1944	155	19	42	55	62	44	28
1945	154	23	45	52	42	56	29
1946	178	38	58	71	42	56	29
1947	269	41	96	106	98	107	81
1948	366	49	154	166	133	161	107
1949	269	49	101	133	98	136	83
1950	411	46	111	149	128	151	102
1951	540	352	140	179	128	151	102
1952	541	352	142	181	183	174	68
1953	581	365	175	193	196	189	66
1954	585	406	183	226	187	212	48
1955	709	467	218	263	208	231	129
1956	809	538	283	302	250	268	144
1957	805	630	354	332	220	288	153
1958	562	445	330	311	157	258	176
1959	630	492	290	354	164	254	178
1960	689	497	330	392	183	266	174
Total	10.547	5.903	3.574	4.172	3.387	3.871	2.110

Fonte: Marinho Jr. 1936, p. 26

1.3. A Formação da OPEP

Antes de falarmos diretamente da formação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), gostaríamos falar sucintamente do contexto internacional que motivou o “despertar” dos países produtores de petróleo, que há décadas viram suas commodities serem monopolizadas pelas companhias internacionais.

Os países produtores de petróleo, por muitos anos estavam privados de explorar os seus recursos petrolíferos por várias causas, como, por exemplo a falta de mão de obra interna qualificadas, dependência política e econômica dos países Ocidentais, de onde as principais corporações eram provenientes. Outros fatores que também contribuía para essa dependência e por conseguinte, era a falta de uma política estatal forte interna que assegurasse ou enfrentasse com avinco as *Big Oils* e, o amadurecimento de instituições dentro dos países hospedeiros que, combatessem a corrupção dentro dos governos da maioria daqueles países produtores.

Após a Segunda Guerra Mundial, a exemplo de alguns países produtores como, os do Oriente Médio, entre os anos 1946 a 1960, estavam privados de conhecimentos científicos e carentes de uma independência política, buscaram um estágio de

autodeterminação política e econômica, principalmente nos finais dos anos 50. Com advento dos processos independentistas de vários países asiáticos e africanos, que culminou nas independências de muitos deles, começaram a buscar novos meios de inserção internacional, como forma de serem cada vez mais ouvidos. No entanto, a participação como membro da ONU era o primeiro objetivo, do qual os levava a outros organismos internacionais. A participação nesses órgãos ajudou na integração e no amadurecimento principalmente com outras nações que viviam os mesmos problemas herdados da imposição colonial Ocidental. Com a resolução da ONU 1803, promulgada aos 14 de Dezembro de 1962, que reconhecia o “Direito que os Estados soberanos têm dispor livremente de suas riquezas e seus recursos naturais” serviu de motivação para o surgimento de sentimentos nacionais de muitos países que produziam petróleo e não só.

Quanto mais os países produtores comercializavam com o Ocidente, os governos desses países percebiam o quanto eram dependentes das exportações do petróleo que eram produzidos nos seus próprios países e vendidos a preços baixíssimos para os países centrais. No caso específico dos países do Oriente Médio – que até 1955 eram responsáveis por 85% do abastecimento da Europa – a dependência europeia com relação a esses países era ainda maior. A condição de vassalo nesse momento não agradava os líderes nacionalistas do Médio Oriente, que começaram a se unir com outros países produtores a fim de pôr um ponto final nessa condição que já durava mais de três décadas. Marinho Jr. (1938), quando contextualiza a formação do OPEP afirmou que

O amadurecimento político-econômico do país produtor coincidiu com o revigorecimento do nacionalismo na estrutura da indústria internacional do petróleo, sacudida na década 50 por turbulências nas relações internacionais, quando os governos Ocidentais por duas vezes intervieram militarmente no Oriente Médio para a segurar suas posições estratégicas e petrolíferas. A primeira foi a incursão anglo-franco-israelense contra o Egito, em 1956, em represália a nacionalização do Canal de Suez, determinada pelo presidente Nasser, que, com ajuda dos sírios, consolidava sua liderança política junto à comunidade árabe, em contraposição às aspirações iraquianas de “arabização do petróleo”. A segunda foi a intervenção anglo – americana no Líbano e na Jordânia, em seguida à revolução iraquiana de julho de 1958. Em ambos os casos, o controle do suprimento do petróleo estava em perigo e foi preciso agir com “medidas tidas como último recurso”, na acepção do secretário de Estado norte – americano (MARINHO J.R, 1938, p. 81).

Como se pode ver, o amadurecimento político dos países produtores, não agradava as grandes corporações e nem os governos dos seus países que, exploravam aquelas bacias petrolíferas a seu jeito e, sem se importarem com a situação econômica dos países exportadores. As crises que se seguiram na década de 1950 eram reflexo de um sentimento nacionalista que começou no Irã em 1951 e foi se dissimilando por vários países dentro e

fora da região Oriental e a situação foi ficando a cada dia mais tensa e outros problemas foram surgindo tanto para os países importadores e também para os países exportadores. Como nos aponta Odell (1975):

Contudo, desde o fim da década de 1950, até 1970 esta situação altamente favorável aos países produtores, rompeu-se sob o impacto do excesso de uma produção mundial e conseqüentemente baixo preço em muitos mercados. Os países produtores logo verificaram que as companhias internacionais, com a flexibilidade que lhe era dada por suas operações nas principais áreas de produção, seriam capazes de concentrar suas atividades em regiões onde fosse mínima a interferência de governos implicados. Esta flexibilidade foi um dos fatores dos entusiásticos desenvolvimentos de novos recursos petrolíferos na Líbia, na Nigéria nos anos 50 e no início dos anos 60, e na Austrália, Alasca e Mar do Norte (ODELL, 1975, pp. 19-20).

Esse momento litigioso na política internacional petrolífera, resultou na criação da OPEP em 1960. A reunião que culminou na formação da OPEP, foi realizada em Bagdá (Irã), a fim de pôr fim a hegemonia das multinacionais que operavam em seus próprios países. Naquele momento, eram membros da OPEP os seguintes países: Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait, e Venezuela. Posteriormente foram admitidos: Qatar (1961), Indonésia e Líbia (1966), Abu Dhabi e Bahrein (1967), Argélia (1969), Nigéria (1971), Equador (1973) e Gabão (1975). Segundo afirma Odell (1975), “Uma das principais condições para um país ser admitido como membro do grupo dos países produtores de petróleo era ser qualificado como exportador substancial de óleo bruto superior a 150 mil b/d e ter interesses fundamentalmente semelhantes aos dos países membros”. Dos seus objetivos consistia o seguinte:

- a) Coordenar e unificar as políticas petrolíferas para salvaguardar os interesses dos países membros, individual ou coletivamente;
- b) Criar e desenvolver meios para garantir a estabilização dos preços do petróleo nos mercados internacionais, evitando danosas e desnecessárias flutuações;
- c) Assegurar receitas estáveis aos países produtores, assim como suprimentos eficientes, econômicos e regulares, para os países consumidores;
- d) Garantir um justo retorno ao capital investido na indústria petrolífera.

A OPEP, ignorada pelas companhias internacionais, cresceu rapidamente em estrutura, num período de tempo relativamente curto e, para a surpresa das companhias internacionais logo de saída, com muito sucesso conseguiu imediatas reduções nas bases dos preços estabelecidos, garantindo, neste sentido, a manutenção dos lucros do governo por barril de petróleo produzido. Essas ações, vindas de uma organização recentemente

constituída, pegou de surpresa os governos dos países centrais que, juntos as suas empresas multinacionais, faziam de tudo para ofuscar a OPEP. Como ressalta Odell (1975)

As companhias internacionais simplesmente se recusaram a reconhecer a existência da OPEP. Para elas, a organização não fazia sentido econômico e era como “um corpo estranho na estrutura das relações existentes na indústria petrolífera”. Insistiram na tática de negociarem diretamente com os países produtores, resultando sempre maior capacidade conciliadora do que “o princípio de barganha coletiva”, adotado pelos países membros da Organização. E também resistiram quanto puderam em adotar as resoluções da OPEP como base de negociação entre as partes (ODELL, 1975, p. 117).

Mais uma vez podemos constatar que se dependesse das empresas multinacionais, jamais a OPEP teria sido criada. As companhias viam a OPEP como “diabo na terra do petróleo”. É evidente, que para elas, tudo o que os interessava é dominar o petróleo a qualquer custo e com isso, estariam também dominando o mundo, mas, os países produtores compraram essa briga e, pelo visto, não estavam com nenhuma vontade de “cessar fogo”, porque viam nessa guerra o único caminho para autonomia econômica e quiçá política. A OPEP nos seus primeiros 10 anos não conseguiu introduzir uns dos seus objetivos que era um mecanismo para controlar e regular a produção de petróleo nos países membros. Era esperada que ela tivesse problemas de várias ordens, afinal, a decisão de constituir a OPEP era uma declaração de guerra contra o Ocidente, e eles fizeram de tudo para inviabilizar o cartel da OPEP por intermédio de ações unilaterais perante alguns países membros.

Em 1965, a OPEP conseguiu mais uma vitória: transferir a sua sede de Genebra para Viena e conseguir reconhecimentos internacionais com uma organização. Nesse mesmo ano, a Áustria reconheceu a OPEP como uma entidade internacional e, não tardou, o Conselho Econômico da ONU reconheceu também a OPEP, foi um grande passo rumo à inserção internacional para uma organização que nasce nas periferias do poder. Odell (1975) chama-nos atenção para o fato de que;

Mais do que a criação de OPEP, a confrontação estrutural de um cartel de países produtores *versus* um cartel de companhias internacionais já deixa antever que, enquanto acontecia o ocaso da era do mercado comprador na década de 60 (exceto no curto período que se seguiu à crise de Suez em 1956), desenvolviam-se consideráveis mudanças estruturais na indústria internacional de petróleo. Se as regras do jogo estavam mudando, se os conceitos estratégicos eram outros, obviamente as relações entre as companhias internacionais, os governos dos países consumidores também tinham de se recompor para ajustarem as condições de abastecimento e de preço dos novos tempos (ODELL, 1975, p. 118).

Em suma, a criação da OPEP foi uma ideia oportuna dos países produtores que há muito se viram vassallos e reféns dos seus próprios recursos. Com esse passo, rapidamente conseguiram contornar a seu favor. Os seus projetos do justo pagamento pela exploração controlada do seu petróleo como tiveram êxito no projeto de se fortalecerem econômico e politicamente tiraram vantagens da valorização do petróleo na conjuntura internacional. Foi a primeira vez fora dos Estados Unidos que governos locais conseguiram ganhar uma guerra contra as indústrias petrolíferas. Esse feito, continuou fazendo discípulos mundo afora, todos os países que foram descobrindo petróleos entre os anos 1960 até 1992, optavam pela nacionalização dos recursos e adotaram o esquema da concessão, controlada pelo Estado através de uma empresa nacional.

Capítulo II – Evolução histórica das principais Potências Petrolíferas da África (1950 a 1980)

Neste segundo capítulo, abordaremos o contexto socioeconômico da evolução da indústria petrolífera no continente africano, notadamente as experiências de Nigéria, Argélia, Egito e Líbia, passando em revista aspectos políticos, de produção e de exploração nesses países a partir da segunda metade do século XX. A seleção apresentada foi pensada considerando-se três aspectos: 1) grau de representação que esses países exerceram no tocante; 2) a geopolítica do petróleo no continente; e 3) o rearranjo geoestratégico entre o Norte e o Sul no comércio internacional da maior commodity energética dos últimos tempos.

2.1. Os Estados Petrolíferos Africanos – 1950 a 1980

O conceito de países petrolíferos ou (petro-economia) é geralmente aplicado para designar aqueles países que conseguirem alcançar um nível alto de produção petrolífero (autossuficiência) a ponto de suas divisas ficarem única e exclusivamente dependentes das receitas provenientes desse setor. Geralmente, esses estados ‘petrolíferos’ comungam do mesmo problema (petróleo *versus* pobreza); a distribuição dos lucros advindos da exploração dessa commodity geralmente é administrada por uma pequena elite ligada ao poder central do Estado que o utiliza em benefício próprio.

Oliveira *apud* Nunes e Ribeiro no seu trabalho intitulado “Estados Falhados Com Sucesso: *Oil and Politics in the Gulf of Guinea*” afirma que

[...] Estados petrolíferos africanos, engloba não apenas um Estado que seja produtor de petróleo de primeiro plano mas também qualquer caso em que a exploração do petróleo constitua uma fonte predominante de receitas para o governo e representa uma parte importante da economia doméstica (NUNES E RIBEIRO, 2007, p. 169).

Autores como Oliveira, apontam algumas características que são inerentes ou comuns nesses tipos de Estados, tais como:

- Em um país considerado petro-econômico – o Estado é o local-chave de conglobação de todas as rentabilidades;
- Os rendimentos provenientes do petróleo, fruto dos contratos firmados entre o Estado e as empresas transnacionais, de certa forma “emancipam” o Estado da sociedade e, automaticamente, escusam a essência e a

importância de um sistema tributário eficaz que viabiliza o crescimento sustentável da sociedade em geral;

- As petro-economias tendem a aniquilar a concorrência de outros setores não petrolíferos do sistema produtivo do país;
- Devido à volatilidade dos preços do petróleo no mercado internacional (somada as várias crises mundiais no setor) a gestão econômica do país é sempre complexa.

Essas características eram comuns nos países africanos produtores de petróleo como Angola, Argélia, Líbia, Egito, Congo, Zaire (atual República Democrática do Congo), Nigéria, Gabão, Camarões, que antes dos seus progressos na exploração de petróleo, já havia uma debilidade em suas governanças locais, que inviabilizou todos e quaisquer projetos de desenvolvimento desses Estados, quando as receitas volumosas do petróleo exportado começaram a entrar nos cofres dos seus respectivos países. Seus alicerces fiscais, porém, consistiam geralmente numa base frágil e muito volátil e a administração dos orçamentos estatais, nomeadamente má. Somada a esses fatores, encontraram-se também as questões políticas das instituições estatais que em sua grande maioria eram débeis ou inexistentes, servindo de incentivo para a má gestão dos governantes locais que se aproveitavam da situação para aplicarem essas receitas em benefício próprio em grandes investimentos fora dos seus países.

No entanto, tocante a um quadro geral da exploração petrolífera mundial, especificamente o continente africano, diríamos que a partir do final do século XIX até meados do XX, a produção de petróleo concentrava-se apenas nos EUA, URSS, Oriente Médio, México, Venezuela, Europa Oriental, Canadá e no Oriente extremo. Mesmo considerando que em outros lugares do mundo as buscas já eram possibilidades reais, elas não se firmaram como produto de mais-valia na balança comercial de alguns países como Angola, Líbia, Argélia, Nigéria, etc. O petróleo africano (assim como o aquele das demais regiões do globo) até o final da Segunda Guerra Mundial não era um produto de *start* para muitas economias. Na África, economias de países como Angola, Costa do Marfim, República Democrática do Congo e Gabão eram mais dependentes de produtos como café, cacau, mandioca e milho do que de petróleo; outras economias fora do continente africano (como a europeia, por exemplo) eram dependentes do carvão. Como afirma Yergim (2012) “em 1955, o carvão era responsável por 75% do total da energia utilizada na Europa Ocidental contra apenas 23% do petróleo. Em 1972, a participação do carvão havia se

reduzido para 22%, ao passo que o petróleo havia crescido para 60% - quase uma reviravolta”. Nota-se, no entanto, que até entre 1940 e 1960, o petróleo e seus derivados eram cobiçados, mas não exerciam ainda o monopólio no comércio internacional.

O pós-guerra, a reconstrução da Europa e o forte crescimento da economia norte-americana deram início à terceira investida petrolífera no mundo (sendo a primeira entre os anos de 1859 a 1910 e a segunda de 1914 a 1945). As locomotivas europeias e norte-americanas com seus novos processos de industrialização deram margem à valorização do petróleo e, simultaneamente, à desvalorização de outros produtos de exportação dos principais países exportadores. Yergim (2012) afirma que;

Em todos os lugares, houve um drástico aumento na demanda do petróleo. Entre 1948 e 1972, o consumo triplicou nos Estados Unidos, indo dos 5.8 milhões para 16,4 milhões de barris ano – um número sem precedentes, exceto se comparado ao que estava acontecendo em alguma outra parte do mundo. Nesses mesmos anos, a demanda pelo petróleo na Europa Ocidental aumentou 15 vezes, passando dos 970 mil barris para 14,1 milhões de barris diários. No Japão, alteração não foi nada menos espetacular: o consumo aumentou de 137 vezes, passando de 32 mil para 4,4 milhões (YERGIM, DANIEL, p. 611, 2012).

As evidências mostravam que estávamos na era do “⁷Homem Hidrocarboneto”, uma vez que as transformações tecnológicas exigiam a utilização de mais fontes energéticas, sobretudo o petróleo. O domínio Ocidental petrolífero durou até o final dos 1960, quando desentendimentos entre as empresas Ocidentais travaram uma guerra pelo contra alguns países produtores de petróleo do Médio Oriente (Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kwait) – a região com maiores reservas e produção de petróleo do mundo, culminando com a segunda crise de petróleo em 1973. Esse marco foi fundamental para que o desenvolvimento da exploração do petróleo alcançasse a África, notadamente em países como Nigéria, Gabão, Camarões, Zaire, Angola e Líbia, que se destacavam na região como futuros produtores.

² **Hidrocarboneto** é um composto químico constituído essencialmente por átomos de carbono e de hidrogênio, dos vários derivados dele, os mais comuns usados no nosso dia são: - Velas parafina, os plásticos, Borracha, combustíveis, gasolina, diesel, etc. com advento do automóvel a motor e com ela a formação de vias de comunicações rodoviárias e, a multiplicações de fabricas e o constante uso do derivado a partir do século XX, passou a usar a terminologia “homem hidrocarbonetos”, para nos diferenciar do “homem a vapor e a carvão” .

O Embargo do petróleo de 1973 contra EUA e outros países ocidentais foi adotado para que Israel devolvesse territórios ocupados na famosa Guerra de Yom Kipur (dia do perdão na cultura judaica). Nessa mesma ocasião, o preço do óleo quadruplicou, levando a um surto de prospecção que começou a render nos finais da década de 1970 na república de Camarões e Zaire. A duplicação do preço do petróleo, em decorrência da Revolução Iraniana de 1979, colaborou na intensificação por busca de novos poços.

Outros pontos importantes a serem destacados foram a guerra entre Irã e Iraque e a presença da União Soviética em importantes faixas de navegação a partir do Golfo Pérsico, levando as principais companhias a buscar fontes teoricamente seguras. Apesar de haver vários conflitos emergenciais na África naquele período, o fluxo de petróleo tendia a continuar, mesmo com as mudanças políticas que muitos desses países africanos viviam, como é o caso de Angola. De acordo com o relatório da *BusinessWeek* (1988) “a produção de petróleo em Angola, por exemplo, não tem sido inferior a 100.000 barris por dia desde 1974, quando o colapso do governo colonial português deflagrou uma luta pelo poder que perdura até hoje”. No entanto, para aquele momento, o petróleo africano era a solução para os problemas da escassez do insumo que Europa e EUA passaram a enfrentar, iniciando-se, portanto, a exploração do petróleo na África.

2.2. Caso da Nigéria

A exploração de petróleo na Nigéria teve início entre 1935 e 1973 e foi interrompida durante a **Guerra de Biafra** (ou ainda **Guerra Civil Nigeriana**, um conflito ocorrido no Sudoeste do atual território da Nigéria, entre 1967 e 1970, envolvendo este país africano e a república separatista de Biafra), retornando sua produção em 1971 a 1972. Após esse período, cinco campos na região do Níger começaram a produzir petróleo, alcançando rendimentos expressivos em pouco tempo. Como mostra Odell (1966) “o rendimento total do país aumentou rapidamente de 300.000 toneladas, em 1958, para cerca de 2,2 milhões de toneladas, em 1961”, um aumento significativo que indicava qual seria o futuro do petróleo no território nigeriano.

Após o término da guerra civil na Nigéria, duas grandes companhias transnacionais (Shell e a BP), mostraram-se muito interessadas na exploração, produção e distribuição do petróleo nigeriano no mercado internacional. Assim como outras empresas de médios portes (que em virtude de novos contratos proferidos pelo governo local que também estava

interessado na expansão do setor para o novo rearranjo estrutural e econômico do pós-guerra) foram beneficiadas com novos contratos em várias áreas da cadeia produtiva do petróleo.

Cabe sublinhar que a rápida expansão do setor petrolífero na Nigéria durante a década de 1960, ocorreu sob o estímulo de uma favorável Lei do Petróleo que, entre as cláusulas, uma limitava a percentualidade de ganhos somente de cerca de 35% para o governo local. Contudo, esse quadro mudou a partir de 1971 por conta da entrada do país na OPEP, organização essa tinha como objetivos: 1º: estabelecer uma política petrolífera comum a todos os grandes produtores de petróleo do mundo; 2º definir estratégias de produção; e 3º controlar os preços das vendas no mercado internacional. Esses motivos fizeram com que os benefícios das grandes indústrias que operavam no período pré-guerra (que não eram poucas) terminassem, fazendo com que essas e outras empresas transnacionais criassem a cada dia mais antipatia pela nova organização que chegara para reivindicar os lucros que lhe era devido. Dentre outros fatores que contribuíram para o grande crescimento do setor petrolífero nigeriano entre os anos de 1938 a 1967, Odell (1966) afirma o seguinte:

Outro motivo foi a favorável localização da Nigéria em relação aos mercados da Europa Ocidental e América do Norte – com ausência de preocupações com os problemas do Canal de Suez e uma distância muito menor que a do Oriente Médio. Infelizmente, o progresso foi temporariamente reduzido pela guerra civil, as exportações em 1968 foram praticamente nulas (ODELL, 1966, p. 93).

No entanto, após a guerra civil na Nigéria e o relativo restabelecimento da situação político-militar (o país que sempre demonstrou um potencial de reservas petrolíferas, somada a sua boa localização geográfica no Atlântico Sul) os negócios não demoraram para reflorescer, tendo nos primeiros anos da década de 1970 apresentado resultados expressivos nas exportações.

Após a restauração da paz nas áreas de conflitos na Nigéria (1970) houve um recomeço significativo nas atividades de extração, exploração e exportação de petróleo, fruto de novos contratos assinados entre o governo local junto às empresas estrangeiras que no somatório de esforços foram descobertos novos campos de petróleo a Oeste das regiões conflituosas (região Sudeste a Norte da Nigéria), fez da Nigéria um produtor em potencial ainda no início da década de 1970, apresentando números bastante expressivos na produção e exportação de petróleo. Como nos reafirma Odell (1966):

[...] isto possibilitou que a Nigéria produzisse 53 milhões de toneladas em 1970 e mais de 70 milhões em 1971, desde quando subiu para mais de 100 milhões de toneladas por ano, tornando a Nigéria o quinto país maior exportador de petróleo do mundo em 1974, pois ela está livre das limitações das exportações criadas em 1973-4 pela guerra árabe-israelense. Desde 1967 os esforços das companhias de petróleo têm sido, naturalmente, muito estimulados pela localização favorável do país para os mercados europeus e da América do Norte e mais recentemente pelo não envolvimento da Nigéria nos problemas políticos do Oriente Médio (ODELL, 1966, p. 93).

Podemos concluir que o acelerado crescimento em terras nigerianas nos anos 1950 a 1960 foi influenciado pela benéfica Lei do Petróleo que privilegiava as indústrias em detrimento do Estado e, com isso, o povo nigeriano não usufruía dos dividendos de uma das suas principais fontes de renda. Outrossim, nas décadas que se seguiram o governo nigeriano – juntamente com a OPEP – tomou o controle da exploração e vendas, mas a distribuição da renda vinda do petróleo não beneficiou qualitativamente a toda população e novas elites locais (juntas as grandes empresas) tomaram pose do setor.

2.3. Caso da Argélia

Na Argélia, a exploração começou em 1955, com as primeiras descobertas de campos. O governo francês (com alianças empresariais externas) tratou de pôr em prática um projeto de exploração e comercialização do petróleo argelino e, três anos depois, (1958) a produção petrolífera já estava a todo vapor. Odell (1966) afirma que “três anos depois, ou seja, em 1961, atingiu-se um nível de 6 milhões de toneladas” (no acumulado dos anos 1958 a 1961 em média). Assim como em outros países produtores, na Argélia, durante o período de transição de regimes políticos, houve também uma ligeira recessão, mas o governo argelino se comprometeu a manter um ambiente favorável para que a produção petrolífera se desenvolvesse sem a interferência política militar que se vivia na época.

Depois da independência, em 1962, vários fatos marcaram o gradual processo de nacionalização da indústria petrolífera e gasífera argelina. Cabe destacar que os direitos sobre os recursos, no subsolo, antes da independência já eram detidos pelo Estado Colonial Francês na Argélia. Assim com a sua independência o Estado argelino assumiu automaticamente esses direitos. A partir desse período, o desenho institucional da indústria de petróleo e gás na Argélia foi progressivamente alterado. Dentre as principais mudanças institucionais, cabe sublinhar: A criação, em 1963, da Sonatrach (*Société Nationale Pour la Recherche, la Production, le transport, la Transformation, et la Commercialisation des Hydrocarbures s.p.a*);

O controlo por parte do governo argelino, a partir de 1967, das atividades das empresas britânicas e norte-americanas que operavam na Argélia; o ingresso do país na OPEP em 1969; a decisão de nacionalização dos hidrocarbonetos em 1971, (MATSUMURA, 1975 *apud* TOLMASQUIM, MAURICIO TIOMNO, 2011).

A ação do Estado argelino em nacionalizar todos os ativos da produção e exploração do gás e petróleo em todo o seu território foi um *turn line* na transformação da indústria hidrocarbonetos daquele país. MATSUMURA (1975) *apud* TOLMASQUIM, MAURICIO TIOMNO (2011) ressalta que “Ao invés da usual expropriação de ativos que caracterizou a nacionalização em outros países do Oriente Médio e Norte da África, no caso da Argélia, a nacionalização ocorreu mediante sub-rogação acionária à Sonatrach”. Ou seja, a empresa estatal daquele país passou a ter autoridade dos empreendimentos com participação de no mínimo 51% passando, assim, a ser um fenômeno atípico, um regime de concessão clássico em detrimento de um contrato de associação. Fattouh 2008, *apud* Tolmasquim, Mauricio Tiomno (2011) afirma que:

É importante mencionar que a mudança do regime não impedia a participação do capital estrangeiro, ainda que condicionasse a participação majoritária da Sonatrach nos empreendimentos. Todavia, os termos oferecidos eram tão restritivos que as companhias estrangeiras não tinham incentivos para se associar à Sonatrach. Isso explica porque, em meados dos anos 1970, 80% da produção de petróleo já era feita pela Sonatrach.

Foi possível manter esse regime até a primeira metade da década de 1980. No entanto, as mudanças na condição de contorno da indústria petrolífera mundial, em particular a queda do patamar dos preços do petróleo, conduziram as reformas institucionais e regulatório na indústria de petróleo argelina. [...] outros dois fatores também importantes contribuíram para justificar tais mudanças: a degradação das contas públicas da Argélia e a necessidade de novos investimentos e tecnologias para compensar a depleção natural dos campos de petróleo e de gás natural (FATTOUH, 2008 *apud* TOLMASQUIM, MAURICIO TIOMNO, 2011, p.52)

Em 1986 o governo argelino cria a lei nº 14 que flexibilizou o setor petrolífero do país, alterando alguns termos dos contratos de associação que eram vigentes naquele país. A nova lei, no entanto, introduziu outras formas de contratos de investidores estrangeiros no setor de exploração e produção como contratos de partilhas de produção e os contratos de serviço com risco. Fattouh, 2008 *apud* Tolmasquim, Mauricio Tiomno (2001) afirmam que

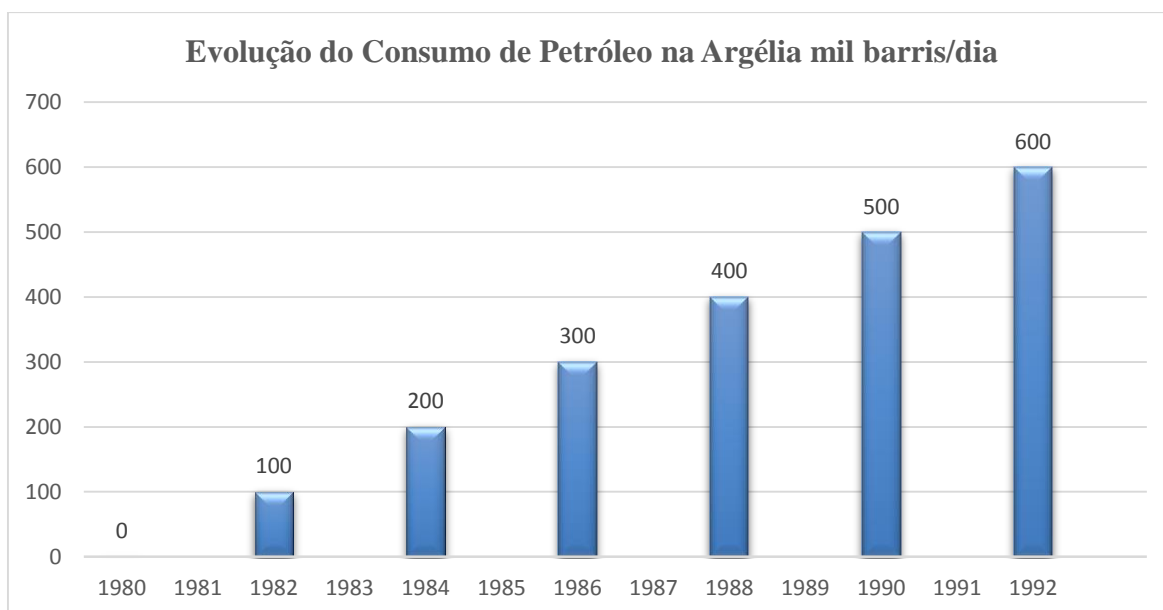
“apesar da flexibilização, o envolvimento dos agentes estrangeiros em novos projetos não poderia ser maior que 49%, sendo que a Sonatrach manteria, no mínimo, 51%. Ademais, vetam-se associações em projetos cujos campos tivessem sido descobertos antes da data de promulgação da referida Lei e, por conseguinte, impediam o desenvolvimento ou recuperação avançada”.

No início dos anos 1980, a Argélia se deparou com uma forte crise nas duas reservas de petróleo. Tal crise estava diretamente ligada à falta de investimento no setor, representada pela Sonatrach – companhia estatal responsável pela exploração, produção e supervisão das atividades petrolíferas no país. Somada à nova lei que restringia os investimentos estrangeiros, a situação ficou difícil para um país que dava os primeiros passos na formação de Estado livre da colônia. Fattouh, 2008 *apud* Tolmasquim, Mauricio Tiomno (2011) afirma que;

Diante dessas dificuldades, em 1986, após o contrachoque dos preços de petróleo, o governo argelino introduziu um novo marco regulatório visando atrair capital externo. Em 1991, a legislação passou por novas modificações, sendo ainda mais abrangente com relação à participação do capital estrangeiro. Tais medidas foram bem aceitas e viabilizaram mais de 30 descobertas, representando mais de sete bilhões de barris no período compreendido entre 1987 a 2000 (FATTOUH, 2008 *apud* TOLMASQUIM, MAURICIO TIOMNO, 2011, p. 53).

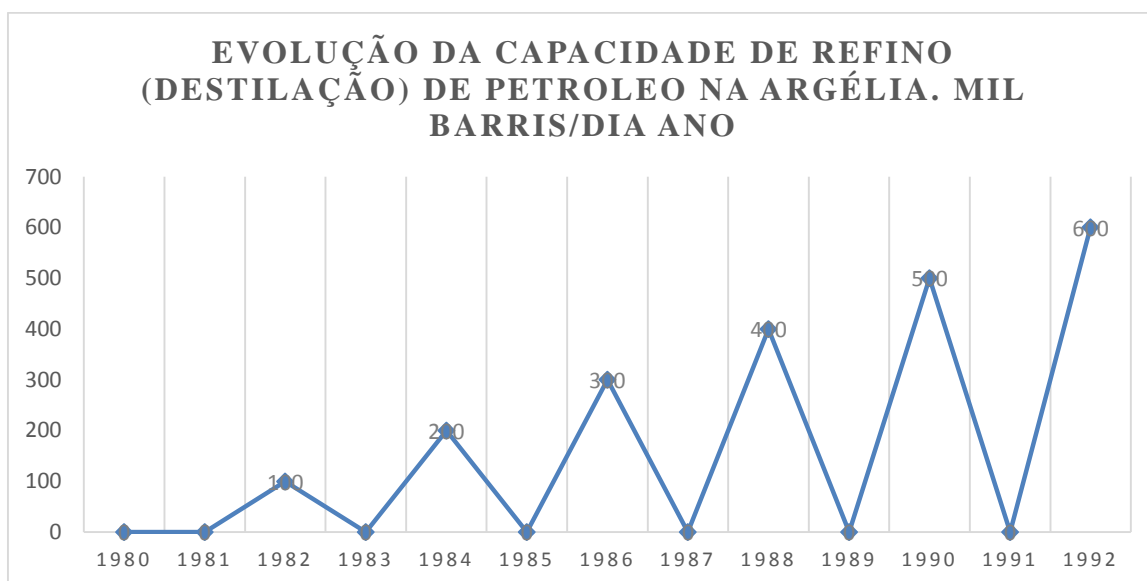
Em 1986 houve na Argélia uma outra alteração importante na área petrolífera. A mudança do marco regulatório do setor de hidrocarbonetos viabilizou, em certa medida, o crescimento da produção do país. Essa mudança histórica proporcionou um crescimento linear sem precedentes, tornando a Argélia um dos maiores produtores e consumidores de petróleo da África – vide a figura nº 2. No que se refere à capacidade de refino, durante os primeiros anos da década de 1980 a produção era baixa (como se vê na figura nº 2); contudo, após o novo marco regulatório, atinge-se um crescimento considerável na década seguinte:

Gráfico nº 1



Fonte: (BP, 2012 *apud* TOLMASQUIM, MAURICIO TIOMNO, 2011, 54)

Gráfico nº 2



Fonte: (BP, 2012 *apud* TOLMASQUIM, MAURICIO TIOMNO, 2011, p.55).

Principais características do marco regulatório argelino

Como já citado anteriormente, após a independência da Argélia em 1962, vários episódios marcaram sistematicamente os processos que culminariam na nacionalização efetiva do setor petrolífero argelino. Entretanto, faz-se necessário destacar que os direitos

sobre os recursos naturais em todo território, antes mesmo da independência nacional, já eram monopólios exclusivos dos franceses (antigos colonos), passando às mãos do novo Estado nacional formado após a independência. Desde então, os direitos fundamentais do novo marco regulatório da indústria petrolífera e seus derivados foram modificados com:

- A criação da Sonatrach em 1963;
- O controle por parte do governo, a partir de 1967, das atividades das empresas britânicas e norte americanas que operavam no país;
- O ingresso do país na OPEP em 1969;
- A decisão de nacionalização dos hidrocarbonetos em 1971, Garcia-Luengos, 2008 *apud* Tolmasquim, Mauricio Tiomno, 2011.

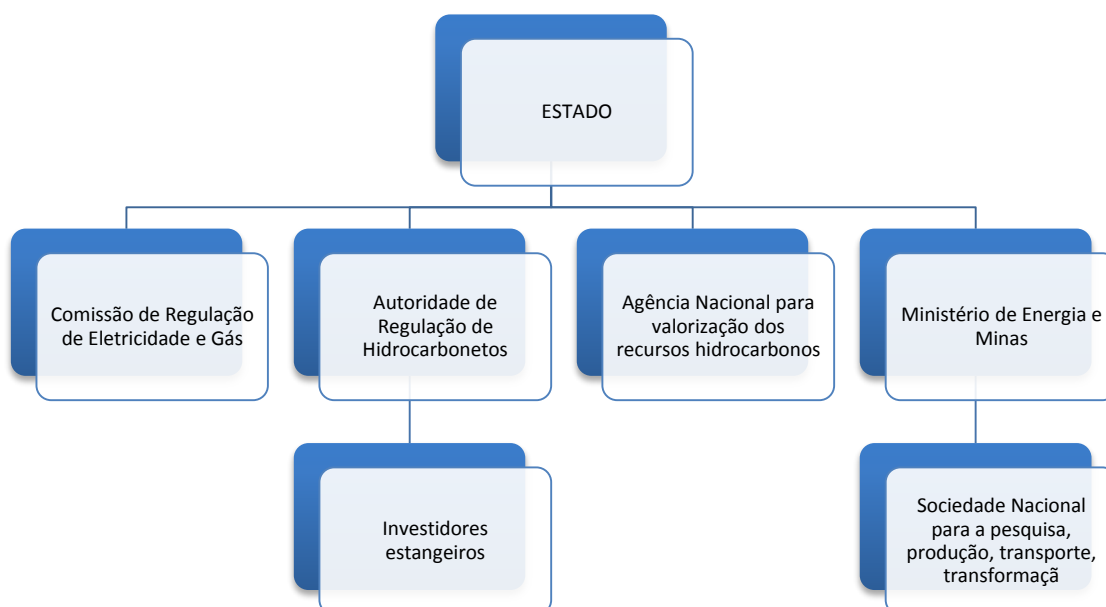
Com essa mudança, a estatal passou a ter total controle dos investimentos no setor com a participação de 51%, transformando o regime de concessão clássico em um regime de contratos de associação. No entanto, a alteração do marco regulatório não implicava a ausência de capital estrangeiro no país, mas um controle majoritário da estatal (Sonatrach) em todos investimentos no setor. Fattouh (2008) *apud* Tolmasquim, Mauricio Tiomno (2011) sublinha que: “Todavia, os termos oferecidos eram tão restritivos que as companhias estrangeiras não tinham incentivos para se associar à Sonatrach. Isso explica que em meados dos anos 1970, 80% da produção de petróleo já era feita pela Sonatrach”.

Foi possível manter esse regime até a primeira metade da década de 1980. No entanto, as mudanças na condição de contorno da indústria petrolífera mundial, em particular a queda do patamar dos preços do petróleo, conduziram a reformas institucionais e regulatórias na indústria de petróleo argelina. Outros dois fatores também importantes contribuíram para justificar tais mudanças: a degradação das contas públicas da Argélia e a necessidade de novos investimentos e tecnologias para compensar a depleção natural dos campos de petróleo e de gás natural (TOLMASQUIM, MAURICIO TIOMNO, 2011, p. 51).

Entretanto, tendo em vista o caráter limitativo da Lei nº 14/1986, as companhias internacionais petrolíferas não reagiram positivamente aos novos termos propostos pelo governo argelino. Fattouh (2008) *apud* Tolmasquim, Mauricio Tiomno (2011), em outro modelo reafirma que “no ano de 1991, o marco legal do setor hidrocarbonetos foi novamente modificado com o estabelecimento das Leis nº 12/1991 e nº 21/1991, foram incluídas como

emendas à de 1986”. Contudo, essa modificação foi um marco abonatório para as companhias internacionais que passaram a participar diretamente nas jazidas descobertas que não haviam sido exploradas. Outro *turn line* foi que o setor de gás natural passou a auferir do mesmo tratamento da indústria petrolífera e deixou de permanecer exclusivo à Sonatrach. Além disso, foi instaurada a arbitragem internacional para melhor solucionar quaisquer possíveis conflitos entre a estatal Sonatrach e as companhias estrangeiras.

Figura nº 1. **Arranjo Institucional da Indústria de Petróleo e Gás Natural da Argélia.**



Fonte: (BP, 2012 *apud* TOLMASQUIM, MAURICIO TIOMNO, 2011, 56)

2.4. O Caso da Líbia

Na Líbia as pesquisas em busca do ouro negro tiveram início em 1901, por pesquisadores italianos. A história do petróleo da Líbia foi marcada por três períodos distintos, porém, complementares. O primeiro é marcado pela entrada em vigor da Lei do petróleo nº25 em 1955, quatro anos após sua independência (1951), seguindo o tradicional regime de concessão. O segundo período foi marcado pela migração do contrato de

concessão com parceria estatal e empresarial nos finais da década de 1960 (*IOCs – International Oil Companies*) com o governo da Líbia que, naquele momento, era representado pela empresa *Libyan Petroleum Corporation* (Lipetco). O terceiro período foi marcado pela nacionalização do setor petrolífero em julho de 1970 e trouxe também uma nova ruptura, a adoção do regime de partilha de produção para novos empreendimentos, tendo a Companhia Nacional de Petróleo (NOC) como figura jurídica central na representação do Estado.

Em junho de 1955, o estabelecimento da Lei do Petróleo (Petroleum Law nº 25) marcou o início das operações petrolíferas na Líbia. A lei definiu como modelo regulatório o regime de concessão tradicional e o país foi dividido em zonas geográficas com sistemas de aluguel de área variando conforme a área de concessão. A lei estabeleceu termos de devolução de área concedida (*relinquish*), nem o pagamento de bônus pelas empresas estrangeiras, mas as instituiu a cobrança de *royalties* e tributos em, respectivamente, 12,5% e 50% (NOC, 2010; Taverne, 20080). Em 1957, um total de sessenta concessões tradicionais havia sido outorgado a doze empresas estrangeiras sob estes termos. Entre as companhias estavam as “sete irmãs,” a companhia francesa de petróleo (*Compagnie Française des Pétroles*) e as empresas independente americanas Continental, Marathon, Amerada Hess (juntas conhecidas como grupo OASIS) e Bunker Hunt. (TOLMASQUIM, MAURICIO TIOMNO, 2011, p.172).

Um outro fenômeno político em setembro de 1969 marcou a organização da indústria petrolífera na Líbia, quando um grupo de oficiais do exército nacional (Muammar Kadafi) derrubou o regime monárquico instaurado e iniciou uma revolução no país, fortalecendo o espírito nacionalista árabe. Nesse sentido, as mudanças nos marcos fiscais e de condições de acordos que eram vigentes no antigo regime político do país iniciaram-se a partir de 1969. Segundo Dean (2004) apud Tolmasquim, Mauricio Tiomno (2011)

Neste período (início dos anos 1970), o governo líbio acirrou o processo de transformação da indústria de petróleo, ampliando a nacionalização das empresas estrangeiras. Em dezembro de 1971, o governo líbio ampliou mais de 51% sua participação na British Petroleum - BP no campo de Sarir (Concessão nº 65), estabelecendo a *Arabian Gulf Exploration Company*. Em julho de 1973, o governo nacionalizou a *Bunker Hunt*, que de tinha 50% de participação do campo de Sarir junto com a BP. Em agosto, deteve 51% das operações da Ocidental. No mesmo período, o grupo OASIS aceitou os termos impostos pelo governo líbio, não

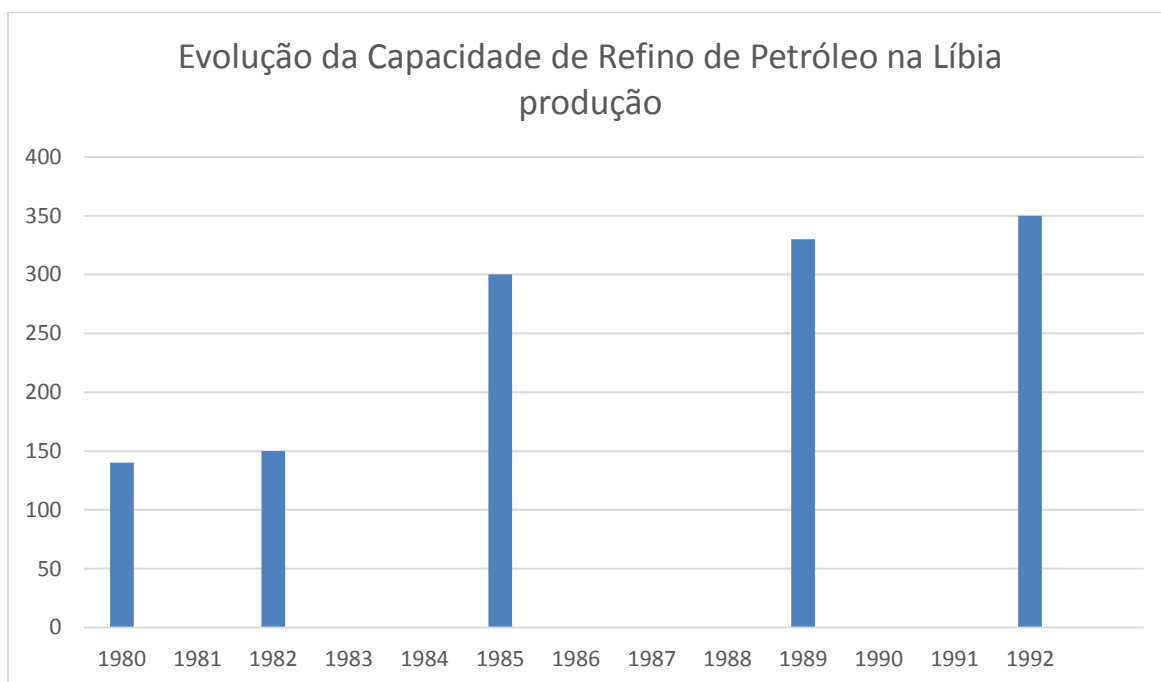
obstante o fato do maior acionista, Shell, ter recusado. Em setembro, o governo anunciou a tomada de outras companhias atuantes no país: *Mobil-Gelsenberg, W.R. Grace, Mobil, Esso, Texaco-Socal Company, Amoseas e Shell*. A exceção das duas primeiras companhias, as demais resistiram prontamente em se nacionalizarem, estendendo o processo até o fim de 1974 (Dean, 2004 apud Tolmasquim, Mauricio Tiomno, 2011, p.174).

Outro ponto que também foi crucial para a indústria petrolífera na Líbia foram os desentendimentos políticos e a ruptura diplomática com os EUA. À época, o governo americano alegava que o governo de Kadafi patrocinava grupos extremistas árabes, o que fez com que o governo dos EUA impusesse algumas sanções, entre elas, o embargo das importações de petróleo vindo da Líbia. DAF-III/MRE (2005) *apud* Tolmasquim, Mauricio Tiomno (2011) assinala que um dos pontos agravantes nas relações entre Líbia e EUA foi que “em 1986, após um atentado a bomba em uma discoteca em Berlim, que resultou na morte de dois cidadãos norte-americanos, o presidente Ronald Reagan ordenou o lançamento de ataques aéreos contra alvos em Trípoli e Benghazi e impôs sanções econômicas à Líbia. Esse episódio afetou negativamente a economia líbia, com grandes implicações no setor petrolífero – a mais importante fonte de receita do estado. Tolmasquim, Mauricio Tiomno (2011) em outro modelo ressaltam que

O feito imediato das sanções foi sobre a operação de cinco empresas de petróleo americanas em território Líbio: Marathon, Conoco, Amerada Hess, Occidental, e WR Grace. Como resultado das sanções, as participações e direitos destas empresas foram mantidos em suspensão e suas operações foram transferidas para a NOC (DAF-III/MRE, 2005, *apud* TOLMASQUIM, MAURICIO TIOMNO, 2011, p.177).

Fazendo um panorama do balanço da indústria petrolífera da Líbia, podemos dizer que, assim como a maioria dos países produtores de petróleo africano, a economia da Líbia sempre foi fortemente dependente da indústria petrolífera – quase 95% das receitas do estado nas décadas de 1960, 1970 e 1980 eram dependentes desse setor. Sua maior produção foi em 1970, com cerca de 3 milhões de barris/d.. Em função dos embargos e sanções econômicas na década de 1980, provenientes dos EUA (um dos seus maiores importadores do mundo), a produção caiu para 1,0 milhão de barris/d, (vide na figura nº4). Para tentar se recuperar, em 1988, o governo líbio assinou os contratos de partilhas de produção mais flexível para as empresas estrangeiras.

Gráfico nº 3



Fonte: (BP, 2010 e EIA, 2010 *apud* TOLMASQUIM, MAURICIO TIOMNO, 2011, p.182).

O estabelecimento da Lei do petróleo da Líbia ocorreu em Junho de 1955 (Lei nº 25) indicando o começo das operações petrolíferas naquele país. No seu marco inicial, a Lei definia como padrão regulatório o regime de concessão tradicional, na qual o território líbio foi dividido em áreas geográficas com princípios de aluguéis, mudando segundo a área de concessão. Teverne (2008) afirma que “A lei não estabeleceu termos de devolução de área concedida, nem o pagamento de bônus pelas empresas estrangeiras, mas instituiu a cobrança de *royalties* e tributos de 12,5%”. Dois anos mais tarde, o governo líbio já havia outorgado várias concessões, como nos afirma Wright (1981)

Em 1957, um total de sessenta concessões tradicionais havia sido outorgado de doze empresas estrangeiras sob estes termos. Entre as companhias estavam as “sete irmãs”, a Companhia Francesa de Petróleo, as empresas independentes americanas Continental, Marathon, Amerarda Hess (juntas conhecidas como grupo OASIS) e Bunker Hunt (Wright 1981, p.172).

No início dos anos 1960 houve, no território líbio, várias descobertas de novos poços de petróleo que levaram o governo local a rever a Lei nº 25 e multiplicar a taxa de renda das áreas exploradas. Hallette analisa que [...] “atividade exploratória na Líbia foi extremamente intensificada entre 1960 e 1965, com mais de 60 perfurações”. Os esforços

empreendidos na busca de novas áreas de exploração levaram à descobertas de grandes campos petrolíferos no país, fazendo com que a Líbia se tornasse um dos maiores produtores de petróleo do mundo, o que teve outros desdobramentos, entre eles, a certificação como membro da OPEP em 1962 (que causou mudanças no seu sistema fiscal) e nas condições de outorgar novas concessões, visto que a Organizações dos Países Produtores de Petróleo exigia regras na produção dos membros, com vistas a uniformizar as vendas no mercado internacional.

No tocante aos termos fiscais, a base de cálculo para o pagamento dos *royalties* e dos tributos, que, pela redação original da Lei nº 25/1955, baseava-se nos preços de mercado informados pelas empresas, passou a ter como referência legal, a partir de 1961, o princípio do “*posted price*”, isto é, o preço oficial (preço de lista ou tabelado) de venda ou compra definido pelo governo. [...] já no que concerne às condições de outorga, ao longo dos anos 1960, o governo líbio negociou a migração de vários contratos de concessão para concessão com pareceria estatal e adotou contratos de associação para alguns empreendimentos novos (TOLMASQUIM, MAURICIO TIOMNO, 2011, p.173).

Entre 1972 a 1974, os termos fiscais na Líbia sofreram adaptações, passando as alíquotas de *royalties* de 12,5% para 16,67% enquanto a carga dos tributos passou dos originais de 50%, posteriormente para 60% e, por fim, para 65% (OTMAN, 2006 e NOC, 2010). Ainda durante esse mesmo período, o governo líbio alterou de maneira significativa o preço de lista, passando a utilizar como menção o pagamento dos *royalties* e dos impostos, como ressalta Otman (2007) *apud* Tolmasquim, Mauricio Tiomno (2011)

Se até 1970 havia uma subavaliação da base de cálculo da cobrança dos *royalties* e dos tributos, o que favorecia as empresas estrangeiras, a partir de 1973, com a criação do fator de ajuste de taxaço (*taxation factor rate*) passou haver superavaliação da base de cálculo, que beneficiava o governo. Dessa forma, o preço de lista continuava gerando enfrentamento entre o governo Líbio e as companhias estrangeiras. Isso porque não apenas corrigiu a subavaliação do preço utilizado como referência para os cálculos dos *royalties* e tributos, mas se inverteu a relação risco-benefício (superavaliação dos preços), o que acabou afetando a atratividade da Líbia para os novos investimentos estrangeiros (OTMAN, 2007, *apud* TOLMASQUIM, MAURICIO TIOMNO, 2011, p.175).

No entanto, Taverne (2008) afirma que “em 1974, foram introduzidas novas alterações nos termos de contratação, com os novos empreendimentos ocorrendo na Líbia

sob forma do regime da partilha da produção”. Tais alterações propiciaram à NOC maiores privilégios e autonomia nas negociações com as companhias estrangeiras e tendo como o Comitê Geral do Povo e Ministério dos Petróleos os órgãos de supervisões, por vezes, deliberativas em caso de impasses nas negociações.

Em síntese, pode-se afirmar que o marco regulatório de petróleo da Líbia, definia exclusivamente o regime de partilha de toda a sua produção como desenho de contratos. A organização institucional hierárquica baseava-se na seguinte estrutura: Comitê Geral do Povo (*The general People's Committee*) Ministério dos Petróleos ou Ministério de Energia e por último Companhia Nacional de Petróleo, vide na figura abaixo.

Figura nº2 . Arranjo Institucional da Industria de Petróleo na Líbia



Fonte: (BP, 2010 e EIA, 2010 *apud* TOLMASQUIM, MAURICIO TIOMNO, 2011, p.183).

2.5. O caso do Egito

O caso do Egito configura-se como peculiar no quadro da evolução da indústria do petróleo na África. Muito embora o Egito não seja um grande produtor de petróleo, isso se dá pelo fato de o Egito ter uma localização estratégica, o que tem implicações tanto na geopolítica do continente quanto no desenvolvimento do comércio dessa commodity entre a África e o Ocidente, e entre o Ocidente e o Oriente Médio.

Havey, (1962), em seu livro intitulado a “O petróleo em Crise” ressalta que “Ao contrário dos Estados Árabes a Leste, o Egito não é um grande produtor de petróleo. Não obstante, esse antigo país se destaca no horizonte petrolífero do Oriente Próximo devido ao Canal de Suez, do qual a maior do petróleo do Kuwait e do Irã passa para chegar à Europa Ocidental”. O país do mediterrâneo por muitos anos exerceu uma influência direta no comércio mundial de petróleo.

A produção petrolífera no Egito começou em uma escala restringida em 1909 com a empresa Anglo-Egyptian Oilfields, que explorava vários pequenos campos de petróleo no golfo de Suez. Em 1913, a empresa Shell abriu uma refinaria para abastecer os navios e, concomitantemente, o governo aproveitou a oportunidade para abrir a sua própria refinaria em 1922. Entre os anos de 1946 a 1948 foram descobertos em vários pontos e lugares do Sinai jazidas de petróleo. Havey (1962) reafirma que: “simultaneamente, o governo egípcio baixou um código estabelecendo que 51% das ações das empresas petrolíferas teriam de ser propriedades nacionais e que 40% dos diretores teriam que ser egípcios, além de restringir a contratação de estrangeiros”.

Depois da revolução⁸ de 1952 no Egito, a nova Lei do petróleo deu margem a uma participação de 51% de estrangeiros nas firmas e novos contratos com várias empresas foram efetivadas para exploração do petróleo no país. Em meados de 1958, novas jazidas foram descobertas na região do Sinai, aumentando a expectativa do país em ser um potencial exportador de petróleo, expectativas essas que foram frustradas com a crise do Suez de 1956, como afirma Havey:

Depois de nacionalizar o canal, o Egito lançou um programa para sua independência econômica que colocou em posição destacada no mundo Árabe. Em 1956 foi criada uma administração geral do petróleo para controlar a produção e a distribuição, e um ano mais tarde a Anglo-Egyptian Oilfields era sequestrada em represália à invasão britânica e colocada sob administração nacional. Com um

⁸ Em 23 de julho de 1952, a organização clandestina Oficiais Livres derrubou o rei Farouk I e tomou o poder no Egito, proclamando a república. O general Mohamed Neguib foi levado à chefia do governo. Na época, o Egito vivia uma crise depois do fim da primeira Guerra Árabe-Israelense (1948-1949): o rei fora acusado de responsável pela derrota diante de Israel e sua submissão ao Reino Unido, instalado no Canal de Suez, chocava as diferentes correntes políticas do país.

fonte (<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/5214/conteudo+opera.shtml>), acessado, as 11 de março de 2015

reinício das relações em 1959, às propriedades da Shell foram devolvidas. Enquanto isso, a Administração do Petróleo a exploração das áreas do Sinai e do Mar Vermelho, construindo a refinaria de Alexandria para atender às necessidades do Delta (HAVEY, O'CONNOR, 1962, P.400).

No entanto, a entrada da África no cenário petrolífero mundial se desenrolou entre as décadas de 1950 e 1980, ocasionando uma nova redistribuição do petróleo mundial, como se pode ver no quadro nº 2.

Quadro nº4, As alternativas na Distribuição da produção Mundial de Petróleo, 1939-1970.

	1930	1940	1950	1960	1970 estimativa
Produção Mundial (em milhões/ toneladas)	206	300	545	1050	1850
EUA	63	64	54	36	21
Canada	1	3	3
Venezuela	10	9	15	13	11
Oriente Médio	3	5	17	24	28
Extremo Oriente	4	4	2	3	2
Europa Oriental	1	1	2
África.	1	6
URSS	7	9	6	13	20

Fonte: Jornais e Revistas da Indústria petrolífera. (Estimativa para, 1970, *apud* ODELL, PITER, p. 40, 1966).

O quadro acima mostra que entre os anos 1930 a 1970, a produção petrolífera no Ocidente teve uma queda expressiva, realidades diferentes se comparada às regiões do Oriente Médio e africana respectivamente que registraram nesse período uma elevação significativa na produção de petróleo. Os números mostram que até os anos 1960 o continente africano não fazia parte da geopolítica petrolífera e na década seguinte os números sobem mais do que todos os países ocidentais. Como analisado anteriormente, foi justamente nesse período de crise mundial que a produção petrolífera na África ganhou

destaque no comércio internacional. As companhias norte-americanas e europeias procuraram estabelecer novas fontes de suprimentos em áreas menos problemáticas que o Golfo Pérsico e deram início a uma campanha de prospecção na África, que até meados de 1985, já havia atingido 1 milhão de barris por dia.

No caso específico do Gabão (antiga África Equatorial Francesa), a produção de petróleo, teve o seu começo em 1957 e, após quatro anos de pesquisas e exploração, o país atingiu em 1961 uma produção de 1 milhão/d. a Shell e a Mobil tomaram frente desde cedo da metade da maioria jazidas exploradas do país e descobriram novos poços em *onshore* e *offshore* que colocaram o país entre as décadas de 1960 a 1980 entre os mais promissores países produtores de petróleo no continente africano.

Cabe ressaltar que, apesar da extração e exploração de petróleo no Gabão terem um início espetacular, sua produção não se manteve estável durante muitos anos, atingiu o seu momento de pico entre as décadas de 1960 aos finais da década de 1980 e, sendo superada por países como Angola, Congo Brazzille e Camarões, tais razões até hoje não são muito claras.

Capítulo III – Angola, Petróleo e os Investimentos Petrolíferos.

O terceiro capítulo tratará do desenvolvimento do petróleo enquanto produto basilar da economia angolana utilizando como metodologia a análise histórico-descritiva. Para tanto, o texto irá examinar as mudanças na economia internacional, a estruturação do Estado pós-independência – também denominado de Primeira República, a criação da estatal SONANGOL e de que forma o capital estrangeiro participou da economia angolana. Além disso, pretende-se mostrar como a entrada desse produto na pauta de exportação de Angola afetou sua política externa.

3.1. A evolução histórica do Petróleo Angolano

O território angolano encontra-se localizado na costa ocidental da África subsaariana, aproximadamente entre os paralelos 4° e 18° de latitude sul e entre os meridianos 12° a 24° de longitude este de Greenwich. A sua área é de aproximadamente 1.246, 700 km², limita-se a norte pela República Democrática do Congo e a República do Congo (Brazzaville), e este com a República da Zâmbia, a sul pela República da Namíbia e a Oeste pelo Oceano Atlântico (vide o mapa 01). De maneira análoga aos demais países africanos, a República de Angola também sofreu a interferência da demarcação de fronteiras e do processo de colonização imposto pela civilização europeia, marcados pela prática do tráfico negreiro e pela exploração de suas bases produtivas.

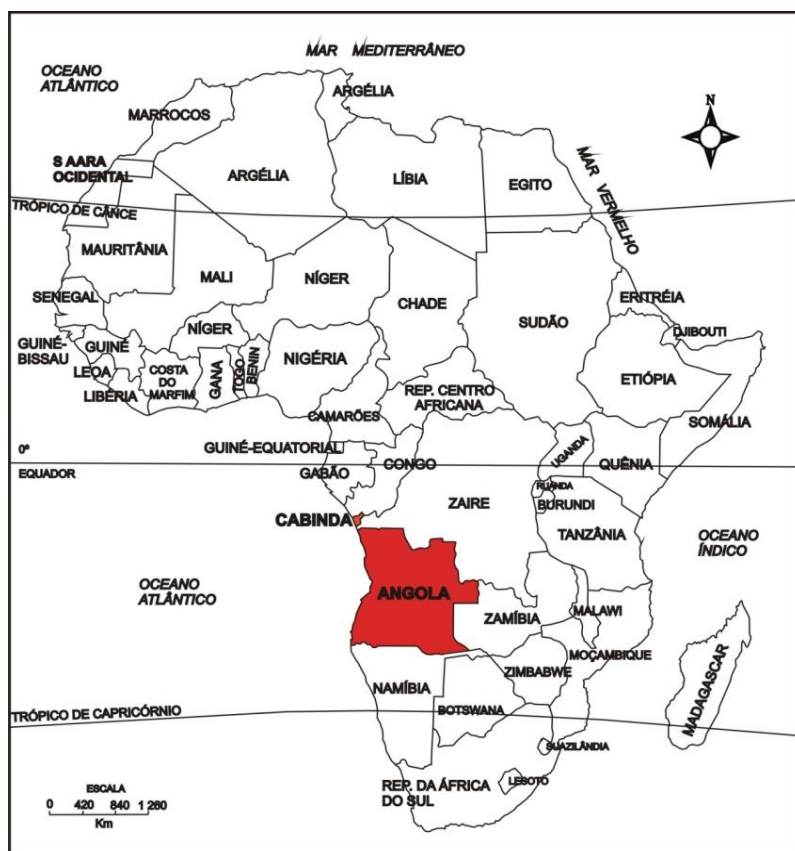
Angola ocupada pelos portugueses a partir do século XVI foi vítima do processo expansionista e dos ditames ideológico e mercadológico cujos pressupostos fundamentavam-se em uma visão utilitária do ser humano, concebendo a África e os povos africanos como instrumentos para o enriquecimento da nobreza e das cortes imperiais europeias. Nessa ótica, a partir de meados do século XIX, a administração portuguesa põe em ação o seu processo de ocupação efetiva do território angolano, a fim de explorar de maneira sistemática as áreas com maior potencial natural, agrícola e mineral.

Foi assim que, em 1910, a administração portuguesa (em parceria com algumas empresas estrangeiras) deu início às primeiras pesquisas de extração e prospecção de hidrocarbonetos nas regiões Norte e Noroeste de Angola. Nesse ano, no entanto, o governo português concedeu à Companhia Canha & Formigal uma área de 114 mil km² no Offshore do Congo e na Bacia do Kwanza. Entretanto, somente quatro anos mais tarde (1914 a 1915)

é que se dão as primeiras perfurações em busca do ouro negro, Walter (2007). Para além dessas duas empresas, havia também a SINCALIR dos EUA que junto a Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola estavam engajados nas pesquisas e na busca do petróleo em Angola. Em outro modelo, Walter (2007) sustenta que o período entre 1910 e 1936 é considerado o primeiro período da busca por petróleo em Angola. As tentativas dentro desse período não obtiveram sucessos que se esperava que era na realidade encontrar reservas que possibilitasse a exploração e comercialização numa escala industrial, esse fracasso culminou na suspensão das atividades em 1933.

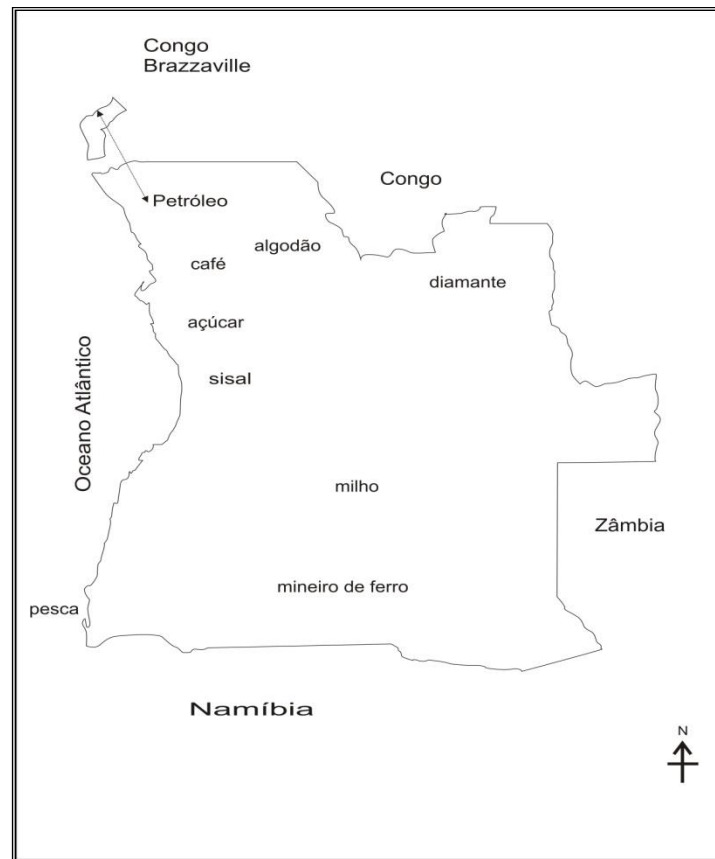
Com o insucesso das primeiras tentativas de prospecção petrolífera na colônia, a administração portuguesa canalizou seus esforços no incremento da produção de café, sisal, cana de açúcar, milho. Segundo o BANCO MUNDIAL (1988), esses produtos eram produzidos e destinados basicamente para as regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste de Angola (vide mapa 02).

Mapa 01. Localização de Angola no continente africano



Fonte: SIMIELLI e DE BIASI, 1986, p.15, organizado, FERREIRA, 2015.

Mapa nº2- **distribuição geográfica dos principais produzidos em Angola (1950 a 1975)**



Fonte: VALÉRIO e FONTOURA, 1994, p. 1196, Adaptado por FERREIRA, 2010

Em 1940, a exportação de açúcar atingiu 39.433 toneladas. As fazendas e as indústrias concentravam-se nas proximidades de Luanda e Benguela. O sisal teve o seu apogeu de exportação, durante a Segunda Guerra (1939-1945); nesse período foram exportadas 12.731 toneladas. As plantações situavam-se no planalto do Huambo, do Cubal, para o leste, nas margens da linha férrea do Dilolo, Bocoio, Balumbo, Luimbale. Lepi, Sambo, e também no Cuanza Norte e Malange. Logo após a Segunda Guerra Mundial, abre-se um novo ciclo na exportação do café em Angola, ciclo este que se prolongou até 1972, quando a exploração de petróleo em Cabinda começa a dar os seus primeiros resultados. Aumento do preço ou da produção do café no mercado mundial, a partir de 1950, contribuiu para o aumento vertiginoso desta produção. Em 1930, atingia 14.851 toneladas. Em 1943, subia para 18.838 e, a partir daí, o crescimento foi exponencial. Em 1968 foram exportadas 182.954 e, quatro anos depois, 218.681 toneladas. Além destes produtos, desenvolveu-se a exploração de minérios de ferro. E, em 1957, funda-se a companhia Mineira do Lobito, que

explorava as minas de Jamba, Cassinga e Txamutete, exploração que foi cedida à empresa alemã Krupp (BANCO MUNDIAL, vol. I,1988).

Considera-se, em termos de periodização, dois momentos relevantes para a história do petróleo em Angola: o primeiro, entre 1910-1930; o segundo, entre 1955 e 1973. Esta segunda fase apresenta acontecimentos importantes para o desenvolvimento da produção petrolífera no país. Observou-se nesse período a retomada das atividades de exploração, com a descoberta de uma jazida de carácter comercial, o que deu origem à exploração petrolífera em território angolano. Nesse ínterim, a empresa responsável era a PETROFINA, companhia de capital belga. Posteriormente, esta funde-se com a TOTAL (empresa francesa) e, juntas, formam a TOTAL FINA (WALTER, 2007).

Criada em 1961, a COPA – Companhia de Petróleo de Angola une-se à norte-americana SINCALIR e assumem todos os trabalhos de perfuração dos poços e jazidas que estavam em atividade. Nesse período, o petróleo de Angola não era destaque no mercado internacional, tampouco a economia angolana dependia unicamente deste recurso natural, já que a produção não era expressiva e a exploração não havia sido exitosa na região Norte do país. Cinco anos depois, em 1966, descobre-se novas jazidas em Limba e Malongo no *offshore* do mesmo perímetro como nos afirma Walter, (2007).

A produção de petróleo no campo de Benfica teve o seu início propriamente em 1956 tendo na linha de frente a companhia PETRANGOL (rearranjo da empresa PETROFINA, reorganizada em 1957) que dava continuidade à sua atividade de prospecção “onshore⁹” nesta região. ANGOLA (1989), afirma que

Em 1966 teve lugar um avanço importante, quando a GULF OIL, (que tinha entrado em Cabinda em 1957 através da sua subsidiária CABGOC) descobriu o primeiro campo “offshore” (Malongo), cujas reservas se revelaram substancialmente maiores que os depósitos já delimitados “onshore”. Durante a década de 60, outras companhias petrolíferas internacionais iniciaram atividades de prospecção, mas as descobertas da CABGOC em Cabinda continuaram a ser a mais importante fonte de petróleo de Angola. A produção total subiu para 49.000 b/d em 1968 e, posteriormente, para 163.000 b/d em 1973. Noventa por cento da exploração era exportada; a restante era usada como matéria prima para refinaria

⁹ Onshore- também conhecida como Zona terrestre, significa terra dentro; na produção e exploração, entende-se o zona onshore, uma exploração a onde o petróleo é encontra em terra firme, caso especial das principais jazidas de petróleo da Arábia Saudita. Geralmente esses campos tendem a ser menos dispendioso do que a explorações em águas profundas. (DICIONÁRIO DO PETRÓLEO, 2009, p.524).

de Luanda, que entrou em serviço nos finais da década de 1950 (ANGOLA, 1989, p.26).

Três anos depois tem início a extração de petróleo em grande quantidade. A importância do petróleo para a economia angolana começou em 1968, quando passou a ser destaque na lista dos principais produtos de exportação local. Com o aumento nas exportações petrolíferas, rapidamente passou a figurar-se numa das principais fontes de receita da província, passando deste modo à frente da produção cafeeira nos anos de 1973-74. O valor do petróleo na exportação nesse período, foi mais alto que todos os produtos que lideravam a lista entre os anos 1930 a 1960, como o café, diamantes, ferro, sisal, algodão, peixes, farinha de peixes e milho. (ANGOLA 1988) sustenta que, em 1973, já havia no país quatro companhias com concessões para a prospecção e exploração de petróleo, na qual a mais importante era a Cabinda Gulf Oil Company (Cabcoc), sucursal da Gulf-Oil.

Depois da descoberta das primeiras jazidas de petróleo em Angola, na madrugada de 13 de abril de 1955, em Benfica, (arredores de Luanda), foram precisos menos 20 anos para que a indústria petrolífera se tornasse a maior fonte de receitas. Em 1974, tinha já ultrapassado o café que ocupava, há décadas, a primeira posição (ALVES, 2007, p. 61).

Entre 1966 e 1975, a administração portuguesa fez uma revisão na política econômica do petróleo angolano. O conjunto de medidas tinha por objetivo exercer maior ingerência na participação da produção, bem como deter maior conhecimento acerca das pesquisas sobre as jazidas (que se encontravam majoritariamente com as companhias internacionais). Mudanças endêmicas na sociedade angolana, com destaque para o movimento pró libertação, e econômicas – a maior participação das empresas transnacionais (especialmente a europeia e a norte-americana) explicam a tentativa portuguesa de intervir na economia de Angola. Esse cenário acentua-se após a independência angolana (1975) pois era notório que empresas como a Gulf Oil, a Texaco e Petrofina detinham o monopólio do setor petrolífero no país.

3.2. A organização da Economia Angolana no sistema socialista

Após a independência, o governo de Angola adotou o sistema de produção socialista-leninista, no qual os termos da constituição e os principais órgãos do Estado estavam subordinados ao partido MPLA-PT (Movimento Popular para Libertação Angola-Partido dos Trabalhadores), que, por sua vez, acatava os ditames vindos do bureau político do mesmo partido, confundindo-se com o Estado. Na prática, funcionava da seguinte maneira: o MPLA era o Estado e o Estado era o MPLA. As deliberações das estratégias

econômica e política eram deliberadas nos congressos e no Comitê Central e o governo era o órgão executivo encarregado de implementar as políticas e as resoluções vindas do partido.

Quanto à organização institucional da gestão econômica, bem como seu arranjo interno, estavam pautadas em três princípios fundamentais:

1º: O princípio de uma gestão unificada, que tinha como diretriz um único orquestral de toda a política econômica e social do país, em uma linha de unidades administrativas, setoriais ou em regiões de jurisdição;

2º: O centralismo, que fazia com que todas as decisões deliberadas pela administração superior, obrigassem a todas as unidades de hierarquia menores a desenvolverem competências e meios para a sua materialização em suas próprias áreas de jurisdição local.

3º: O princípio da planificação, que definia as prioridades nacionais, assegurando a coordenação econômica inter-setorial que selecionava as formas mais eficientes dos fatores de produção (ANGOLA, 1989).

Esse modelo de administração estatal adotada pelo governo do MPLA-PT, havia criado um sistema burocrático no modelo de gestão do país fazendo com que a maioria das decisões fossem unicamente reguladas pelo partido, já que a unificação e centralização pressupunha a ingerência do MPLA-PT nos diferentes níveis da administração das unidades de produção. Não havia uma separação institucional entre as atividades partidárias, econômicas e sociais; havia uma partidarização em todos os níveis da administração pública: regionais, local, empresarial, etc.

Os modelos institucionais de gestão unificada, centralizada e planificada gerou um efeito de “dependência” nas relações entre as unidades administrativas, o que ocasionou lentidão na administração do Estado. Como afirma Angola (1988), “com efeito, pouco ou nada se decide sem consulta e aprovação prévia do órgão estatal supervisor e, às vezes, de diversos órgãos com interesses contraditórios entre si. [...] aparentemente o sistema resultou em grande lentidão no processo decisório e na aplicação de políticas”.

Paradoxalmente, a regulamentação excessiva e a centralização da administração pública e da política econômica resultaram em indisciplina e fragmentação generalizadas. Os ministérios e outros órgãos e empresas públicas importantes tendem a transformar-se em entidades autossuficientes, cujas alçadas se confundem com a de outras unidades. Para contornar os pontos de

estrangulamentos e os regulamentos, tanto os órgãos do Estado como os servidores civis não hesitam em adotar esquemas, no âmbito do que poderia ser chamado de “mercado institucional paralelo”. [...]. Alguns órgãos do governo (ministérios), em face das carências de produtos básicos para os seus funcionários, criaram fazendas por eles próprios operadas e financiadas. Isso tem resultado na fragmentação, duplicação de esforços e desperdícios de recursos. Alguns órgãos que não conseguiram obter licenças de importação e recursos cambiais por meio dos canais estabelecidos, entraram em acordo com empresas do enclave que recebem receitas em divisas, mas que necessitam de (Kwanzas¹⁰) para suas operações internas. [...] assim, os recursos cambiais gastos na operação não passam pelo Banco Central e os regulamentos referentes à concessão de licenças de importação e de recursos cambiais são contornados (ANGOLA, V.I. 1988, p. 11).

Como já citado, o sistema de planificação econômica era baseado na planificação centralizada. Havia, no entanto, cinco níveis a saber: 1º o nacional, 2º o setorial, 3º o provincial, 4º das unidades de produção e 5º das instituições do governo (hospitais, escolas, etc.). Os planos sempre foram projetados para serem executados no período de um ano. Não há dados que um deles tenha sido realizado por um período maior do que o estipulado. De acordo com Angola (1988);

Todos os planos têm sido anuais [...]. Em princípio, os planos anuais no nível nacional devem incluir indicadores e programas nas seguintes áreas: primeiro, projeções de Crescimento do produto Social Global e do Rendimento Nacional Disponível; segundo, orçamento para as despesas cambiais (importações, exportações, invisíveis, dívida externa, etc; terceiro, um programa financeiro agregado, que inclua o orçamento do Estado, na política de crédito e da dívida externa; quarto, um programa de balanços materiais, que especifique a oferta e o plano de distribuição de bens essenciais para o consumo ou utilização na forma de insumos para a atividade produtiva; quinto, um programa para o comércio interno; sexto, um programa para os investimentos e as atividades de construção; sétimo, um programa para os setores dos transportes e das comunicações; oitavo, um programa de empregos e salários; nono, um programa para a produção de bens e serviços de alta prioridade. Na prática, nem todos esses componentes dos planos foram preparados anualmente (ANGOLA, V.I. 1988, p. 12).

Como se pode ver, a experiência do centralismo e da planificação econômica em Angola teve algumas fragilidades que contribuíram para o insucesso de sua aplicabilidade. Muitos estudiosos apontam alguns pontos fracos que contribuíram para esse insucesso: a) a

¹⁰ Kwanza – é moeda Angola, que substituiu o escudo, após a independência do país, em 1975.

falta de planos a médio prazo (que serviriam de base para os planos anuais); b) a inconsistência dos planos – no conteúdo e na forma; c) a falta de capacidade do Estado em monitorar e controlar a execução dos seus planos programados. Outro fator de ordem externa que contribuiu para insuficiência do processo de planificação na governação do MPLA-PT em Angola durante o período socialista foi a oscilação do mercado do petróleo internacional na época. Como reafirma Angola (1988);

[...] o nível das cotações internacionais do petróleo exerce forte influência sobre as receitas orçamentarias e as importações de bens de consumo, de investimento ou para uso como insumos ou peças de reposição em unidades de produção. Devido a drástica queda nos preços do petróleo 1985-86, foi necessário rever completamente o plano anual de 1986. Apesar da revisão, as limitações cambiais foram muito mais severas do que as projetadas, e as autoridades não conseguiram evitar a adopção de drásticas reduções nas metas projetadas para a produção industrial e na oferta de bens de consumo para a população (ANGOLA, V.I. 1988, 12).

No entanto, muitos foram os fatores que contribuíram para o insucesso do sistema de planificação econômica, somado ao centralismo burocrático de um país como Angola, que acabava de obter sua independência de Portugal. Somada essas variáveis, podemos citar ainda a falta de mão de obra qualificada em todos os níveis para a execução das tarefas previstas naquele momento, como analisa Angola (1988) em outro modelo:

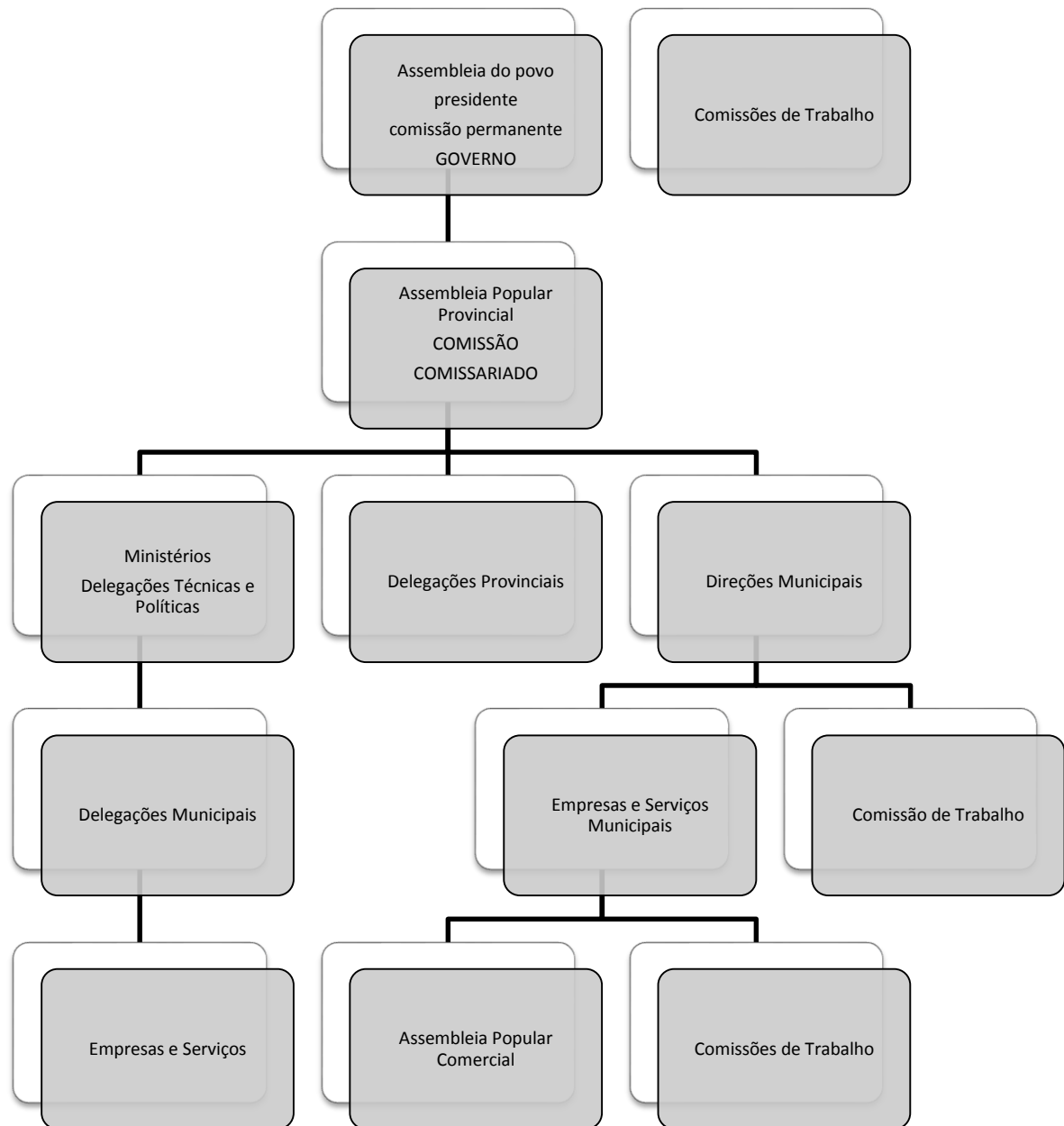
O planeamento centralizado implica uma gestão económica por meio de controlos administrativos ou burocráticos. A sobrecarga dos diversos componentes do sistema institucional, que resulta num extremo centralismo no processo decisório económico, tem prejudicado a coordenação inter-sectorial e, em consequência, as actividades de planificação. Na verdade, dados os problemas acima descritos, a importância dos controlos burocráticos certamente tem sido maior do que a da planificação. As decisões burocráticas são frequentemente adaptadas numa base *ad hoc* ao invés de se fundamentarem em objetivos consistentes e em claras normas e prioridades do plano. Os dirigentes das empresas gastam desordenadamente o seu tempo em actividades de negociação com os ministérios dos seus setores e com outras autoridades. [...] A incapacidade das autoridades centrais de proporcionar recursos cambiais, peças sobressalentes, matérias-primas ou controlos de insumos é aproveitada por muitos dirigentes como pretexto para se exonerarem daquilo que, de outra forma, seria sua responsabilidade (ANGOLA V.I. 1988, p. 13).

Nesse sentido, podemos dizer que o sistema de planificação de Angola, não conseguiu alcançar elevados níveis de eficácia econômica porque ele se baseava em objetivos puramente quantitativos, que lhe impossibilitava reconhecer alguns pontos de estrangulamentos na base produtiva, causada pelo excesso de centralidade estatal, provocada pela mistura da ideologia política *versus* programa de desenvolvimento nacional o que resultou em inúmeros casos, em ineficiência da máquina estatal, desperdício, politização de muitos órgãos institucionais, como ministérios e empresas vitais (como a SONANGOL, Banco Nacional, CIMANGOLA¹¹, TEXTANG¹² I e II etc).

¹¹ CIMANGOLA – é uma empresa angolana de produção de cimento, que também fora estatizada pelo governo do MPLA, no período socialista

¹² TEXTANG – é uma Empresa angolana de produção de tecidos, que foi estatizada. Por motivos não claros essa empresa foi a falência.

Figura nº3. ÓRGÃOS DO ESTADO



Fonte: Diário da República, Angola, nº209, 1ª série, 1981 (adaptado).

3.3.A Formação do setor petrolífero

A formação da economia moderna angolana, após a independência até o período que podemos considerar da primeira república (1975 a 1992) pode ser subdividido em três momentos distintos: de 1977 a 1981; de 1981 a 1983; e do período que corresponde aos anos 1983 a 1986. De 1977 a 1981, o PIB atingiu à alíquota de 4,3% (essa percentagem corresponde à média de crescimento desses quatro anos juntos). Essa recuperação, segundo Angola (1989), “porém foi de curta duração e cessou subitamente em 1981 a 1982, no momento em que se intensificou a luta interna e as receitas petrolíferas baixaram devido à queda dos preços internacionais”. Entre os anos 1981 a 1983 (período da intensificação dos conflitos internos) houve uma recessão brusca na economia angolana, que culminou na diminuição do PIB – em uma taxa de 5,1%. Paradoxalmente, mesmo com a recessão e com o momento de tensão e instabilidade nacional, o setor petrolífero continuou crescendo. De 1983 a 1986, com a queda do barril do petróleo no mercado internacional (no final de 1985) acelerou uma recessão aguda na economia angolana, uma vez que o setor petrolífero já era responsável por 96% por cento de todas as receitas do Estado. Como argumenta Angola (1989)

Em 1986, a produção total por Angola de energia primária comercial atingiu 17,7 milhões de tep¹³, ou seja, 1,96 tep per capita. Só raros países africanos, como, por exemplo, a Líbia, Argélia e África do Sul, registram valores per capita significativamente mais elevados. Contabilizando os combustíveis lenhosos (cerca de dois milhões de tep de energia primária), a produção per capita foi de quase 2,2 tep. Todavia, dado que mais de 70% da produção de energia primária comercial sai do país sob forma de exportação de petróleo bruto e de GPL (gases de petróleo liquefeitos), ao mesmo tempo que 95% do gás natural associado ao petróleo bruto são queimados ou reinjetados, o consumo final per capita de energia comercial é moderado: em 1986 era de kgep¹⁴. Este valor deve ser comparado com 602 kgep no Gabão (dados de 1985), 151 kgep no Congo (1986) (ANGOLA, 1989, p, 5).

¹³ Em petróleo, a expressão TEP – (Tonelada Equivalente de Petróleo) – é uma [unidade de energia](#) definida como o [calor](#) libertado na [combustão](#) de uma [tonelada](#) de [petróleo cru](#), aproximadamente 42 [gigajoules](#). Como o [valor calórico](#) do petróleo cru depende de sua exata composição química, que admite bastante variação, o valor exato da *tep* deve ser definido por convenção. (Dicionário de Petróleo, 2009).

¹⁴ Um Kgep medida de conteúdo energético, corresponde a um quilometro equivalente de petróleo.

Quadro nº 5. **Resumo da evolução do Consumo de Energia Comercial**

Tipo de Energia	1977-82	1982-85	1980-86	1986	Unidades
Eletricidade	+6,6	-505	-0,5	49	Milhares tep
Derivados do petróleo	-	+9,0	+6,6	915	Milhares tep
Energia comercial total	-	-	+6,2	965	Milhares tep
Consumo per capita	-	-	+3,3	110	Kgep
PIB	+4,3	-1,9	3,9	485	dólares

Fonte: (ANGOLA, 1989, p. 6)

Como se pode ver no quadro acima, dentro do setor energético em Angola, o de petróleo e seus derivados (entre as décadas de 1970 e 1980) representavam mais de 75% das vendas internas absolutas. Entretanto, é importante ressaltar um dado relevante: nesse período, o gasóleo¹⁵ em Angola, em comparação com outros países africanos produtores de petróleo, não era ainda desenvolvido. Esse dado mostra-nos como nesse período em Angola não havia uma grande expansão no setor de transporte rodoviário. Outrossim, foi nesse período que o consumo interno de derivados de petróleo – com destaque para a gasolina, querosene e GPL – estava concentrado nos grandes centros urbanos, que segundo Angola (1989), [...] tal situação “espelhava uma distribuição distorcida e, um constrangimento imposto pela guerra civil e pelo estado deprimido da economia”. O quadro nº5;

Quadro nº6. **Vendas Internas de Derivados De Petróleo, por Sector, 1985**

	GPL e Querosene	Gasóleo	Jet-fuel	Gasolina	Fuel-óleo	Porcentagem nas vendas totais
Indústria	3,8	26,2	10,3	1,7	52,2	20,6
Agricultura	0,7	3,1	-	0,5	6,8	2,2
Transporte	0,2	2,7,1	47,1	0,8	39,3	28,8
Construção	0,2	4,8	-	0,6	0,1	2,1

¹⁵ Gasóleo-óleo mineral destilado do petróleo que fica entre o querosene e o óleo lubrificante, quanto à viscosidade e a faixa de ebulição; usado como combustível. É recolhido por volta da metade da destilação; é mais pesado que a gasolina, o querosene, o combustível leve e o diesel, e mais leve que o destilado lubrificante de onde provêm os óleos lubrificantes e as graxas. O nome gasóleo deve-se ao uso desse óleo na fabricação de gás combustível. É utilizado atualmente na produção de gasolina, querosene e produtos químicos. No Brasil o gasóleo é chamado de óleo diesel, fonte: <http://www.dicio.com.br/gasoleo/>, acessado aos 23 de Fevereiro de 2015.

Revenda	77,2	20,4	-	42,2	-	19,6
Governo	1,7	4,0	0,1	2,5	0,4	2,2
Defesa e Segurança	3,1	10,1	42,0	49,8	0,3	21,1
Outros	13,1	4,3	0,5	1,9	0,9	3,4
% nas vend totais	8,2	42,6	26,7	10,7	11,8	100,0

Fonte: (ANGOLA, 1989, p.7), adaptado, FERREIRA, 2015

Alguns dados na tabela acima chamam a atenção como, por exemplo, a agricultura que aparece com 2,2% das vendas totais, o setor da construção com 2,1% (que mostra o retrato de um país praticamente paralisado no âmbito do desenvolvimento urbano e humano). Outros dois dados que chamam a atenção vêm dos setores da indústria com 20,6% e da defesa com 21,1% (quando se fala de indústria e lucros, é a indústria petrolífera). Da análise dos números depreende-se a importância da primeira para economia nacional e da segunda; o da defesa (que, infelizmente, absorvia muito mais recursos do que o setor da agricultura – sendo esse um reflexo da situação político- militar em que se encontrava o país. Diferentemente do resto da economia do país, o setor petrolífero foi uma exceção. Enquanto outros setores caíram bruscamente de produção, ele cresceu inversamente na mesma proporção após a independência (vide a tabela nº1). A produção do petróleo bruto atingiu o nível de 94.000 b/dia em 1975, para 164.000 em 1979.

Mas se comparado um ano anterior a independência (1974), por exemplo, houve uma relativa baixa nos primeiros cinco anos após a independência; segundo alguns especialistas, esse declínio foi motivado pela suspensão das atividades de exploração e produção durante a segunda metade dos 1970, como consequência das mudanças políticas no sistema de governação de Angola. Após a independência houve uma mudança significativa na economia de exportação, uma vez que, antes da década 1970, a economia era basicamente dependente do café e, após esse período, passa a ser expressivamente dominada pela economia petrolífera.

Tabela nº1. **Composição das exportações de Angola (valores em percentagens)**

Ano	Café	Diamante	Petróleo	Outros
1969	35	20	5	40
1974	20	8	51	21
1979	14	13	72	1
1984	4	3	91	2
1989	0	5	94	1

Fonte: VALÉRIO e FONTOURA, 1994, p.1205

A tabela acima mostra como entre os anos de 1969 a 1989 houve uma mudança brusca na economia de exportação angolana. Até o final da década de 1960 e começo da de 1970, a economia de exportação de Angola era basicamente dominada pelo café (que tinha até aos finais dos anos 1960 pouco mais de 35 ou 40% dos produtos que mais se exportavam em Angola). Mas essa realidade muda com o *boom* do petróleo no mercado internacional. Cinco anos após a grande valorização do petróleo, Angola torna-se independente de Portugal. Três fatores explicam como a economia angolana foi se tornando cada vez mais dependente do petróleo: 1) crise do café e sua conseqüente desvalorização no mercado internacional; 2) guerra civil em todo o território nacional; 3) modelo político-econômico adotado pelo MPLA.

Fazendo um prognóstico de alguns indicadores dos recursos exigidos para manter a prosperidade do setor petrolífero na época, Angola (1989) ressalta que:

Entre 1982 e 1986, o setor absorveu, em média, cerca de 85% do investimento interno bruto de Angola. No mesmo período, os investimentos estrangeiros diretos no setor petrolífero representaram mais de 70% da entrada de capitais de médio e longo prazo, ao mesmo tempo que crescia a fração das receitas do petróleo dispendida para financiar os serviços dos fatores do referido setor. No entanto, estes valores significam que, na ausência do “boom” petrolífero, existissem consideráveis recursos disponíveis para aplicações não – petrolíferas. Pelo contrário, considerando o nível extremamente baixo da poupança nacional e a limitada capacidade da economia não petrolífera para absorver investimentos

produtivos, os outros setores não teriam sido capazes de atrair ou absorver esse capital externo (Angola, 1989, p.8).

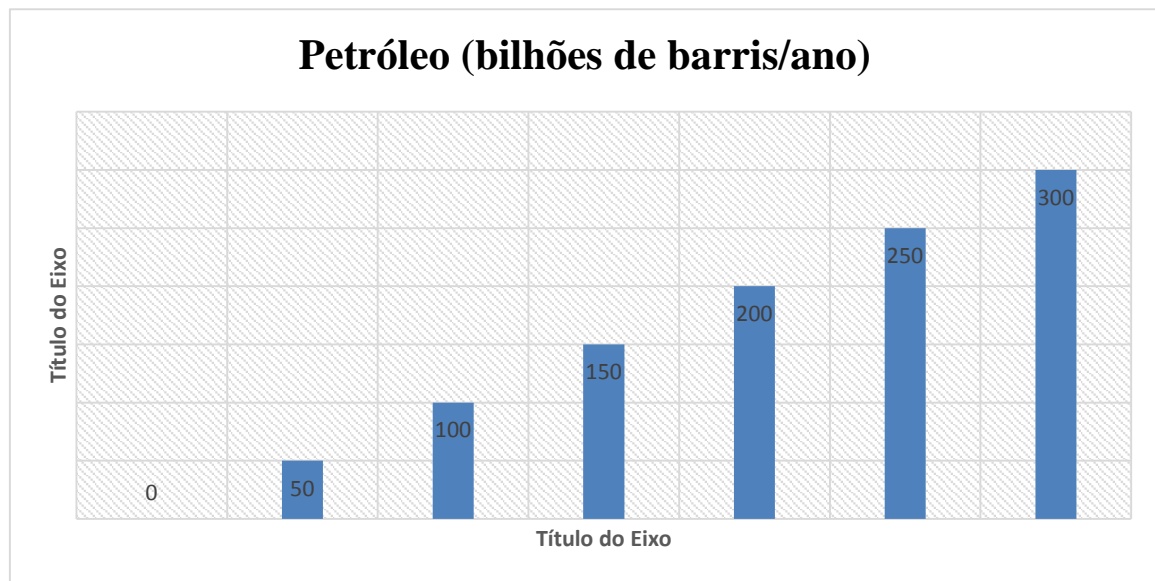
Como se pode ver nessa análise, as implicações globais da economia angolana no período da Primeira República (vide a figura nº1) continuaram altamente sensíveis às flutuações das receitas vindas do setor petrolífero. Como se pode notar, houve uma crescente arrecadação vinda do setor petrolífero que fez com que aumentasse a sua participação direta no PIB do país, fortalecendo a frágil economia de Angola (vide a tabela nº2).

Tabela nº1. **Indicadores das receitas de recursos do setor petrolífero (%)**

	1982	1983	1984	1985	1986
Produção no PIB	15,4	11,0	10,1	12,4	11,3
Investimento no setor petrolífero	83,2	88,2	76,8	87,2	86,6
Investimentos no setor petrolífero e em entrada de capitais de médio e longo prazo	69,3	84,4	61,5	63,7	87,5
Rendimento dos fatores transferido para o estrangeiro em percentagem das receitas de exportação	11,3	11,1	11,3	12,1	16,8

Fonte: (ANGOLA, 1989, p.9)

Figura nº4. Evolução das reservas Provadas de petróleo de Angola



Fonte: (TOLMASQUIM e JUNIOR, 2011, p.66).

Dentro do setor petrolífero, criou-se alguns subsetores, um dos quais era especialmente dedicado à formação de quadros nacionais para atuarem na área petrolífera ou em outras correlatas. Esta necessidade, vista até os dias atuais, nasceu da falta de mão-de-obra qualificada, que fazia de Angola refém do *know how* das grandes transnacionais que lá atuavam. Por lei, este setor deveria financiar programas de formação e capacitação de recursos humanos angolanos e um acordo feito entre as companhias estrangeiras e o governo do MPLA era que todas as empresas internacionais atuantes em solo angolano tinham que contribuir com 0,15 dólares por barril produzido, com vistas a formar um fundo nacional para educação e capacitação que, por sua vez, seria monitorado e administrado pelos ministérios das finanças, educação e da energia e petróleo. Na prática, esse projeto nunca foi um sucesso que pudesse ser refletido diretamente nas classes menos favorecidas. O controle do fundo nacional sempre foi difuso; não existia um mecanismo ou órgão do Estado que fiscalizasse o financiamento a fim de acompanhar de perto o direcionamento dos recursos. Outrossim, o fundo nacional nunca foi efetivamente divulgado para a sociedade civil (situação que se mantém igual até aos dias atuais).

As características gerais do Marco Regulatório do Setor Petrolífero de Angola

A característica central do marco regulatório petrolífero angolano é essencialmente definido como um regime de caráter misto, que de certa forma, outorga à Sonagol os direitos sobre todos os minerais, derivados do petróleo e gás natural etc. dessa

forma, esse mecanismo legal da Lei do Petróleo angolano, dá à essa empresa estatal legitimidade para contratar das mais diversas formas, entre elas, sob a forma de partilha de produção, associação em duas formas (contratual ou societária).

A base legal do marco regulatório de toda atividade petrolífera de Angola está centrada na Lei do Petróleo, de 6 de setembro de 1978, composta por 30 artigos que regiam todas as atividades do setor em Angola. A Lei 13/78 (como era conhecida) estabelecia e determinava as seguintes linhas mestras:

- ✓ As propriedades dos hidrocarbonetos subterrâneos pertenciam ao Estado;
- ✓ A SONANGOL é a única companhia a quem podem ser conferidas direitos de prospecção e de produção (as concessões existentes na altura da promulgação da Lei foram declaradas inválidas);
- ✓ Futuras áreas de concessão estão sujeitas à aprovação do conselho de ministros;
- ✓ Os direitos de prospecção e de produção são atribuídos por prazos fixos, numa base de análise individual caso a caso;
- ✓ As atividades de mineração serão efetuadas de acordo com as práticas de modernas empresas da indústria petrolífera;
- ✓ A SONANGOL pode estabelecer acordos com companhias petrolíferas de reconhecida capacidade financeira e técnica para atividades de prospecção e de produção;
- ✓ Os acordos petrolíferos podem tomar a forma de joint ventures (associações entre a SONANGOL e uma companhia estrangeira em cada um dos sócios tem direitos proporcionais à sua participação no capital da sociedade formada), de “acordos de produção de participação partilha” (contratos de serviços entre a SONANGOL e empresas estrangeiras) e de companhias comerciais. Em qualquer caso existirá um conselho de gestão conjunto encarregado das operações e a SONANGOL terá uma participação mínima de 51%, à exceção dos casos em que a profundidade da água na área do contrato exceda os 150 metros;
- ✓ Quando não se verificar uma descoberta de valor comercial, as companhias não terão direito a recuperar os investimentos;
- ✓ Nos outros casos, terão direito a recuperar as despesas efetuadas e a realizar lucros de acordo com outros termos contratuais. Em

profundidade para além da cabeça do poço (Wellhead), as companhias serão donas da sua quota parte de petróleo produzido;

- ✓ Em casos excepcionais, o Conselho de Ministros pode autorizar termos contratuais diferentes dos descritos acima;
- ✓ Qualquer disputa será resolvida por arbitragem em Angola, de acordo com procedimentos acordados entre a SONANGOL e a companhia estrangeira;

Desde a independência, o governo de Angola reorganizou as instituições que antigamente administravam o setor. Desta forma, as características estruturais e legais passaram por um processo de mudança institucional anterior à independência, com o surgimento do Ministério dos Petróleos e com a criação da SONANGOL – empresa estatal com suas subsidiárias (vide Figura nº 10).

Figura nº 4. **Arranjo Institucional do Setor Petrolífero de Angola**



Fonte: (MINISTÉRIO DO PETRÓLEO DE ANGOLA APUD TOLMASQUIM E JUNIOR, 2011, P.70).
ADAPTADO: FERREIRA, 2015.

Ao Ministério do Petróleo, que em 1984 fundiu-se com o Ministério da Energia, cabia o encargo integral de elaborar as políticas nacionais energéticas do país. No que dizia respeito especificamente ao setor petrolífero, o MEP (Ministério de Energia e Petróleo), supervisionava as atividades da SONANGOL e esta, por sua vez, supervisionava todas as atividades das empresas estrangeiras que atuavam em Angola. Para além do setor petrolífero, o MEP também supervisionava todas atividades do setor de eletricidade representadas pelas companhias nacionais: Empresa Nacional de Eletricidade (ENE), Sociedade Nacional de Estudo e Financiamento de Empreendimentos Ultramarinos (SONEFE) e a Empresa Nacional de Eletricidade (EDEL).

Até o ano de 1987, existia no MEP alguns departamentos “centrais”, que eram diretamente subordinados a pessoa do Ministro, a saber: departamento de Planejamento Técnico e o departamento Nacional de Transformação de Petróleo – esse último tinha como objetivo principal supervisionar as refinarias. Segundo alguns estudiosos apontam, esse organograma hierárquico do MEP contribuía para perpetuar a dicotomia entre a energia e petróleo. Por esse motivo, durante uma reunião do conselho consultivo em 1986, esse modelo de gestão funcional do MEP foi abandonado, como afirma Angola

O novo MEP tem apenas quatro departamentos nacionais ou “gabinetes”: do plano, técnico, jurídico e de recursos humanos. Os vices ministros deixaram de ter responsabilidades subsetoriais e atuaram por delegação do Ministro. Esta organização do MEP traduz-se numa redução significativa de pessoal (360 para 200) e parece fazer parte de um esforço de reestruturação, extensivo a todo o Governo, destinado a cortar despesas administrativas e a diminuir a supervisão sobre as empresas estatais. A supervisão dos ministérios setoriais sobre a gestão corrente das empresas estatais vai desaparecer e apenas os ministérios centrais (Planejamento e Finanças/Banco Central) exercerão essas funções sobre as finanças e a gestão daquelas empresas. Obviamente isto deve conduzir a uma maior autonomia de gestão nas empresas estatais, constituindo um dos principais componentes do SEF, (ANGOLA, 1989, p.13).

Cabia ainda ao MEP as seguintes funções como o órgão supremo do Estado no setor petrolífero:

- ✓ Autorizar a abertura de blocos para concurso;
- ✓ Aprovar programas de desenvolvimento;
- ✓ Autorizar o começo da produção;
- ✓ Regular os níveis de produção dos campos;
- ✓ Autorizar a queima de gás de produção em casos especiais;
- ✓ Estabelecer os preços de petróleo bruto para fins de tributação;
- ✓ Apreciar os programas de investimento da SONANGOL e as contas das empresas estrangeiras;
- ✓ Promover a realização de estudos dos de inventariação das potencialidades petrolíferas no país;
- ✓ Estudar e propor legislação reguladora das atividades do setor de petróleo;

- ✓ Propor e acompanhar a execução de ações que se enquadrem na política do governo relativa às indústrias respectivas, orientando a estratégia e a atividade do setor e estimulando as iniciativas empresariais;
- ✓ Estudar e propor medidas necessárias às realizações dos objetivos nacionais relacionados ao conhecimento, valorização utilização racional e renovação das reservas petrolíferas do país;
- ✓ Promover a estruturação do setor de petróleo;
- ✓ Coordenar, supervisionar, fiscalizar e controlar as atividades no setor de petróleo; propor e promover as bases de cooperação com outros países e organizações estrangeiras de interesse para o setor de petróleo, assegurando o cumprimento das obrigações resultantes dos acordos firmados;

3.4. A formação da SONANGOL

Após a independência, como já citado anteriormente, a economia angolana tornou-se extremamente dependente do setor petrolífero e todas as políticas estatais, quer econômica, social, interna ou externa entraram numa condição *sine qua non* na correlação das divisas do petróleo. Assim, o petróleo passou a ser o combustível que alimentava o motor do Governo. Tratar dele com eficiência era prioridade central do governo, visto que até 1975 o setor petrolífero estava nas mãos das grandes indústrias internacionais que, por motivo de insegurança, haviam abandonado o território nacional por um período relativamente curto. Um ano após a independência de Angola (1975) o governo reata com emergência contratos com algumas empresas estrangeiras que já estavam atuando em Angola até meados de 1975, a fim de poder sobreviver. Como o modo de produção adotado pelo MPLA foi o socialismo - com base nos três pilares de governação centralismo, unidade e planificação – surge a necessidade de criar uma empresa nacional de petróleo que representasse o Estado nas negociações com as transnacionais e governos que, eventualmente, quisessem negociar petróleo com Angola. Outrossim, era a nacionalização do petróleo os trâmites da maioria dos países da OPEP haviam adotado (51% nas mãos das estatais). Foi assim que em 1976, o mesmo ano em que a CABOGOC voltou a operar Angola, depois de um período ausente devido à conturbada transição, o governo recriou a (ANGOL) como SONANGOL para atuar como canal empresarial do Estado no setor, no intuito de coordenar e controlar todas as atividades de cunho petrolífero no país:

A sociedade Nacional de Combustível de Angola (SONANGO) é uma companhia estatal criada em 1976 como braço empresarial, cabendo-lhe como responsabilidade principal dar seguimentos às políticas do setor petrolífero. A sua estrutura baseia-se na ANGOL, a única empresa portuguesa com interesses na área do petróleo em Angola e que foi nacionalizada depois da independência, (ANGOLA, 1989, p. 145).

Nesse período a formação organizacional hierárquica da SONANGOL, obedecia às seguintes linhas metras:

- ✓ Um diretor geral – que se reportava ao MEP e que dirigia diretamente uma unidade responsável;
- ✓ Três diretores adjuntos – que tinham a tarefa de cuidar dos hidrocarbonetos e de toda a distribuição e da administração e finanças. O diretor adjunto dos hidrocarbonetos supervisionava quatro departamentos: o de exploração, o da produção e reservas, o da administração e finanças e o dos transportes aéreos. (ANGOLA, 1988).

Dos anos de 1976 a 1979, foram tomadas várias medidas pragmáticas para o andamento de setor petrolífero sem ao menos se pensar em outros setores da economia que estavam praticamente mortas como agricultura, pesca, têxtil, agropecuária etc. Essas medidas tomadas para uma nova reorganização do setor eram as seguintes:

- ✓ A criação da própria SONAGOL em 1976;
- ✓ A publicação da famosa Lei do petróleo de 1978; que legitimou a SONANGOL como concessionária exclusiva da produção e exploração do petróleo a nível nacional;
- ✓ A renegociação das concessões da Cabgoc e da PETRANGOL em 1978, atribuição a SONANGOL de uma cota de 51% em todas as atividades;
- ✓ Também houve a divisão da plataforma continental em 13 blocos (1978), para leilão as companhias interessadas;
- ✓ Como já frisado em 1979, a criação do Ministério dos Petróleos; (ANGOLA, 1989).

Como braço empresarial do governo dentro do setor petrolífero, cabia a SONANGOL as seguintes tarefas:

Primeiro, incentivar investidores estrangeiros nas atividades de prospecção e exploração, transportes, refinação e distribuição, sob a direção do governo e de acordo a legislação do país e celebrar acordos que fossem vantajosos com as empresas que mostrassem interesse; segundo, cabia a SONANGOL supervisionar e controlar as empresas petrolíferas estrangeiras na exploração e incremento das reservas petrolíferas do país e, com isso, gerar os fundos que deviam ser passados para alguns programas de investimentos estatais. No entanto, o papel da SONANGOL deveria ser calculado mais pelos êxitos na mobilização e canalização de recursos externos para as operações no setor e na sua capacidade de supervisionar essas atividades do que propriamente pela sua atuação como operadora de projetos, ou seja, essa atitude mostra que o governo não estava interessado em constituir uma empresa – que num futuro a médio prazo viria a ter condições de explorar e produzir a níveis das outras grandes empresas estatais atuantes no mercado internacional.

Foi também outorgada à SONANGOL uma autonomia financeira e uma gestão singular, principalmente nas áreas de contratos do tipo “*joint venture*”, de maneira a poder exercer maior influência no setor. Quanto às receitas provenientes da “*joint venture*”, baseavam-se geralmente mais nas implicações líquidas do que nos “*royalties*”. O progresso da legislação fiscal da altura havia permitido ao Estado se beneficiar de lucros consideráveis. Tolmasquim e Junior, (2011) afirmam que;

As atividades petrolíferas são exercidas por meio de licença. Há dois tipos de licenças: de prospecção e de exploração e produção. A licença de prospecção restringe-se à fase inicial de aquisição e interpretação de informações geológicas, geoquímicas e, geofísica básicas, sem perfuração de poços e sem conceder direitos exclusivos para as fases de exploração e de produção. Equivale a licença de exploração ou de reconhecimento em outros países. Os dados e as informações adquiridos pela empresa licenciada são de propriedade do Estado, sendo o prazo máximo da licença de até três anos.

A licença de exploração e de produção envolve direitos de exploração, perfuração e produção, sendo obrigatória a participação da SONANGOL. Cabe destacar que a Lei utiliza a expressão “concessão petrolífera” no sentido lato de “outorga de direitos de E&P” e não em seu sentido estrito “de forma de contratação”, como definida neste livro. Tala ponto gera equívocos e confusão por parte de alguns analistas. Assim, deve-se ressaltar que a concessão não é uma forma de contratação permitida em Angola. As formas permitidas de contratação de E&P em Angola, conforme mostrado mais adiante, são: associação (contratual ou

societária), partilha de produção e serviços com risco, Fonte: (TOLMASQUIM E JUNIOR, 2011, P.73).

No que se refere às suas respectivas áreas de atuação, houve algumas divergências entre a SONANGOL e o MEP, visto que algumas prerrogativas legais que o Estado outorgou à concessionária SONANGOL, especialmente à sua autonomia financeira, permitiu-lhe desenvolver certa autonomia dentro da administração estatal.

No âmbito das suas atribuições, o papel da SONANGOL concessionária cabia os seguintes objetivos (ANGOLA, 1989, p.145):

- ✓ Realizar a gestão técnica dos contratos de partilha de produção e contratos de associação de modo a maximizar os interesses do Estado e da SONANGOL como concessionária e investidora;
- ✓ Recolher, validar e conservar os dados técnicos de toda a atividade petrolífera em Angola;
- ✓ Maximizar os interesses econômicos do Estado e da SONANGOL como concessionária investidora;
- ✓ Promover e fazer a coordenação econômica e jurídica dos processos negociáveis e referentes aos contratos de partilha de produção, contratos de associação e outros;
- ✓ Salvar os interesses da SONANGOL concessionária pela garantia da execução da política petrolífera nacional;
- ✓ Obter a excelência da SONANGOL E&P no seu papel de concessionária;
- ✓ Obter excelência na capacidade intelectual, técnica e de gestão dos interesses do Estado e da SONANGOL, estabelecendo um alinhamento com a visão da SONANGOL;
- ✓ Propor e executar as estratégias e políticas da empresa nas áreas de pesquisa, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos;
- ✓ Obter maior abrangência geográfica na atividade de exploração e melhorar o conhecimento geológico das bacias.

Para além das atividades de prospecção e de produção, a SONANGOL era também a tutelar de toda a repartição e comercialização interna dos produtos e, para a execução desta tarefa, a companhia detém uma rede de instalações de armazenamento

distribuída por todo território nacional e mantinha ainda uma pequena frota de petroleiros e uma significativa frota de automóveis pesados.

Com relação a *joint venture*, a SONANGOL manteve um contrato com a STINNES – uma empresa de extração e comercialização de petróleo da antiga RFA (República Federal Alemã) que à época, tratava de todas as questões relacionados as vendas para o exterior e sobretudo as compras do governo de produtos diversos.

A SONANGOL mantinha vínculos como sócia de exploração – a Chevron (na província de Cabinda, localizada ao extremo norte de Angola), com a FINA (companhia francesa), no “onshore e offshore” e com a TEXACO (empresa norte-americana), no bloco 2. À SONANGOL, por sua vez, cabia o direito e obrigação de fiscalizar as atividades dessas e outras explorações em todo território. Entretanto, tudo não passava do papel porque, tanto o Estado quanto a SONANGOL não tinham recursos técnicos, humanos e financeiros para fiscalizar as multinacionais, que naquela época, já eram empresas há muito consolidadas no mercado internacional e possuíam todo o *Know how* de exploração e produção do petróleo.

No tocante ao marco regulatório petrolífero do país, a agregação de companhias estrangeiras com a SONANGOL e quaisquer vias legais adotadas pelo governo, a forma ou caminho a seguir eram as seguintes (SONANGOL, 2010):

- ✓ Formação de Sociedade Comercial (parceria empresarial Societária)
- ✓ Contrato de Associação (parceria empresarial contratual);
- ✓ Contrato de partilha da produção.

Quanto aos impostos, Tolmasquim e Junior, 2011, afirmam que “as companhias petrolíferas que recebem a licença devem pagar seus impostos ao Ministério das Finanças, utilizando o Banco Nacional de Angola (BNA), como intermediário. No entanto, esses impostos são cobrados da seguinte forma:

- ✓ Imposto sobre a produção de petróleo;
- ✓ Imposto sobre o rendimento do petróleo;
- ✓ Imposto sobre a transação do petróleo;
- ✓ Taxa territorial
- ✓ Contribuição para o treinamento de Angolanos.

Como se pode ver, nessa lista não existe nomeadamente as cotas a título de *royalties*, apesar de no caso o imposto sobre a produção de petróleo ser sinónimo de pagamentos em *royalties*. Em sua obra, intitulada Direito Financeiro e Tributário, Kiyoshi Harada, sublinha que;

A denominação mundial dos *royalties* é a forma mais antiga de se expressar o significado de arrecadação. *Royalty* tem origem da palavra *Royal* que tem como significado: “relativo ao rei e refere-se à contrapartida ao direito real para uso de minerais concedidos pelo soberano a uma pessoa ou corporação. Atualmente, nos países que não adotaram a monarquia, o estado assume o papel de rei neste particular. Desta forma, *royalties* são retribuições financeiras pagas ao governo em razão da exploração de determinados recursos naturais. Atualmente, os *royalties* são destinados não só à União (que é dono do bem), mas também aos estados e municípios que sofrem com os reflexos da exploração de tais recursos naturais (KIYOSHI, 2010, p.304).

No caso dos impostos acima referenciados, passaremos a descrever como em Angola eles são cobrados (%). O imposto sobre a produção de petróleo advém sobre a quantidade de petróleo bruto medido na boca do próprio poço, no qual se faz uma dedução subjetiva de toda quantidade que é consumida *in natura* na produção real de todas as atividades ligadas ao setor petrolífero. Nesse caso específico, o imposto cobrado é de 20% sobre o volume integral da produção e, eventualmente, pode ser diminuído em até 10%, somente para chamados campos marginais, de áreas *offshore* com lamina d’água superior a 750 metros e também de outras áreas que, por barreiras geográficas, são de difícil acesso (TOLMASQUIM E JUNIOR, 2011).

Referente ao imposto sobre o rendimento do petróleo é cobrado 50% apenas para os chamados contratos de partilha. Essa nomenclatura é usada para contratos em que a SONANGOL entra como sócio ou participante de uma empreitada com uma companhia estrangeira. Mas caso a SONANGOL não esteja associada em participação, essa cobrança é de 65,75%. (TOLMASQUIM E JUNIOR, 2011).

No tocante ao imposto sobre a transação de petróleo, a taxa é maior comparada com outros tetos, 70% sobre total de todo o petróleo que é negociado. E, por fim, a taxa territorial foi pregada em US\$ 300,00 Km². O resumo destes termos contratuais é visto detalhadamente na seguinte referência:

Ainda que os termos contratuais para a prospecção e desenvolvimento petrolíferos não sejam particularmente aliciantes, muitas companhias petrolíferas internacionais têm sido atraídas para Angola. [...] as receitas fiscais provenientes das *joint ventures*, baseiam-se mais nos resultados líquidos do que em *royalties*. A progressividade da legislação fiscal tem permitido ao Governo beneficiar de eventuais lucros extraordinários, enquanto as companhias petrolíferas estão protegidas contra uma redução de lucros em períodos de baixa de preços do petróleo. Como consequência a produção aumentou de forma constante de 1981 a 1986, apesar da estagnação ou queda dos preços internacionais. Contra proceder a alterações profundas nas regras fiscais aplicáveis às companhias petrolíferas, embora se possam revelar ligeiras modificações (ANGOLA, 1989, p.25).

Nota-se que a criação da SONANGOL como braço empresarial do governo do MPLA (1976) não foi uma coincidência com o retorno das principais empresas internacionais que atuavam antes da independência e que haviam abandonados suas atividades por alegarem instabilidade durante o período de transição. No entanto, o que se viu foram relações pragmáticas entre as empresas transnacionais que estavam sem outras fontes de exploração devido às sucessivas crises internacionais e, por outro lado, a sobrevivência de um governo frágil (tema que iremos desenvolver adiante) que estava disposto a tudo para não entrar em colapso total.

No entanto, tentar entender juridicamente a atuação da SONANGOL durante todo o período socialista em Angola não é uma tarefa simples. Entendendo que o modelo de centralismo (unidade e planificação que imperavam em Angola) fazia com que as relações institucionais se confundissem dentro de um labirinto burocrático e arbitrário em que se vivia. Não se sabia ao certo quem tomava as decisões administrativas: se era o Estado, governo, partido ou conselho executivo da empresa (conselho de administração), apesar da Lei do Petróleo (1978) definir algumas diretrizes básicas de como o Estado e sua principal concessionária deveriam atuar. Na prática, esses limites sempre foram uma incógnita, porque pairava a dúvida de onde terminavam os direitos do Ministério dos Petróleos e onde começavam os da SONANGOL. O fato é que a SONANGOL, desde a sua fundação (1976), cresceu econômica e politicamente, ao contrário do Ministério dos Petróleos, que não passava de uma instituição simbólica e sem prestígio a ponto de a cadeira da presidência da SONANGOL ser mais cobiçada do que a do Ministro do Petróleo.

3.4. Produção, Investimento e comércio internacional

Os investimentos no setor petrolífero em Angola, como vimos *a priori*, começou efetivamente em 1955 com a descoberta do campo do Benfica, simbolizando os arranques na produção efetiva na extração de petróleo. No entanto, após a independência houve uma ruptura e algumas empresas que exploravam o petróleo abandonaram as atividades que posteriormente foram retornadas. Até 1975, somente poucas empresas atuavam no país, tais como a PETRANGOL, CABOGOC, ANGOL, GULF. Esse número foi aumentando nos anos que se seguiram, chegando em 1987 com 13 companhias atuando em Angola e, neste mesmo ano, 7 dos 13 blocos existentes haviam sido outorgados para companhias atuantes (vide o quadro nº6, - resumo de prospecção e investimento durante a década de 1980).

Quadro nº7. **Produção de Petróleo e investimentos no setor petrolífero**

Produção total 1980-86	Produção total de 1986		Investimentos totais 1980 a 1986			
	Milhões toneladas	(%)	Milhares barris/d	(%)	Milhares de dólares	(%)
Cabinda	45,0	69,8	190	67,4	816,4	30,0
Congo/onshore	11,3	17,5	32	11,3	189,1	6,9
Bloco 1	-	-	-	-	216,1	7,9
Bloco 2	2,7	4,2	6	2,1	493,0	18,9
Bloco 3	3,7	5,7	50	17,7	878,4	32,2
Bloco 4	-	-	-	-	78,0	2,9
Kwanza	1,4	2,2	3	1,1	-	-
Total	64,5	100	282	100	2,723,9	100

Fonte: (ANGOLA, 1989, p. 27)

Como se pode ver na tabela acima, mais de 60% dos investimentos absolutos em torno de (2.700 milhões de dólares) foram investidos nesse período em Cabinda e, no bloco 3, com isso somente esse bloco contribuiu com cerca de 17,7% de toda produção total de Angola.

No tocante às despesas de investimentos, o bloco 2 ocupava o terceiro lugar que, apesar das grandes despesas em prospecção e incremento de novos campos, o seu comportamento, até aquele período, não tinha correspondido às expectativas, como aponta Angola (1989); “[...] a produção deste campo, caiu de um máximo de 13.000 barris/dia em

1982 para 6.000 barris /dia em 1986 e muitas das novas descobertas são consideradas marginais, de tal forma que algumas companhias reclamaram um abrandamento no regime fiscal contratual”. Havia muitos campos problemáticos ou de difícil acesso, como sublinha Angola (1989);

Outras áreas problemáticas são as bacias “onshore” do Congo e do Kwanza. Dos cerca de 440 milhões de dólares gastos nestas áreas entre 1980 e 1986, cerca de 150 milhões destinaram-se a desenvolver a área B. Contudo, desde 1982 que sua produção total tem estagnado (cerca de 30,000 barris/dia), enquanto a produção total “onshore” (incluindo onshore Congo A e o Kwanza) desceu de 56,000 barris/dia em 1977 para 36,000 barris/dia em 1986. Os investimentos feitos nos blocos 1 e 4 destinaram-se exclusivamente à prospecção, mas está-se ainda na expectativa de resultados. No bloco 1, embora tenha despendido quase 200 milhões de dólares em prospecção, dela só resultaram descobertas marginais. As companhias envolvidas já pediram incentivos fiscais para desenvolver os campos que, aos preços atuais, não são lucrativos. No bloco 4, os direitos de prospecção foram adjudicados em 1984, mas até agora não se fizeram descobertas significativas, (ANGOLA, 1989, p. 28).

Quanto ao comércio exterior de Angola neste período, o governo do MPLA focou-se única e exclusivamente na ampliação contínua, do setor petrolífero, quer na sua extensão, quer na sua crescente importância. Em todas as exportações totais de Angola durante esse período, via-se uma expressiva representação do petróleo bruto, subindo continuamente e apresentando números significativos com as seguintes cifras: em 1973 (70%), em 1980 (74%) e atingindo o seu ápice em 1986 com a marca de (90%), do total de toda exportação do país. Segundo Angola, (1989), “Exceto em 1986, o ano em que as receitas do petróleo caíram abruptamente, e em 1981-82, anos em que se registrou um ligeiro decréscimo temporário, as receitas da exportação de petróleo aumentaram sempre desde 1978”.

Em caminho inverso, as receitas de exportação de outros produtos, tais como, o diamante e o café, que até 1975 estavam na lista dos principais produtos de exportação do país, baixaram significativamente, até atingir percentual de 5 a 0% em alguns momentos entre os anos 1975 a 1992.

Desde 1978, o país tem suportado sempre um déficit na sua balança de transações correntes. Os excedentes da balança comercial (bens, em especial o petróleo bruto, e serviços não imputáveis aos fatores), e as transferências unilaterais líquidas nunca bastaram para cobrir para cobrir o déficit substancial e sempre crescente

dos serviços dos fatores. Todavia, desde 1978, Angola tem invariavelmente conseguido um excedente na sua balança de capitais. Mais de 80% das entradas provieram de empréstimos externos, e o pequeno volume de investimento estrangeiro direto efetuou-se principalmente nas atividades petrolíferas. Durante a crise de liquidez de 1985 a 1986, o endividamento externo angolano de curto prazo aumentou significativamente, devido sobretudo a atrasos crescentes nos pagamentos, que são contabilizados com entradas de capitais de curto prazo (ANGOLA, 1989, p. 4).

Com esses dados, se pode afirmar que a política do comércio internacional que Angola estabeleceu com outros países estava calcada somente no setor petrolífero e que essa realidade fez desaparecer os outros setores de produção de bens e serviços na matriz das receitas de balanço comercial do país. Nota-se também que em alguns anos após a independência, e favorecida pela o aumento dos preços do petróleo no mercado internacional, o petróleo parecia resolver todos os problemas emergenciais do déficit orçamentário do país. Mas a crise dos preços de 1986 – momento em que a cotação do barril despencou no mercado internacional atingindo valores muito baixos – mostrou que a dependência exclusiva do petróleo não era o único caminho viável para o crescimento e desenvolvimento das bases sociais do país.

3.5.O Petróleo na Política Externa Angolana

A política externa angolana, especificamente no período da primeira república (1975-1992) esteve condicionada à consolidação do Estado, assim com o sistema político adotado após a independência e dubiamente a necessidade da sobrevivência econômica do Estado, num período de guerra civil. Alguns autores como Conceição, apontam que a política externa de Angola após independência tem uma base na política externa que os três principais partidos políticos da época materializaram antes da independência nacional, nomeadamente MPLA, FNLA (Frente Nacional para Libertação de Angola) e UNITA (União Nacional para Independência de Angola) que segundo esse autor e outros estudiosos, o sentimento e os anseios por esses grupos manifestados, como a unidade africana, parcerias com nações que apoiavam a descolonização e as cooperações de quadros e treinamentos dos seus recursos humanos, que estava claro a que linha os futuros governantes levariam na política externa de Angola pós – independência portuguesa. Mas, a nosso ver, esses prognósticos não foram lineares como muitos afirmaram, visto que os caminhos percorridos por esses grupos nacionalistas eram similares até o momento da declaração da república nacional, ou até mesmo antes dessa declaração, as ideias se conflitaram e nem mesmo o

MPLA que ficou na capital (e que se autodenominou com sendo o representante do povo angolano) não conseguiu definir linhas mestras reais e profundas de uma política externa do país que obedecesse o modo de produção socialista adotado. Como sublinha Conceição (1999);

No entanto, em Angola, enquanto o governo do MPLA procurava atender as suas necessidades de defesa da soberania e da segurança da nação com a ajuda político-militar dos seus aliados socialistas, com destaque para a União Soviética e Cuba, o grosso das suas demandas econômicas era atendida pelo campo capitalista, em especial os Estados Unidos, seu principal investidor, parceiro comercial e fornecedor de tecnologia, tudo tendo como base o petróleo (CONCEIÇÃO, 199, pp. 121,122).

No seu nascimento de Estado nacional, até então chamada de “província ultramar” portuguesa, Angola passou a chamar-se República Popular de Angola, designação adotada dos desígnios dos moldes socialista. Nos primeiros dias de sua existência, Angola entra no processo de desestabilização nacional devido aos desentendimentos entre os movimentos nacionalistas que lutavam pela liderança do país.

A partir da aquele momento, iniciou-se um período repleto de transformações, que levaria o país ao socialismo e, ao mesmo tempo vivenciar experiências singulares de um paradoxo atípico para os momentos de tensões que se vivia no sistema internacional (capitalismo *versus* socialismo). A necessidade da sobrevivência do MPLA como partido que almejava a liderança e governança do país, fez com esse partido de cunho socialista, permitisse que empresas multinacionais americanas “inimigas dos socialistas” dominassem a produção do petróleo dentro do seu território “enclave de cabinda”, atitude essa que desenhou um cenário extravagante e dúbio na política externa de Angola com relação a Moscou, a forte aliada na época. Como vê-se é complexo escrever essa realidade vivida em Angola durante o período da primeira república quanto entendê-la. Menezes (1996) enfatiza esse período de transição em Angola afirmando que:

A opção “socialista”, evidentemente, implicava na escolha de um caminho político e econômico com graves repercussões internacionais, pois Angola decidira-se entre aliar-se aos países ocidentais capitalistas (de quem era dependente, por intermédio de Portugal), adotar uma posição “não-alinhada” (bastante difícil naquele momento, pelos custos que representava) ou vincula-se e torna-se dependente dos países “socialistas”, sob a liderança da União Soviética. [...] A escolha do último caminho implicava, naturalmente, em abandonar os demais e

contar, a partir de então, com a oposição dos países ocidentais, sobretudo dos Estados Unidos, inserindo-se (como tudo que acontecia na época) em um dos lados da Guerra Fria (MENEZES, 1996, p. 202).

Como se pode ver, a estrutura política e econômica de Angola moderna, já nasce com uma dicotomia peculiar e que vai de certa forma influenciar nas relações domésticas e na política externa do Estado. A esse fenômeno raríssimo na história moderna da maioria dos países deu-se o nome de “paradoxo Angolano”.

Apesar dos governantes de Angola na época terem optado pelo socialismo como o caminho para o desenvolvimento social e econômico do país, desde cedo a frágil economia de Angola se mostrou, como já analisado, dependente de uma quantidade de recursos que, no entanto, não poderia vir de sua própria gênese produtiva, tampouco das colaborações prematuras das alianças socialistas. Como reafirma Menezes (1996)

Apesar de vinculada à União Soviética e de se declarar “socialista”, Angola herdaria de Portugal um importante condicionamento que lhe seria decisivo, tanto naquele momento inicial, quanto nos acontecimentos ulteriores: suas reservas petrolíferas se encontravam nas mãos de grandes companhias internacionais capitalistas que possuíam, desde meados dos anos cinquenta, concessão da metrópole para exploração do produto até, pelo menos, o final do século. [...]. Mais grave que isto, essas companhias tinham realizado investimento de ponta, sobretudo em Cabinda (importante território produtor ao norte, encravado no Zaire), onde, apesar da guerra e das transformações do país, não tinha cessado a produção. [...]. Exigir o desmonte dessas instalações e saída das companhias (e uma eventual substituição pelos soviéticos, especialistas em produção de petróleo) requeria grandes investimentos, um tempo que o novo país não podia esperar e um imenso custo político, impossível de ser calculado. (MENEZES, 1996, p. 203).

Como se vê, a economia angolana estava ligada ao petróleo, o principal antídoto para a situação crônica que a herança colonial havia deixado, tornando-se a solução dos problemas do MPLA e a garantia da sua sobrevivência. Como já citado, e vale a pena ressaltar, que durante todo esse período conturbado, apenas dois setores da economia angolana tiveram reais alargamentos, o setor petrolífero e o diamantífero, esse último com algumas oscilações durante esse período e, timidamente, o setor de pescas. O petróleo tão cedo começou a definir a economia de Angola e a política externa do país, visto que na política internacional, os países precisam de moedas de troca para garantir as vantagens comparativas ricardianas e, com isso, garantir por meio das divisas nas exportações de

recursos econômicos, o fortalecimento da sua economia doméstica, garantindo poder e prestígio na esfera internacional. No caso de Angola, os dados sintetizados da economia nesse período mostram como a política externa foi desenhada por intermédio da política econômica petrolífera. Como afirma Conceição (1996):

Somente o petróleo é atualmente responsável por cerca de 50% do PIB e mais de 95% das receitas em divisas do país. Assim sendo, podemos considerar que ele traça o mapa dos parceiros econômicos de Angola. Alguns países são produtores (associação à estatal SONANGOL e por vezes uns com outros) e ao mesmo tempo importadores desse produto. Cerca de 2/3 do petróleo angolano são extraídos pela Cabinda Gulf Oil, subsidiária da norte-americana Chevron, igualmente a maior investidora no país. Os Estados Unidos participam, em 1989, em cerca de 70% das exportações angolanas e eram o seu quarto maior fornecedor, depois de Portugal, França e Brasil. É de notar que neste ano nenhum país socialista fez parte dos dez maiores parceiros comerciais de Angola (o armamento soviético não é aí computado) [...] A França e Itália, através da ELF Aquitaine, Total e Agip estão crescentemente presentes na exploração petrolífera. A Espanha, com entrada recente, mas muito expressiva como fornecedora, deverá em breve ser um grande parceiro na indústria pesqueira. África do Sul e Bélgica são parceiros tradicionais e fortes no setor diamantífero, no qual a flora o Brasil, também presente no petróleo e em serviços (CONCEIÇÃO, 1999, p. 130).

A partir do mapeamento dos principais parceiros econômicos de Angola durante o período da Primeira República, podemos entender que as motivações de ordem econômica serviram de base para a ação do governo de Luanda que resultaram nas transformações estratégicas da política externa do país. Na prática, significou a mudança do hemisfério Leste para o Oeste, mostrando-se assim numa nova postura angolana no árduo caminho para a inserção internacional e na busca de novos caminhos que levassem esse país a impulsionar e diversificar suas estratégias para o desenvolvimento. Conceição (1999), sublinha alguns pontos fatuais que marcaram a mudança do xadrez da política externa em Angola;

Convém anotar de passagem, alguns fatos que acompanharam, no quadro das mudanças, as novas posturas da política externa angolana. Em 1985, como referimos, o governo de Luanda adere ao Acordo de Lomé e, após introduzir, através de Programa de Saneamento Econômico e Financeiro – SEF, de 1987, medidas de abertura do capital estrangeiro, valorização da iniciativa privada através do estabelecimento de uma economia de mercado, o país teve aceita a sua adesão ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Mundial. [...]. Quanto às mudanças internas na economia, citemos uma passagem de um documento

interno: “procura da paz e da liberalização do quadro político e econômico de Angola têm marchado em paralelo nos últimos anos. Desde o lançamento do SEF, em 1987, até as profundas medidas de abertura no mercado registradas em 1991, preconizadas pelo Programa de Ação do Governo (PAG), a economia Angolana iniciou um caminho irreversível para a modernização (CONCEIÇÃO, 1999, p. 131).

Pela análise dados do quadro nº7, podemos concluir que o petróleo em Angola não teve apenas um valor simbólico de uma commodity que é vendida no mercado internacional; ela ditou as regras do jogo político interno e externo durante o período da formação do Estado nacional e influenciou as mudanças de um sistema a outro. Outrossim, faltou ao governo estrutura para arcar com máquina engessada e burocrática do sistema que havia adotado, justamente por ele ser mais ideológico do que econômico. Apesar de se autoproclamar um país socialista, a repartição geográfica da economia internacional angolana era cooptada e absorvida majoritariamente pelos países do eixo Oeste – da Guerra Fria.

Quadro nº8. Repartição Geográfica do Comércio Externo de Angola

	Exportações					Importações				
	1979	1980	1981	1982	1985	1979	1980	1981	1982	1985
Europa Ocidental	28,5	22,2	27,0	43,0	34,3	56,4	51,6	60,0	62,0	52,7
Países Socialistas	6,9	6,3	3,0	2,0	2,9	15,7	16,9	8,0	7,0	10,8
América do Norte	21,4	31,8	67,0	54,0	49,1	5,6	7,1	22,0	22,0	2,7
América Latina	35,1	28,9	-	-	-	9,8	10,8	-	-	21
África	3,4	4,1	2,0	1,0	1,2	3,0	2,2	3,0	2,0	2,9
Não especificados	4,7	6,7	2,0	6,0	-	9,5	11,4	7,0	9,0	19,0

Fontes: informações Estatísticas 1979 – 80; BAGHAVAN (1986) e FERREIRA (1991) *apud* CONCEIÇÃO, (1996).

4. Conclusão

O interesse petrolífero internacional em Angola e a influência do petróleo na vida econômica e política externa angolana durante a Guerra Fria – ou durante o período socialista como também é conhecido – tendo em vista o paradoxo foi um fenômeno raro, porém, não monolítico, porque as duas principais forças externas da época (socialismo x capitalismo), influenciaram bastante no jogo das forças políticas, ideológicas e econômica que influenciaram antes e após o processo sangrento da independência nacional.

O clima mundial da época era marcado de várias tensões política, ideológica e econômica: as revoluções tecnológicas do Japão, o renascimento das estruturas econômicas e sociais da Europa pós-Guerra, as tensões na Europa do Leste, a revolução iraniana, a crise do petróleo, o fortalecimento dos movimentos nacionalistas africanos e descolonização africana e o fortalecimento do regime do *apartheid* na África do Sul foram alguns dos vários fenômenos mundiais que marcavam o período antes e pós independência de Angola. Desses acontecimentos, os que mais influenciaram a corrida internacional pelo petróleo de Angola e pela dependência do governo nesta commodity foi a revolução iraniana, a reconstrução europeia e a expansão do socialismo *versus* capitalismo.

Em 1973 antes da independência, a produção de petróleo em Angola atingiu o seu maior pico desde o começo de sua extração, em 1956. Mas, até aquele momento, não representava o produto mais exportado e não estava na lista dos cinco que mais contribuía para entrada de divisas nos cofres do governo português. Sua importância na balança de exportação do país dar-se-á entre 1976 e 1986, após a independência e a intensificação dos conflitos internos e, no período em que se explode a revolução iraniana, culminando com a crise dos preços do petróleo mundial, que vai impulsionar os países capitalistas à busca de novas fronteiras petrolíferas para responder a demanda do crescimento dos seus países já dependentes da energia vinda dos carbonetos petrolíferos.

Associado a esses fenômenos mundiais, estava em Angola, dois partidos lutando pela legitimidade do poder central, MPLA *versus* UNITA. Para esse fim, ambas apelaram para forças internacionais. O MPLA contou com ajuda direta da Cuba e URSS (e indiretamente da maioria dos países da linha socialista) e a UNITA contou com ajuda norte americana (além de outros países capitalistas aliados aos EUA e, paradoxalmente, contou com ajuda da China socialista). Estava, assim, montado o quadro que iria definir os resultados de uma política externa paradoxal, materializada pelo “governo do MPLA”.

Após o período de transição, as principais empresas internacionais que atuavam em Angola abandonaram os seus postos de exploração e produção, temendo a guerra civil que se desenhou entre os grupos de libertação nacional. Depois de o MPLA ter proclamado a independência na capital, a UNITA, no Sul, e FNLA (Frente Nacional para Libertação de Angola) com algumas vantagens políticas, sociais e econômicas, o MPLA lidera a governança do país, instaurando o modelo de econômico socialista. Entretanto, o que não se esperava foram algumas ações que foram implementadas a seguir. O governo decidiu chamar de volta as empresas internacionais que atuavam em Angola antes da independência (todas de países capitalistas). Logo se instala em Angola um socialismo com base econômica capitalista, o chamado “paradoxo” angolano.

Do outro lado, como imaginar que empresas norte-americanas aceitassem negociar com um país que era financiado pelos seus inimigos cubanos e soviéticos? Como entender essa tríplice relação? Como vimos, tanto o MPLA quanto os EUA e Europa (seus principais parceiros econômicos no período da Primeira República) não tinham escolha. Todos precisavam dessa troca comercial: de um lado, o governo do MPLA era imaturo e não tinha capacidade, mesmo com ajuda da URSS e Cuba, para pôr em prática um projeto de reestruturação social e econômica que lhe permitisse um desenvolvimento acelerado para dar-lhe um suporte econômico capaz de arcar as despesas da guerra civil. Por outro lado, os países capitalistas representados pelos EUA, estavam sem o abastecimento do petróleo oriundo do Irã e a crise do Oriente Médio se agravava com a guerra entre Irã e Iraque começada na década de 1980. Além disso, a OPEP se fortalece e começa a ditar as regras da exploração, produção e dos preços do petróleo no mercado internacional. Contudo, as velhas e pregoadas ideologias de cunho político são deixadas para atrás porque os interesses comerciais se sobrepuseram.

No caso do governo angolano, a outra opção – socialista – não seria o melhor caminho para se fundamentar também uma base de comércio e troca de tecnologias? Essa pergunta é pertinente primeiro porque os países socialistas eram todos abastecidos pelo petróleo da URSS, ou seja, não havia mercado para o petróleo angolano nas arenas dos países socialistas, segundo, a URSS estava mais preocupada em transferir armamentos e ideologia para conter o capitalismo, do que oferecer saídas estruturais na caótica economia angolana. No entanto, olhando por esse ângulo, não foi uma escolha certa dos governantes angolanos implementarem o regime socialista. Nesse sentido, como entender o que se passava no referido período? Angola era mesmo um país socialista?

Com isso, a política externa angolana, definida pelo MPLA partido dos trabalhadores, era baseada estritamente nos parceiros comerciais (petrolíferos) e o lema de que “o povo é o MPLA e o MPLA é o povo” não passava de uma retórica lendária de um socialismo “utópico” que não se sabia o que realmente era. O MPLA, temendo sua sobrevivência no poder, usou os recursos do petróleo não para o desenvolvimento social do país, mas sim, para se manter no poder, em nome de um modelo desenvolvimentista socialista e de autogestão proletariado que, no cerne, estavam mais preocupados nos interesses estatais do que nos problemas sociais básicos.

5. REFERÊNCIAS

AMMANN, Daniel. *O Rei do Petróleo: A vida secreta de Marc Rich* – Osasco, SP: Novo Século editora, 2011.

ANGOLA. Agencia Internacional de Energia. AIA: *Desenvolvimento de Uma estratégia para a Energia para Angola*. OECD, 2006.

ANGOLA. *Angola: Análise Econômica Introdutória*. Vol.I. S/L. Luanda: PNUD, 1988.

ANGOLA. *Angola: Análise Econômica Introdutória*. Vol.II. S/L. Luanda: PNUD, 1988.

ANGOLA. *Programa das Nações Unidas Para Desenvolvimento*. ANG/03/011- Programa de apoio ao desenvolvimento do sector micro e pequeno empresarial angolano. Governo de Angola. Luanda, 2002.

ANGOLA: *Problemas e Opções no Sector Energético*. Luanda: PNUD – Relatório do programa conjunto Banco Mundial/PNUD/Agencia bilaterais Assistência à Gestão do Sector de Energia, 1989.

Aron, Raymond. *Paix et guerre entre les nations*, Paris: Calmann-Lévy, [1962], 2004, p. 770.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

BERGIER, Jacques. *A Guerra Secreta do Petróleo*. HEMUS – Editora LTDA. 1975.

BEY, Essad. *Aluta pelo Petróleo*. Companhia editor Nacional – São Paulo, 1932.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora, 1982.

BREMMER, Ian. *O fim do Livre Mercado: Quem vencera a Guerra Entre Estado e Corporações?* Ed. Saraiva, Rio de Janeiro, 2010.

CARDOSO, Luiz Cláudio. *Petróleo: do Poço a Posto*. – Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2012.

CATHOLIC RELIEF SERVICES. *O Fundo do Barril: O Bom do Petróleo em África e os Pobres*, Junho, 2003.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

CLAPHAM, Christopher. *Africa and international system – The politics of state survival*, Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

COLL, Steve. *Os Bin Laden: uma família árabe do século norte-americano*, trad. Helena Londres e Renato Marques. São Paulo: Globo, 2008.

COLL, Steve. *Os Bin Laden: uma família árabe do século norte-americano*, trad. Helena Londres e Renato Marques. São Paulo: Globo, 2008.

CONCEIÇÃO, José M. N. P. da. *Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994)*, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

COX, Robert. Social Forces, States and World Order: Beyond International Relations Theory. In KEOHANE, Robert (ed.) *Neorealism and its critics*. Columbia University Press, New York, 1986.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org) *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FERREIRA, M. E. A Indústria em Tempo de Guerra: Angola (1975-1991), *Cosmos e Instituto da Defesa Nacional*, Lisboa, 1999.

FOURNIER, F.L. *O petróleo no Mercado Mundial – Rio de Janeiro: Athena*, 1940.

FRÉDÉRIC, Monié e JACOB B. *Geografia e Geopolítica do Petróleo – Rio de Janeiro: Mauad X*, 2012.

FRIEDEN, Jeffry A. *Capitalismo Global: história econômica e política do século XX*. Tradução Vivian Mannheimer, revisão técnica de ARTHUR Ituassu. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. Ed. 2008.

FRIEDEN, Jeffry A. *Capitalismo Global: história econômica e política do século XX*. Tradução Vivian Mannheimer, revisão técnica de ARTHUR Ituassu. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. Ed. 2008.

GASKELL George (editores). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

- GILPIN, Robert. *A economia Política das Relações Internacionais*; trad. Sérgio Bath – Brasília: UnB, 2002.
- GOMES, J. S. e ALVES, F. B. *O universo da Indústria petrolífera: da Pesquisa à Refinação*. 2 ed. Fundação Galouste Gulbenkian – Lisboa, 2011.
- HARADA, Kiyoshi. *Direito Financeiro e Tributário*. 19ª edição revista e ampliada. São Paulo. Editora Atlas S.A., 2010.
- HAYES, Denis. *Raios de Esperança: A transição para Um Mundo Pós – Petróleo*. Ed. Cultrix - São Paulo, 1977.
- JOVETA, José. *A Política Externa de Angola: Novos Regionalismos e Relações Bilaterais com o Brasil*, Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Tese de Doutorado.
- JUHASZ, Antônia. *A tirania do Petróleo: A mais poderosa indústria do Mundo e o que se pode ser feito para detê-la*. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Ediouro, 2009.
- KUCINSKI, Bernardo. *O Que são Multinacionais*. Ed. Digital Eccentricduo, 1981.
- LEXIKON. *Dicionário do Petróleo em Língua Portuguesa*. PUC-RIO, 2009.
- MARINHO J, I. P. *Petróleo: Política e Poder*, Rio de Janeiro, 1989.
- MENEZES, Solival: *Mamma Angola: Sociedade e Economia de um País Nascente – São Paulo*: Fapesp, 2000.
- MIELCHE, Hakon. *Petróleo e Oriente. Médio: O Cadillac de Aladim*. Ed. Saga – Rio de Janeiro, GB. 1966. Tese de doutorado.
- NEIVA, Jucy. *Conheça o Petróleo*. 5 ed.- Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986.
- NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar, *Teoria das Relações Internacionais – correntes e debates*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- NORENG, Oystein. *El Poder del Petróleo – la política y el mercado del crudo*. Buenos Aires: El Ateneo, 2003.
- O’CONNOR, Harvey. *Petróleo em Crise*, Rio de Janeiro: Zahar. 1962
- PARRA, Francisco. *Oil Politics: A modern History of Petroleum*, Nova York: IB Tauris, 2004.

- PÉAN, Pierre. *Petróleo: A Terceira Guerra Mundial*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- PENNA FILHO, Pio. *África contemporânea: do colonialismo aos dias atuais*, Brasília: Hinterlândia, 2009.
- SANTOS, A.L.F. *Estrutura do Comércio Exterior de Angola*. Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1962.
- SATO, Eiti. *Economia e Política das Relações Internacionais*. MG: Fino Traço, 2012.
- SHAH, Sonia. *A história do Petróleo*, Trad. Marcelo Ferroni – Porto Alegre, RS: L&PM, 2007.
- SILVA, M. M. *A Independência de Angola – Brasília*: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
- STEVE Levine. *O petróleo e a Glória – São Paulo*: Ed. Landscape, 2007.
- TOLMASQUIM e MAURICIO Tiommo. *Marcos Regulatórios da Indústria Mundial do Petróleo – Rio de Janeiro*: Synergia: EPE, 2011.
- VÂNIA L. B. e Maria L.F.S. *Para Entender as Economias do Terceiro Mundo*. Brasília: UnB, 1995.
- WALTZ, Kenneth. *O Homem o Estado e a Guerra: Uma análise teórica*. – São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- WHEELER. D. e PÉLISSIER.R. *História de Angola*. Ed.Tinta-da-China- Lisboa, 2011.
- WOLKMER, A. Carlos, *O Terceiro Mundo e a Nova Ordem Internacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- YERGIN,Daniel. *O petróleo: uma história de ganância, dinheiro e poder*. São Paulo: Scritta, 1992.
- ZISCHKA, Anton. *A Guerra Secreta Pelo Petróleo*. Ed. Globo, Bertaso e Cia. – Porto Alegre, 1936.

Anexos